

UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE

MATEUS TERRA LUZ VILELA

PROCESSO AQUISITIVO DE DIREITOS MINERÁRIOS
UMA ANÁLISE EPISTEMOLÓGICA DO TÍTULO MINERAL

SÃO PAULO

2022

MATEUS TERRA LUZ VILELA

PROCESSO AQUISITIVO DE DIREITOS MINERÁRIOS
UMA ANÁLISE EPISTEMOLÓGICA DO TÍTULO MINERAL

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado à
Faculdade de Direito da Universidade Presbiteriana
Mackenzie como requisito parcial à obtenção do grau
de Bacharel em Direito.

ORIENTADOR: Prof. Dr. Washington Carlos de Almeida

São Paulo

2022

MATEUS TERRA LUZ VILELA

PROCESSO AQUISITIVO DE DIREITOS MINERÁRIOS
UMA ANÁLISE EPISTEMOLÓGICA DO TÍTULO MINERAL

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado à
Faculdade de Direito da Universidade Presbiteriana
Mackenzie como requisito parcial à obtenção do grau
de Bacharel em Direito.

Aprovado em: ____ / ____ / ____

BANCA EXAMINADORA

Professor Orientador Dr. Washington Carlos de Almeida
Universidade Presbiteriana Mackenzie

Professor Dr. Roque Theophilo Júnior
Universidade Presbiteriana Mackenzie

Professora Dra. Elisabete Aloia de Oliveira
Universidade Presbiteriana Mackenzie

Aos meus pais que não dispuseram esforços para a concretização dos meus objetivos a fim de que eu chegasse até esta etapa de minha vida.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por ter me dado a oportunidade de passar por mais este processo, sempre me inspirando, para que eu chegue aos meus almeados pontos de plenitude.

Ao meu mestre Dr. Celso Charuri, que descortina o caminho para que eu possa me tornar um Homem com “H” maiúsculo.

Aos meus Pais, devo-lhes gratidão eterna pela oportunidade da vida, e por nunca terem medido esforços para me proporcionar um ensino de qualidade.

Aos meus amigos Luís Paulo Zanon e Arnaldo Ferreira, que me ajudaram a continuar na conquista deste objetivo.

Ao meu orientador por todo auxílio, empenho e disponibilidade, que conduziu o trabalho com paciência e dedicação.

A todos os meus professores da graduação, que sempre se empenharam a dar o melhor de si, ministrando aulas de excelência.

A Faculdade de Direito e a Universidade Presbiteriana Mackenzie, que admiro imensamente, meus sinceros agradecimentos, por ser minha segunda casa e morada do conhecimento jurídico.

Ao meu Irmão Gabriel, que me apoiou em todas as vezes que me ausentei de casa para cumprir com este objetivo.

Ao meu animal de estimação, Simba, que foi meu fiel companheiro durante a confecção deste trabalho.

“Temos por Princípio evoluir o homem, porque não acreditamos que o homem seja produto do meio, mas sim que o meio é produto do Homem. Acreditamos que o homem que é produto do meio é homem com “h” minúsculo, e um meio digno se faz com Homens com “H” maiúsculo. Nós acreditamos que devemos evoluir o homem, porque a Evolução é meta do Universo; é medida Universal (...).

Carta de Princípios da Pró – Vida.
Dr. Celso Charuri

RESUMO

Ramo inexplorado nas faculdades de direito, infelizmente não ganhou a devida atenção que mereça, pois o tema abordado é de grande relevância, pois no cotidiano nos deparamos com materiais que não existiriam sem a extração de minérios, além disso a composição humana é dotada de minerais, somente por esta aceção já deveria ter a sua importância.

Outro ponto que deve ser observado é o grande impacto econômico que esta atividade gera em um país, tornando-o mais desenvolvido e gerador de riquezas e empregos.

O Brasil se apresenta ao mundo uma grande capacidade mineral e não explora na potencialidade que apresenta. Isso se dá devido à grande dificuldade de que os mineradores enfrentam diante da legislação pátria, burocracias e a ausência de estudo aplicado a esta matéria, seja no campo do direito, engenharia ou geologia.

A ausência de conteúdos, afeta diretamente os empreendedores nacionais e estrangeiros, que desmotivados decidem aplicar recursos em outro ramo ou em outra nação, motivado pelo sentimento de insegurança jurídica.

Mesmo com todos estes impecílios é considerado *global player*.

Neste trabalho visa apresentar as formas de se adquirir o título mineral, após análises do direito minerário, para tanto, baseou-se nas legislações, melhores doutrinas, jurisprudências, portarias, a fim de levar o leitor a compreensão de como se adquire um desde o requerimento inicial a ANM até a o beneficiamento.

Palavras-chave: Direito da Mineração; Aquisição de Título Mineral; Processo administrativo mineral; Agência Reguladores de Minérios; acesso a propriedade de terceiros para extração de minério; Pesquisa mineral; Contratos Minerários; Cessão de direitos minerários; Arrendamento minerário.

ABSTRACT

Unexplored branch in law schools, unfortunately it did not get the attention it deserves, because the topic addressed is of great relevance, because in everyday life we are faced with materials that would not exist without the extraction of ores, in addition, the human composition is endowed with minerals, just for this meaning it should already have its importance.

Another point that should be noted is the great economic impact that this activity generates in a country, making it more developed and generating wealth and jobs.

Brazil presents itself to the world with a great mineral capacity and does not exploit its potential. This is due to the great difficulty that miners face in the face of national legislation, bureaucracy and the absence of applied study to this matter, whether in the field of law, engineering or geology.

The absence of content directly affects national and foreign entrepreneurs, who, unmotivated, decide to apply resources in another branch or in another nation, motivated by the feeling of legal uncertainty.

Even with all these obstacles, it is considered a global player.

This work aims to present the ways to acquire the mineral title, after analyzing the mining law, for that, it was based on legislation, best doctrines, jurisprudence, ordinances, in order to lead the reader to an understanding of how to acquire one from the beginning. initial application to ANM until processing.

Keywords: Mining Law; Acquisition of Mineral Title; Mineral administrative process; Ore Regulatory Agency; access to third-party property for ore extraction; Mineral search; Mining Contracts; Assignment of mining rights; Mining lease.

LISTA E SIGLAS E ABREVIATURAS

ACP – Ação Civil Pública

ANM – Agência Nacional de Mineração

ANP – Agência Nacional de Petróleo.

CP/MIMA – Comitê Permanente de Mineração e Meio Ambiente.

CNPM – Conselho Nacional de Política Mineral

CONAMA - Conselho Nacional de Meio Ambiente

CNUMAD – Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento

CFEM – Compensação Financeira pela exploração de recursos minerais

CM – Código de Mineração.

DNPM – Departamento Mineral de Produção Mineral

DIPEM – Declaração de investimento em pesquisa mineral

EIA– Estudo de impacto ambiental

GTMINERA - Grupo de Trabalho Código de Mineração.

LI – Licença de instalação

LO – Licença de operação

LP - Licença prévia

LPAF – Lei de Processo administrativo Federal

PAE - Plano de aproveitamento econômico

RFP - Relatório Final de Pesquisa

MME – Ministério de Minas e Energia

MPF – Ministério Público Federal

RIMA – Relatório de impacto ambiental

SISNAMA – Sistema Nacional do Meio Ambiente

TAH – Taxa anual por hectare

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
2. Panorama histórico	13
3. IMPRESCINDIBILIDADE DA ATIVIDADE MINERAL	14
4. Proteção especial da atividade mineral.	16
5. Confronto da mineração com o meio ambiente	17
6. TEORIA GERAL DO DIREITO MINERÁRIO	18
6.1 Compreensões básicas.	18
6.2 Princípios basilares do minerários.....	19
6.2.1 Princípio da soberania do país sobre suas riquezas minerais.....	20
6.2.2 Princípio da condução da mineração no interesse nacional.....	20
6.2.3 Princípio da dualidade imobiliária	20
6.2.4 Princípio da supremacia do interesse público sobre o privado ou princípio da predominância do interesse público sobre o particular na exploração mineral	21
6.2.5 Princípio <i>first come, first served</i> (primeiro a chegar, primeiro a ser servido) ou princípio da prioridade.....	21
6.2.6 Princípio interesse público na transformação da reserva mineral inerte em riqueza	22
6.2.7 Princípio da compatibilização de exploração mineral com os direitos do superficiário	23
7. Órgãos e Autarquias	23
7.1 Desenvolvimento Legislativo da Atividade Mineral	24
7.1.1 Comprometimento e interesse da descarbonização da economia com a mineração.	24
8. Aquisição Primária	26
8.1 Introdução	26
8.2 Regimes de aproveitamento	27
8.2.1 Regime de autorização concessão e autorização	27
8.2.2 Regime de Licenciamento	27
8.2.3 Regime de permissão de Lavra Garimpeira	27
8.2.4 Regime de extração	28
8.2.5 Regime de monopolização	28
8.3 Requerimento de pesquisa	28
8.3.1 Conceito de Áreas livres e Área em disponibilidade	30
8.3.2 Autorização de pesquisa e deveres do titular de pesquisa mineral.	31
8.3.3 Proteção às áreas com requerimento protocolado.	32

8.4	Pesquisa Mineral.....	32
8.5	Bloqueio Minerário.....	34
8.6	Do ingresso ao imóvel de terceiro	35
9.	Aquisição Secundária.....	35
9.1	Da Cessão dos Direitos Minerários	36
9.1.1	Cessão de requerimento de pesquisa mineral.....	37
9.2	Do Arrendamento	37
9.2.1	Da responsabilidade do arrendatário e do arrendador.....	38
10.	CONCLUSÃO	38
	Referências	40
	Anexo 1 - Relatório do grupo de trabalho GT/MINERA.....	41

1. INTRODUÇÃO

O direito minerário é um ramo desconhecido, não muito abordado nas faculdades de direito do Brasil, portanto é um assunto com temas ainda inexplorados e carece de atenção, dada a sua importância.

Neste artigo será colocado as formas em que se adquire os direitos para que se possa efetuar a extração mineral, diante de um Estado altamente burocrático e moroso.

Essas ações do Estado, bem como a falta de profissionais capazes, e a isso engloba, mineradores, engenheiros, advogados, magistrados, dentre outro, afeta diretamente, sob uma explicação *stricto sensu* as negociações seja ela com o superficiário (proprietário do solo), bem como minerador, as empresas transformadoras de *commodities* e mercado internacional, na lente *latu sensu* o desenvolvimento de uma nação, por consequência o desenvolvimento da humanidade.

A aquisição dos direitos, geram também obrigações para o adquirente, superficiário, inclusive para Agência Reguladora (ANM – Agência Nacional de Mineração).

Portanto este trabalho visa demonstrar como adquirir o respectivo título, sob o óptica analítica da legislação pátria, doutrina e jurisprudência.

2. PANORAMA HISTÓRICO

A História do Brasil se mistura nessa atividade, uma vez que no séc. XVIII, era a principal atividade econômica, resultando em uma imigração portuguesa para a colônia, criando centros urbanos, desenvolvendo todos os setores da economia colonial, fazendo até que em 1763, fosse transferida a capital de Salvador - BA, para o Rio de Janeiro-RJ, buscando ter o maior controle da região mais rica.

Nesse contexto a mineração teve grandes influências em movimentos pro independência, visto que na época era aplicada o sistema regaliano, cobrança da Coroa portuguesa, que estipulava o *quinto*, 20% do material extraído era imposto, além desse, havia a derrama visando assegurar 100@ (arrobas) anuais na arrecadação do quinto, para cada minerador.

Tais abusos na cobrança dos impostos gerou a famosa inconfidência mineira, que estabeleceu a célebre frase em sua bandeira *Libertas Quae Sera Tamen*, (Liberdade, ainda que tardia).

As constituições foram se aprimorando com o tempo, e o estudo de legislações correlatas, o plano legislativo histórico criou o Código de Mineração, no qual foi recentemente alterado pelo marco regulatório da mineração, Lei nº 13.540 de 26 de dezembro de 2017 e já esta em vias de atualização no Congresso Nacional.

3. IMPRESCINDIBILIDADE DA ATIVIDADE MINERAL

Antes de adentrarmos a exegese da aquisição dos direitos minerários, vale ressaltar a importância tanto para a Brasil, bem como para o mundo, da atividade mineral, uma vez que os seus benefícios advindos das extrações, contribuem para o melhorar a qualidade de vida da humanidade.

Na atualidade a dependência dos recursos minerais aumenta dia após dia, na medida em que em nossas vidas aumentam o consumo de substâncias minerais. Inclusive seria impossível escrever este artigo sem a ajuda de um computador, que para sua construção foram necessárias, 22 tipos diferentes de minas¹.

O mais significativo disso tudo é o uso e prioridade que as nações estabelecem, porquanto este assunto é uma questão estratégica para os Estados, haja vista que é um recurso de impulsionamento econômico e conseqüentemente para aquele povo que priorizou tal atividade.

O assunto foi tratado no âmbito da Cúpula Mundial no Plano de ações com objetivo de alcançar o desenvolvimento sustentável, proposto pela ECO-92, disposto no parágrafo 46º, *in verbis*, “a mineração, os minerais e os metais, são importantes para desenvolvimento econômico e social, de muitos países, os minérios são essenciais a vida moderna².”

¹ JACLYN. What Minerals are found in a computer?, Prezi, disponível em <<https://prezi.com/lylh1xx0lmyv/what-minerals-are-found-in-a-computer/>> Acesso em 21 de outubro de 2021.

² Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento: de acordo com a Resolução. nº 44/228 da Assembleia Geral da ONU, de 22-12-89, estabelece uma abordagem equilibrada e integrada das questões relativas a meio ambiente e desenvolvimento: a Agenda 21 - Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 1995, disponível em<https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/528199/mod_resource/content/0/Agenda%2021.pdf>

Pela extensão territorial, faz com que o Brasil tenha uma geodiversidade invejável para os demais países, porém a mineração ocupa menos de 0,6 % do território nacional, segundo os dados da ANM, e mesmo com esse ínfimo espaço, contribui com 2,7 milhões de empregos, diretos e indiretos, somente no Estado de Minas Gerais, existem mais de 56 mil micros e pequenas indústrias e 3.248 médias e grandes, empregadoras de 764.691 pessoas³. Já a exportação gerou USD\$ 49 bilhões em 2021, contribuindo com o PIB em 4%⁴.

Tais dados tornam o nosso país em um global player em alguns tipos de minérios como Nióbio, Minério de Ferro, Vermiculita, Grafita, Baixita, Caulim, Estanho, Niquel, Magnesita, manganês, Cromo, Ouro e rochas ornamentais, dentre outros.

Porém tais dados ainda não são atrativos para os investidores, de acordo com o *World Risk Report*, edição de 2018, publicado pelo *Mining Journal*, de 96 países analisados, o Brasil se encontra na posição 52º, sendo que o primeiro lugar é do Canada.

Isso porque o sistema jurídico adotado para tratar os assuntos minerários, é muito burocrático e demorado, sendo que a média de 100 requerimentos de pesquisa, somente 1 se desenvolve para mina, além disso, há falta de incentivos, a carga tributária e o custo com a energia elétrica são exorbitantes, além de que o nosso país não busca aprimorar o mapeamento geológico.

Apesar disto a Constituição Federal, trata a mineração como “interesse nacional”, sendo o minério *in natura* pertencentes à União, *vide* o artigo 176, *in verbis*..

Art. 176. As jazidas, em lavra ou não, e demais recursos minerais e os potenciais de energia hidráulica constituem propriedade distinta da do solo, para efeito de exploração ou aproveitamento, e pertencem à União, garantida ao concessionário a propriedade do produto da lavra.

Portanto, apesar de a mineração ser reconhecida inclusive em decisões judiciais⁵, o Estado ainda não buscou desenvolver a uma cadeia produtiva realmente eficaz.

³ Setor industrial gera 24% dos empregos no estado. Disponível em: <<https://www7.fiemg.com.br/regionais/zona-da-mata/noticias/detalhe/setor-industrial-gera-24-dos-empregos-no-estado-1>>. Acesso em: 16 out. 2022.

⁴ IBRAM. IBRAM apresenta resultados e perspectivas de exportação do setor mineral em MG. Disponível em: <<https://ibram.org.br/noticia/ibram-apresenta-resultados-e-perspectivas-de-exportacao-do-setor-mineral-em-mg/>>. Acesso em: 16 out. 2022.

⁵ EMENTA: TUTELA ANTECIPADA - CÓDIGO DE MINERAÇÃO - INTERPRETAÇÃO SISTEMÁTICA - POSSIBILIDADE DE CONCESSÃO - REVOGAÇÃO - AUSÊNCIA DE JUSTIFICATIVA FÁTICA E JURÍDICA - INADMISSIBILIDADE - MODIFICAÇÃO DA MEDIDA ANTECIPATÓRIA. É admissível a antecipação dos efeitos da tutela pretendida no

4. PROTEÇÃO ESPECIAL DA ATIVIDADE MINERAL.

Por se tratar de uma atividade sob a integral tutela do Estado, à luz do interesse nacional (art.176, § 1º, C.F), naturalmente tem uma proteção especial para que possa atender as necessidades da Nação.

Dado esse motivo, nasce o direito de desapropriação em favor da mineração, no qual a ANM, emite uma Declaração de Utilidade Pública ou Laudo para constituição de servidão Mineral, ambas para os fins de desapropriação. Soma-se a isto que os proprietários, também conhecidos como superficiários, não podem interferir no processo administrativo da Agência Nacional de Mineração entre o Minerador e a União, conferindo aos processos minerários um certo grau de sigilo.

Antes de promulgação da Lei nº 14.066 de 2020, que alterou substancialmente alguns artigos do Código de Minas, existiam dois artigos importantes, os artigos 57 e 87, que protegiam a o desenvolvimento da mina, impedindo qualquer tipo de embargo com a mina, desde que, não fosse descumprido limites e condições da licença.

O revogado art. 57, impedia que o curso de uma ação judicial, embargasse a mina, já o Art. 87. Tinha a finalidade de proteger contra particulares que visavam cessar as atividades minerais.

As razões da revogação dos referidos artigos, fora devido as catástrofes de rompimento de barragens, ocorrida em Mariana – MG e Brumadinho – MG. Estes fatos, geraram um

procedimento de avaliação da indenização do valor do terreno e dos prejuízos resultantes da constituição de servidão minerária, regido pelo Código de Mineração, desde que presentes os requisitos no artigo 273, incisos I e II, do CPC, e adotada cautela necessária para não transportar para o requerido o perigo de dano decorrente da demora da prestação jurisdicional definitiva. Inexistindo fundamento fático e jurídico para revogar a medida antecipatória da tutela jurisdicional concedida, procede parcialmente o inconformismo manifestado para restabelecer os efeitos da decisão primitiva, somente adotando cautela necessária para compatibilizar os interesses em conflito, em perfeita sintonia com o princípio da proporcionalidade, prestigiando o princípio da efetividade processual. (...) “A paralisação das obras realizadas por 1.382 homens, conforme noticiado à f. 30-TA, acarretará vultoso prejuízo econômico para a agravante, também inviabilizando empreendimento que proporcionará mais de 2.500 empregos para os moradores da região, diminuindo o problema de desemprego de nosso Estado, aspecto social que não pode ser desprezado no atual estágio da economia nacional.” (TJMG - Agravo de Instrumento 2.0000.00.330135-3/000, Relator(a): Des.(a) Edilson Olímpio Fernandes , Relator(a) para o acórdão: Des.(a) , julgamento em 09/05/2001, publicação da súmula em 19/05/2001).

movimento legislativo através da Lei 14.066 de 30 de setembro de 2022, no qual criou a Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB).

Portanto, as inovações legislativas têm se atentado aos riscos de uma concessão irresponsável e a ausência de fiscalização coerente com os ditames da lei. Pois o preço pago pelo erro de uma má gestão da mineradora pode ser muito alto, podendo ser atingida a vida e a saúde das pessoas.

Contudo é notório que a rigidez da revogação atrapalhou o desenvolvimento de algumas mineradoras que não ofertam riscos a sociedade, a *mens legis*, demonstra interromper o desenvolver de uma mineradora que apresente riscos. Pois bem, existem minerações que sequer necessitam de barragens ou ofertam riscos a saúde e enfrentam problemas nestes termos, no qual geralmente dado alto preço de maquinários, encargos trabalhistas, nem dão prosseguimento em uma demanda judicial pois dependendo do recurso mineral, não é vantajoso economicamente, portanto, desincentiva o minerador e por consequência, o desenvolvimento nacional.

5. CONFRONTO DA MINERAÇÃO COM O MEIO AMBIENTE

O princípio da supremacia do interesse público, um dos mais importantes princípios da mineração, rege até mesmo o posicionamento e entendimento da ANM.

Contudo apesar de ser inclusive um Princípio esculpido na Carta Magna , não pode ser considerado absoluto aos demais, visto que o uso irracional poderá gerar efeitos colaterais inimagináveis aos seres vivos do planeta. Portanto, deve-se entrar em conciliação com o Princípio da Proteção Ambiental.

Preliminarmente, é importante saber sobre o que é meio ambiente. E nos ateremos aos disposto no art. 3º, inciso I, da PNMA (Política Nacional de Meio Ambiente), *in verbis*:

Art. 3º - Para os fins previstos nesta Lei, entende-se por:
I - **meio ambiente**, o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas;

Considerando o exposto, é nítido que a atividade mineral agride o meio ambiente, porém este conflito aparente de princípios, devem ser resolvidos com uso do princípio da proporcionalidade.

Para tal efeito, foi celebrado acordo entre representantes das áreas governamentais⁶, visando avaliar, orientar, propor e monitorar a elaboração e a aplicação de atos normativos, instrumentos e procedimentos, composta pelos gestores minerais e ambientais, sendo o ANM (DNPM), IBAMA e ICMBio, sempre buscando a convergência de interesses, que criou o CP/MIMA (Comitê Permanente de Mineração e Meio Ambiente).

Incumbiu ao CP/MIMA, de forma colegiada, buscar a convergência de interesses, de modo a se autocompor conflitos entre as gestões dos recursos minerais e dos recursos ambientais⁷.

6. TEORIA GERAL DO DIREITO MINERÁRIO

6.1 Compreensões básicas.

Antes de aprofundar na aquisição do direito minerário, é importante destacar algumas compreensões básicas para que se possa assimilar o conteúdo com proeminência.

Trata-se de matéria multidisciplinar e concilia os temas, direitos do Estado, direitos do superficiário e preservação ambiental, todas elas alimentadas pelo direito público interno, advindas das compreensões do direito administrativo.

Devemos compreender como enfoque inicial, o que é uma a) mina, b) jazida e c) depósito mineral, pois estas, dependendo do *status* em que se encontram tomam-se nomes diferentes.

O que diferencia *grosso modo* uma das outras é o potencial exploratório e a sua capacidade de gerar lucro. Pois existem a possibilidades de uma reserva mineral, ter alto potencial exploratório, contudo, não deter viabilidade econômica, gerando baixa capacidade de gerar lucros, *e.g.* extração de petróleo cujo maquinário e forma de extração são mais caros que o produto *in natura*, ou ainda não existir tecnologia suficiente para a extração.

⁶ BRASIL, PORTARIA CONJUNTA DNPM/IBAMA/ICMBIO Nº104, DE 27 DE MARÇO DE 2009, DOU de 01/04/2009.

⁷ *Ibidem*, Art. 1º Fica criado o Comitê Permanente Mineração e Meio Ambiente - CP/MIMA, órgão colegiado consultivo e paritário, que tem como objetivos principais avaliar, orientar, propor e monitorar a elaboração e a aplicação de atos normativos, instrumentos e procedimentos conjuntos, sempre buscando a convergência de interesses, bem como assessorar aos dirigentes destas autarquias nas suas decisões, de modo a solucionar os conflitos entre as gestões dos recursos minerais e dos recursos ambientais, no interesse público, social e econômico sustentável.

No caso de baixo potencial exploratório e alto custo, temos como exemplo exploração de diamantes, que se utilizam explosivos e mais explosivos chegando a centenas de metros de profundidade e a quilômetros de largura, no qual a escavadora movimentada até 50 toneladas de rocha por minuto e o caminhão mineiro leva 100 toneladas de material para o beneficiamento⁸.

Portanto, um **depósito mineral**, é uma área cuja constata-se minérios, podendo ser aparentes (mostram-se no solo, visíveis) ou não (encontrados no subsolo), porém por ausência de pesquisa mineral classifica-se dessa forma, pois suspeita-se de que há possibilidades de minério com potencial exploratório e econômico (PAE).

Já a **Jazida**, assim classificada, pois já ocorreu a fase de pesquisa mineral, no qual confirma que há material exploratório capaz de gerar riquezas, além do atestado do plano de aproveitamento econômico.

Muitos mineradores param neste quesito, pois possuem elevado custo, outros, preferem não as transformar em minas e visam ou a cessão ou a oneração dos direitos para outrem.

Por fim, a **Mina**, é assim denominada, visto que a jazida encontra-se em lavra, *i.e.* já ocorre a exploração dos minérios identificados.

Além dessas compreensões básicas, há necessidade de se compreender processo aquisitivo minerário, que consiste em duas formas de aquisição, sendo o Primário e o Secundário, o primário é conferido desde que atenda um processo administrativo próprio que conferirão ao requerente o respectivo título minerário, já o secundário, é adquirido do particular, regido pelo direito privado, em comunhão em partes com o direito público.

6.2 PRINCÍPIOS BASILARES DO MINERÁRIOS

Toda área do direito possuem colunas basilares, que sustentam a matéria, assim também ocorre no Direito da Mineração.

Os princípios norteadores do Direito Minerário, possui princípios comuns a outras áreas, como a do Direito Administrativo, visto que este é componente desta matéria, portanto não são específicos da mineração, mas ajudam a regular o entendimento da matéria.

⁸ Como funciona uma mina de diamantes? Disponível em: <<https://super.abril.com.br/mundo-estranho/como-funciona-uma-mina-de-diamantes/>>. Acesso em: 24 out. 2022.

Os comuns são aqueles evidenciados no Art. 37 da Constituição da República, sendo a Legalidade; Impessoalidade; Moralidade; Publicidade e Eficiência, bem como aqueles descritos no art. 2º da Lei de Processo Administrativo Federal, sendo legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa e contraditório, segurança jurídica, interesse público e eficiência.

Já os princípios próprios e específicos podem variar de acordo com os doutrinador, neste trabalho, enunciaremos oito daquelas que julgamos as mais importantes.

6.2.1 Princípio da soberania do país sobre suas riquezas minerais

Todo país tem que haver soberania sobre suas riquezas, visto que, trata-se de item fundamental para o seu desenvolvimento, evidenciadas na carta constitucional em seu 20º artigo, inciso IX. “Art. 20. São bens da União: (...) IX - os recursos minerais, inclusive os do subsolo”.

6.2.2 PRINCÍPIO DA CONDUÇÃO DA MINERAÇÃO NO INTERESSE NACIONAL.

O Brasil tem como preceito, que os bens minerais, pertencem a união e portanto os trabalhos devem ser conduzidos nos termos do art. 2º, incisos I e II da RCM, no qual, define que o desenvolvimento da mineração devem ser conduzidas, conforme o interesse nacional e utilidade pública.

Nesse sentido, para melhor elucidar este princípio podemos trazer a estratégia adotada Pelos Estados Unidos, feita pelo Escritório de cibersegurança, segurança energética e resposta a emergências, no qual mantem o estoque de 726,6 milhões de barris de petróleo em complexo quatro locais com cavernas de armazenamento criadas em cúpulas de sal ao longo das costas do Golfo do Texas e da Louisiana⁹.

Ou seja, mantem este depósito de mineral fóssil, para se resguardar de possíveis eventuais crises. Podemos, notar que este país se utiliza muito bem deste princípio.

6.2.3 PRINCÍPIO DA DUALIDADE IMOBILIÁRIA

Princípio muito importante para estabelecer a natureza jurídica do minério e do solo.

⁹ **SPR Quick Facts**. Disponível em: <<https://www.energy.gov/ceser/spr-quick-facts>>. Acesso em: 28 out. 2022.

Apesar de o minério ser parte integrante do solo, fazendo com que erroneamente entendamos que possivelmente seria acessório que compõe o principal, não é assim que devemos interpretar.

Como é sabido, o Art. 20º da Constituição Federal, em seu IX inciso, declara que os minérios são bem da União, com isso em mente, podemos afirmar que o solo tem uma propriedade distinta do minério *in natura*, que deve ser entendido como bem principal integrante aos bens da União.

6.2.4 Princípio da supremacia do interesse público sobre o privado ou princípio da predominância do interesse público sobre o particular na exploração mineral

Este princípio é bem abordado pelos administrativistas e constitucionalistas, é indispensável neste contexto. Pois bem, apesar de não estar devidamente expresso na magna carta, esta implicitamente descrita.

O Direito Minerário, deve ser observado sob a ótica deste preceito, visto que, trata-se de interesse da sociedade para satisfazer suas necessidades.

6.2.5 Princípio *first come, first served* (primeiro a chegar, primeiro a ser servido) ou princípio da prioridade

Se observamos o dicionário da Universidade de Cambridge, a expressão utilizada neste princípio, significa: “*used to mean that people will receive something or be dealt with in the order in which they ask or arrive*”¹⁰, traduzindo, que as pessoas receberão algo ou serão tratadas na ordem em que pedirem ou chegarem.

No âmbito do Direito Minerário, tem o conceito basicamente como explicita o dicionário, ou seja, o direito de aquisição se dá prioritariamente aquele que primeiro apresentou requerimento em área denominada Livre.

¹⁰ CAMBRIDGE DICTIONARY. **first come, first served**. Disponível em: <<https://dictionary.cambridge.org/pt/dicionario/ingles/first-come-first-served>>. Acesso em: 28 out. 2022.

6.2.6 Princípio interesse público na transformação da reserva mineral inerte em riqueza

Este princípio, apesar de parecer óbvio, não é observado com a devida aplicação, pois muitos minérios *in natura*, não possuem valor agregado, somente após um tratamento passa a ter uma utilidade e finalidade.

Para tanto, necessita de altos investimentos para que se possa fazer um tratamento do minério e isso desenvolve uma nação subdesenvolvida. Ademais, esses investimentos não bastam somente para equipamentos, deve-se também destinar riquezas para educação, no qual, qualificara os cidadãos nesse setor.

Atualmente, exportamos grande parte de nosso minério sem o devido “refino”, isto se dá pela ausência de empresas especializadas e ou a falta de interesse do Estado em desenvolver tal indústria.

A ausência dessas indústrias, trazem consequências, *i.e.* deixamos de ganhar dinheiro e desenvolvimento tecnológico e portanto exportamos um produto com preço “X”, para um país desenvolvido, para depois comprar por “10X”, ou então no produto, seja automóvel ou computador.

Um exemplo muito comum é o petróleo nacional, que apesar de ter regime diferenciado na mineração, através de monopólio, podemos entender que a falta de interesse do Estado, como governo, atrapalha nosso desenvolvimento, de acordo com o pesquisa realidade pelo instituto Brasileiro do Petróleo (IBP) junto com a Leggio, o Brasil precisa investir R\$ 118 bilhões em infraestrutura para atender a demanda de combustíveis até o ano de 2035¹¹.

O Brasil é autossuficiente nesta *comodity*, produzindo em média aproximadamente 2.828 Mbbl/d (mil barris 1m³, 3 ≈ 6,28981 bbl por dia) e 3.664 Mboe/d (mil barris de óleo equivalente 1.000m³de gás ≈ 6,28981 boe)¹², ou seja, uma média diária de 3 milhões de barris de petróleo e ainda assim, é exportado, pois não refinarias suficientes para tal demanda.

¹¹ Priorização de investimentos em infraestrutura logística para o downstream. IBP e Leggio, Disponível em: <<https://www.ibp.org.br/personalizado/uploads/2022/08/01-ibp-infraestruturas-paper-executivo.pdf>>. Acesso em: 28 out. 2022.

¹² Boletim da Produção de Petróleo e Gás Natural. Superintendência de Desenvolvimento e Produção – SDP, nº 142 de junho de 2022, Disponível em: <<https://www.gov.br/anp/pt-br/centrais-de>

Além disso, o petróleo extraído aqui, possuem uma especificidade, que não vamos adentrar aos termos técnicos, mas ele é mais pesado, isso torna o refino mais difícil e mais caro, portanto, não temos tecnologia para tanto.

6.2.7 Princípio da compatibilização de exploração mineral com os direitos do superficiário

O minerador, quando não for proprietário das terras, detém uma relação para com o superficiário (proprietário) das terras, onde jaz o minério. Ou seja, a Lei põe a salvo os direitos deste, para que não saia no prejuízo de ter suas terras, imitidas pelo Estado em favor do minerador.

Geralmente, os mineradores fazem um bom acordo com o superficiário, para evitar demandas judiciais, o que dependendo da situação fica extremamente oneroso e moroso, mas se não houver a acordo, o superficiário que teve suas terras imitidas, receberá justa indenização, além de receber *royalties*, na alíquota de 50% da alíquota paga pelo empreendedor minerário a título de Compensação Financeira pela Exploração Mineral (CFEM), um imposto pago pelo minerador.

6.2.8 Princípio da compatibilização da atividade mineral com a preservação da qualidade ambiental.

Com base neste princípios, podemos ter um discernimento do jornadear da matéria, seja para arrazoar conflitos, ou para discorrer o devido processo legal para aquisição.

Portanto, a atividade mineral não se sobrepõe ao meio ambiente, e nem se opõe, deve se observar a equidade de ambas para melhor desenvolvimento da sociedade.

7. ÓRGÃOS E AUTARQUIAS

O órgão máximo é o MME (Ministério de Minas e Energia), no qual é o poder concedente, conforme explicita o Art. 176, § 3º da Carta Magna, no qual anui autorizações e concessões.

A principal competência da ANM é de organizar a administração dos recursos minerais, a indústria de produção mineral e a distribuição, o comércio e o consumo de produtos

[conteudo/publicacoes/boletins-anp/boletins/arquivos-bmppgn/2022/boletim-junho.pdf](#)>. Acesso em: 28 out. 2022.

minerais, observando as diretrizes adotadas pelo Código de Mineração, o Art. 2º da Lei 13.575/17 traz o rol de trinta e nove competências da agência reguladora.

7.1 Desenvolvimento Legislativo da Atividade Mineral

Em dezembro de 2017, foi promulgada o marco regulatório da Mineração, no qual extinguiu-se o DNPM, (Departamento Nacional de Produção Mineral) e criou *ex vi legis* a ANM (Agência Nacional de Mineração), integrando-se a Administração Pública Federal indireta, no qual está vinculada e subordinada ao Ministério de Minas e Energia do Governo Federal.

Atualmente, existe um movimento legislativo da Câmara dos Deputados, GTMINERA (Grupo de Trabalho Código de Mineração), visando atualizar o referido Código, relatório anexo neste trabalho.

O grupo de trabalho apresentou em seu Relatório Final em suma é a agilidade do Processo administrativo Minerário, uma vez que a ANM, por sua estrutura atual, não performa o que lhe é atribuído no CM, por falta de estrutura.

Além disso dá mais autonomia aos municípios, no que tange a anuência do uso do solo, excluindo a anuência do Estado, visto que é prerrogativa municipal a gestão de uso e ocupação do solo, *vide* art. 30, inciso VIII da CF¹³.

O mais importante que podemos ressaltar nesse movimento legislativo, é a *mens legis*, para instituir maior segurança jurídica, visando atrair capital estrangeiro para beneficiamento das jazidas brasileiras e para tanto, necessita alterar a estrutura organizacional de órgão do Executivo Federal.

7.1.1 Comprometimento e interesse da descarbonização da economia com a mineração.

A descarbonização da economia, tem como finalidade a redução de poluentes atmosféricos causadores do efeito estufa, pois o modelo energético que utilizamos atualmente

¹³ BRASIL. Art. 30, VIII. “Art. 30. Compete aos Municípios: (...)VIII - promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e **controle do uso**, do parcelamento e da **ocupação do solo urbano**; [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988.

é baseado na queima de combustíveis fósseis, e a intenção mundial, seja ela provocada pelo Estado ou iniciativa particular, é reduzir essa emissão.

É notório que o desenvolvimento da tecnologia atualmente volta-se ao uso de energias renováveis, *e.i.*, pode-se observar empresas como a *tesla*, vem produzindo cada vez mais carros elétricos de alta tecnologia.

Tal pauta é veementemente defendido por ambientalista, para tanto minerais utilizados na produção de placas solares, baterias e aerogeradores, devem ser explorados, portanto o futuro do uso de energias renováveis depende diretamente das explorações minerais.

O Legislativo brasileiro, sabiamente, incluiu essa pauta em questão e vem desenvolvendo técnicas para facilitar o uso desses minerais para o desenvolvimento da descarbonização da economia.

Nesse sentido, age de acordo inclusive com o item “7” agenda 2030 da ONU:

Objetivo 7. Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todas e todos.

7.1 Até 2030, assegurar o acesso universal, confiável, moderno e a **preços acessíveis a serviços de energia**.

7.2 Até 2030, **aumentar substancialmente a participação de energias renováveis na matriz energética global**.

7.3 Até 2030, dobrar a **taxa global de melhoria da eficiência energética**.

7.a Até 2030, reforçar a cooperação internacional para **facilitar o acesso a pesquisa e tecnologias de energia limpa, incluindo energias renováveis, eficiência energética e tecnologias de combustíveis fósseis avançadas e mais limpas, e promover o investimento em infraestrutura de energia e em tecnologias de energia limpa**.

7.b Até 2030, expandir a infraestrutura e modernizar a tecnologia para o fornecimento de serviços de energia modernos e sustentáveis para todos nos países em desenvolvimento, **particularmente nos países menos desenvolvidos**, nos pequenos Estados insulares em desenvolvimento e nos países em desenvolvimento sem litoral, de acordo com seus respectivos programas de apoio. (Grifei).¹⁴

¹⁴ Sustainable Development Goal 7: Energia limpa e acessível | As Nações Unidas no Brasil. Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/7>>.

8. AQUISIÇÃO PRIMÁRIA

8.1 Introdução

A aquisição primária é o instrumento que vai conferir ao requerente solicitante a propriedade do direito minerário. Ainda que não seja em carácter para poder extrair os minérios, já lhe confere maior segurança jurídica, para que possa ser adquirido o título minerário, caso sejam cumpridas todas as exigências para expedição da portaria de lavra.

Para que aquisição seja efetiva, é necessário atender requisitos da Lei 9.784 de 29 de janeiro de 1999, Lei de processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, além do CM.

Contudo, já com o protocolo do requerimento, já produz efeitos jurídicos para as partes, tanto para o requerente bem como para administração pública.

Os efeitos gerados para o *minerador requerente*, são os patrimoniais e obrigacionais, pois ao fazer tal peticionamento gera impactos patrimoniais, visto que, necessita de recursos vultuosos como pagamento de taxas, emolumentos, gastos com a pesquisa mineral, além de ser necessário a contratação de técnicos e ainda indenização por degradação em pesquisa.

Além disso, o efeito obrigacional, determina que o minerador faça o relatório final de pesquisa mineral e entregue, independentemente do resultado alcançado.

Para a Administração, gera a obrigação de analisar os documentos apresentados como PAE (plano de aproveitamento econômico), RFP (Relatório Final de Pesquisa), e caso os resultados forem auspiciosos e atendeu todos os requisitos, a administração não poderá utilizar-se da discricionariedade para indeferir a *autorização*.

A análise técnica composta por uma comissão montada pela ANM, “julgará” o requerimento, e tem por finalidade estudar a capacidade técnica dos mineradores habilitados, o qual se verificará a descrição da geologia regional e avaliação do potencial da área, com ênfase às possíveis mineralizações, descrição da metodologia dos trabalhos de pesquisa que permitam conduzir ao melhor conhecimento da jazida, esboço geológico da área em escala apropriada, orçamento e cronograma físico-financeiro, com investimentos proporcionais aos trabalhos a serem realizados, nos termos do art. 16 do Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967 e observada a resolução ANM nº 119, de 24 de outubro de 2022¹⁵.

¹⁵ AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO. RESOLUÇÃO ANM nº 119 de 24 de outubro de 2022, Ministério de Minas e Energia. Disponível em: <https://anmlegis.datalegis.inf.br/action/UrlPublicasAction.php?acao=abrirAtoPublico&num_ato=00000119&sgl_tipo=RES&sgl_orgao=ANM/MME&vlr_ano=2022&seq_ato=000&cod_tipo=&des_item=&des_item_fim=&num_linha=>>. Acesso em: 1 nov. 2022.

Portanto, presentes os requisitos bem como os comprovativos que a área é propícia a extração, está vinculada a expedir a *autorização de pesquisa*.

Importante salientar, que o existe um direito de preferência sobre a área de interesse do minerador, ou seja, há a aplicação do Princípio *first come, first served*, que proporciona que o primeiro que faz o requerimento para aquisição dos direitos minerários, tem preferência sobre os retardatários.

8.2 Regimes de aproveitamento

Os regimes de aproveitamento são definidos conforme o grau de dificuldade variedade das substâncias minerais, o destino da produção obtida e aspectos de caráter social. assim como define a geóloga Amanda Corrêa de M. Costa¹⁶.

Os tipos de regime são Regime de concessão e autorização, Regime de licenciamento, Regime de permissão de lavra garimpeira, Regime de monopolização e regime de extração.

8.2.1 Regime de autorização concessão e autorização

Esses regimes são aquelas escolhidas residualmente, ou seja, se não há previsão, cairá neste regime. A maioria dos minerais se enquadram neste tipo.

A autorização aqui é aquela definida no art. 14 e seguintes do CM é a pesquisa mineral,

Já a concessão, definida no art. 36 e seguintes do CM, visa a extração das substâncias minerais, através de operações coordenadas.

8.2.2 Regime de Licenciamento

O regime voltado para exploração de substâncias definidas na Lei 6.567/1978, no qual o aproveitamento das substâncias são de emprego imediato na construção civil, *e.g.* areia ou na agricultura, *e.g.* turfa.

8.2.3 Regime de permissão de Lavra Garimpeira

Neste regime é aquele que conhecemos como garimpo, para extração de ouro, diamante, gemas, etc. Tem o aproveitamento imediato em razão de sua natureza econômica é regulada pela Lei 7.805/89.

¹⁶ **Regimes de Aproveitamento de Pesquisa Mineral - ANM.** Disponível em: <<https://blog.jazida.com/regimes-de-aproveitamento-de-pesquisa-mineral-anm/>>. Acesso em: 5 nov. 2022

8.2.4 Regime de extração

É o tipo de regime que se é tumulizado pelos órgãos do Estado , para conclusão de uma obra cujo necessita de emprego é imediato na construção civil. É regulado pelo próprio código de mineração em seu parágrafo único do segundo artigo.

8.2.5 Regime de monopolização

Este regime também é de uso exclusivo do Estado, inclusive tem agências reguladoras específicas como a ANP, ou seja, o petróleo, gás natural e substâncias radioativas como o urânio, somente podem ser extraídos pela União

8.3 Requerimento de pesquisa

Passo fundamental para a outorga de portaria de lavra, esta etapa é que objetiva o aproveitamento industrial da jazida desde a extração até o beneficiamento, assim também definido pelo Art. 36 do Código de Minas.

Após o requerimento dirigido a ANM, o Diretor Geral outorgará a brasileiro ou sociedades empresárias e desde que o requerimento cumpra todos os requisitos do Art. 16 do Código de Minas.

1. No caso de pessoa física: nome, indicação da nacionalidade, do estado civil, da profissão, do domicílio, e do número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda do requerente;
2. Em se tratando de pessoa jurídica: razão social, número do registro de seus atos constitutivos no Órgão de Registro de Comércio competente, endereço e número de inscrição no Cadastro Geral dos Contribuintes do Ministério da Fazenda;
3. Prova de recolhimento de emolumentos fixados no Artigo 20 da Consolidação Normativa do DNPM;
4. Designação das substâncias a pesquisar;
5. Indicação da extensão superficial da área objetivada, em hectares, e do Município e Estado em que se situa;
6. Memorial descritivo da área pretendida, conforme definido nos Artigos 38 a 40 da Consolidação Normativa do DNPM;
7. Planta de situação, cuja configuração e elementos de informação estão estabelecidos nos Artigo 41 da Consolidação Normativa do DNPM;

8. Plano dos trabalhos de pesquisa, acompanhado do orçamento e cronograma previstos para a sua execução; além da Anotação de responsabilidade técnica – ART do técnico responsável por sua elaboração.

Contudo é importante frisar que para o requerimento ser aceito e processado, a área a objeto de interesse mineral, deverá ser considerada livre. Esta estará Livre desde que a área de interesse não esteja com nas hipóteses elencadas no Art. 18 do código de Minas.

Em casos de indeferimento, o interessado pode interpor recurso para reconsideração.

Este requerimento encaminhado a ANM deve ser formulado por engenheiro de minas ou geólogo sob sua responsabilidade técnica de profissional legalmente habilitado.

Assim que requerida a autorização pelo minerador, o objetivo principal é demonstrar perante a agência que trata-se que é uma jazida e não um depósito mineral.

A *autorização* de pesquisa mineral, utiliza este termo erroneamente, lembra a Doutrinadora Maria Sylvia Zanella que a autorização “é o ato administrativo unilateral e discricionário pelo qual a Administração Pública consente, a título precário, que o particular se utilize de bem público com exclusividade¹⁷” e assim não deve ser analisado.

Portanto trata-se de um Ato Administrativo Vinculado, ou seja, se o requerente cumprir os requisitos do Art. 22 do Código de Minas, a União não poderá desconsiderar utilizando-se da oportunidade e ou conveniência, contudo, tal autorização deve ser observada como ato administrativo vinculado, ou seja, não existe qualquer possibilidade de discricionariedade, cujo as possibilidades de indeferimento estão taxativamente elencadas no termo do Código de Mineração.

A posição jurisprudencial acerca do tema já está consolidada desde 1979¹⁸, além dos tribunais, a corte superior, vejamos:

(...) A Autorização de Pesquisa é o primeiro título minerário previsto na legislação e, apesar da denominação, não há para a União qualquer discricionariedade em sua concessão, devendo ser atribuído ao requerente que,

¹⁷ DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. *Uso Privativo de Bem Público por Particular*. Atlas: São Paulo, 2010. p.89

¹⁸ SÃO PAULO. Tribunal de Justiça de São Paulo, Agravo de Instrumento, nº 283.571. Relator: Des. Almeida Camargo. Data do Julgamento: 25/10/1979. In *Revista dos Tribunais*. Ano 69, agosto de 1980. Vol. 538, p. 89.

cumprindo os requisitos legais, objetivar a exploração futura de área livre.(...)¹⁹

O requerimento tem um atributo *sui generis*, assim como traz o doutrinador Willian Freire, pois com o protocolo, trazem em si próprio o *direito de prioridade*. Portanto é importante frisar, que essas consequências imediatas, somente produzem efeitos naquelas áreas consideradas livres.

8.3.1 Conceito de Áreas livres e Área em disponibilidade

Para a referência do leitor, estes dois tipos de áreas que estamos trabalhando, estão antes do requerimento de pesquisa e não estão vinculados a título, assim como a requerimento de pesquisa, ou seja, não estão sob o domínio de ninguém, somente da União.

Com isso, surge a definição de área livre e área disponível.

A área livre é aquela que nunca recebeu protocolo, portanto, pela regra do *first come, first served*, terá preferência para passar pelo processo de aquisição.

Já a área denominada disponível, é aquela que já recebeu protocolo, porém por alguma inicial adversidade do requerente, a área tornou-se disponível por despacho da agência reguladora, conforme explicita o art. 18 do CM.

Art. 18. A área objetivada em requerimento de autorização e pesquisa ou de registro de licença **será considerada livre**, desde que não se enquadre em quaisquer das seguintes hipóteses: (Redação dada pela Lei nº 6.403, de 1976)

I - **se a área estiver vinculada a autorização de pesquisa, registro de licença, concessão da lavra, manifesto de mina ou permissão de reconhecimento geológico;** (Redação dada pela Lei nº 6.403, de 1976)

¹⁹ DIREITO MINERÁRIO E CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS MATERIAIS. AUTOR AMPARADO POR ALVARÁ DE PESQUISA. LAVRA CLANDESTINA E ILÍCITA DA ÁREA POR TERCEIRO. DIREITO À PROTEÇÃO DA LAVRA. DIREITO DE PRIORIDADE. PREJUÍZO. REPARAÇÃO DEVIDA. 1. Demanda em que se discute a proteção contra exploração por terceiros dos minérios encontrados no subsolo de área outorgada à pesquisa. 2. A ordem constitucional, a par de reservar o domínio das reservas minerais à União, franqueia aos particulares a exploração dos minérios, garantindo aos mineradores a propriedade do produto da lavra. 3. A fim de ordenar o livre acesso aos recursos minerais, o Código de Mineração utiliza-se do direito de prioridade, e, por consequência, assegura ao pesquisador, de forma exclusiva, a futura exploração da reserva pesquisada, bem como a possibilidade de eventual negociação desse direito. 4. Terceiro que explora, clandestina e ilicitamente, a reserva pesquisada, atenta contra o direito de prioridade e causa dano direto ao legítimo pesquisador, devendo, pois, ressarcir-lhe integralmente o prejuízo. 5. Negado provimento ao recurso especial. (REsp 1471571/RO, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 10/02/2015, DJe 26/02/2015).

II - se a área **for objeto de pedido anterior de autorização de pesquisa**, salvo se este estiver sujeito a indeferimento, aos seguintes casos: (Redação dada pela Lei nº 6.403, de 1976)

III - se a área **for objeto de requerimento anterior de registro de licença**, ou estiver **vinculada a licença**, cujo registro venha a ser requerido dentro do prazo de 30 (trinta) dias de sua expedição; (Incluído pela Lei nº 6.403, de 1976)

IV - se a área estiver **vinculada a requerimento de renovação de autorização de pesquisa**, tempestivamente apresentado, e pendente de decisão; (Incluído pela Lei nº 6.403, de 1976)

V - se a área estiver **vinculada a autorização de pesquisa**, com relatório dos respectivos trabalhos tempestivamente apresentado, e **pendente de decisão**; (Incluído pela Lei nº 6.403, de 1976)

VI - se a área estiver **vinculada a autorização de pesquisa**, com relatório dos respectivos trabalhos aprovado, e **na vigência do direito de requerer a concessão da lavra**, atribuído nos termos do Art. 31 deste Código. (Incluído pela Lei nº 6.403, de 1976)

(...) **(Grifei)**

As áreas em disponibilidade, são aquelas que já foram objeto de requerimento de pesquisa, porém o minerador detentor da autorização de pesquisa foi desonerado, o que faz com que ele perca a área, tornando-a disponível.

Neste caso, para adquirir os direitos minerários, não se aplica a regra do Princípio da Preferência, mas sim deve o requerente passar por uma processo específico, que lembra inclusive de procedimento licitatório. Portanto o requerente deve pedir a habilitação para um procedimento de análises técnicas.

O Relatório Final do GTMINERA, abordou o assunto, por propostas dos Deputados Airton Faleiro, Odair Cunha e Joaquim Passarinho, para futuras alterações legislativas, dando estímulo para pequenas cooperativas e detentores de concessão de lavra em áreas vizinhas para cobrir a oferta ganhadora no leilão, o que poderá usar sua infraestrutura vizinha para facilitar a extração.

8.3.2 Autorização de pesquisa e deveres do titular de pesquisa mineral.

Autorizada a pesquisa mineral, o titular da autorização de pesquisa adquire algumas obrigações, como realizar a pesquisa no prazo de 1 a 3 anos os trabalhos de pesquisa, conforme definido no inciso III do art. 22 do Decreto- Lei nº 227, de 1967, além daquelas previstas no art. 29 do Código de Minas, que determina que o minerador inicie sua pesquisa em sessenta dias e pagará as indenização ao superficiário, bem como a de não interromper os trabalhos sem justificativa por mais de três meses consecutivos ou 120 acumulados.

O Minerador não é proprietário do *superfície*, deverá ajustar com superficiário através de acordo amigável ou judicialmente o valor e a forma de pagamento das indenizações a que se

refere o Artigo 27, ademais essa indenização não poderá exceder o valor venal da propriedade na extensão.

Ainda, São deveres do minerador, além de pagar todos os emolumentos para a pesquisa deve apresentar anualmente a Declaração de Investimento em Pesquisa Mineral, DIPEM, nos termos da portaria nº 519, de 28 novembro de 2013 do DNPM (ANM) e Pagar a Taxa Anual por Hectare (TAH).

8.3.3 Proteção às áreas com requerimento protocolado.

Ao minerador é concedido fazer a defesa da área, através de ações possessória, para proteger os futuros direitos minerários, mesmo se a superfície não lhe seja de sua propriedade, sendo consideradas, todas de natureza urgente, pois o processo administrativo é moroso e o minerador, possui prazos para cumprir, como por exemplo a entrega do relatório de pesquisa mineral.

8.4 Pesquisa Mineral

A pesquisa mineral é essencial para aferir o que há naquele local, pois a visita *in locu* para fazer o pré- requerimento, como fotos, análise mais superficial, não é possível aferir o que jaz no local, inclusive se há o referido minério e se houver se é viável economicamente a sua extração.

Nesta fase, serão realizados trabalhos laboratoriais e de campo, dentre os quais serão levantadas questões geológicas, afloramentos, estudos geofísicos e geoquímicos, sondagens, dentre outras.

A definição legal está descrita no Art. 14 do Código²⁰.

²⁰BRASIL. Código de Minas. “Art. 14 Entende-se por pesquisa mineral a execução dos trabalhos necessários à definição da jazida, sua avaliação e a determinação da exequibilidade do seu aproveitamento econômico.

§ 1º A pesquisa mineral compreende, entre outros, os seguintes trabalhos de campo e de laboratório: levantamentos geológicos pormenorizados da área a pesquisar, em escala conveniente, estudos dos afloramentos e suas correlações, levantamentos geofísicos e geoquímicos; aberturas de escavações visitáveis e execução de sondagens no corpo mineral; amostragens sistemáticas; análises físicas e químicas das amostras e dos testemunhos de sondagens; e ensaios de beneficiamento dos minérios ou das substâncias minerais úteis, para obtenção de concentrados de acordo com as especificações do mercado ou aproveitamento industrial.

§ 2º A definição da jazida resultará da coordenação, correlação e interpretação dos dados colhidos nos trabalhos executados, e conduzirá a uma medida das reservas e dos teores.

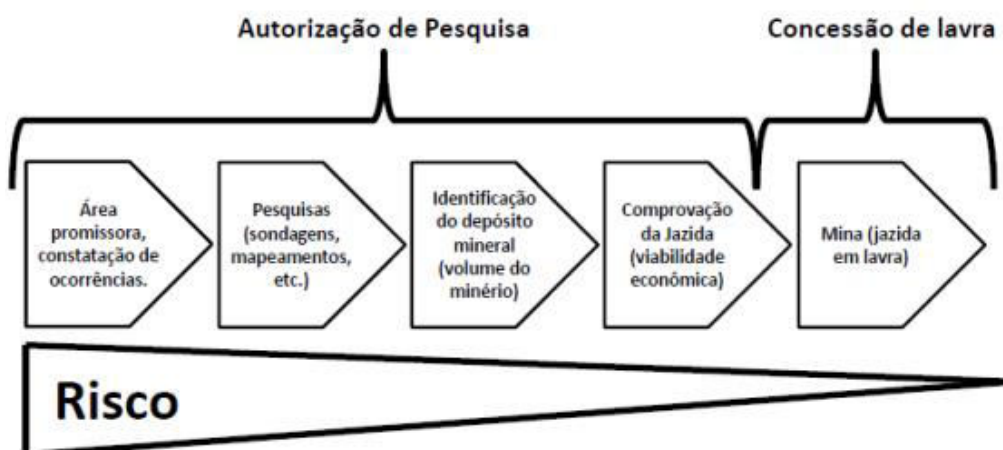
Isso se dá perante a Lei, mas o minerador consciente, que quer amenizar os riscos, não pode se basear em uma pesquisa somente para satisfazer a autarquia, mas sim deve realizar uma pesquisa aprofundada para ter maior segurança em sua extração. Para ilustrar a importância da pesquisa, imagine um minerador que procure um veio de ouro em uma área, e lá não há pesquisas e tirar tanta terra, mas não acha sequer um grama de ouro, portanto este desiste e vende a sua mineradora e o que comprou faz a pesquisa e descobre que o antigo dono estava a um metro do veio, esta história é real é contada pelo Escritor Napoleon Hill, em seu Livro Quem pensa enriquece, vejamos a história:

Um tio de R. U. Darby foi atingido pela febre do ouro, nos dias da corrida do ouro e lá se foi para o Oeste, para escavar e enriquecer. (...) Fez valer seus direitos e foi trabalhar de pá e picareta. (...) As perfuratrizes penetraram na terra, enquanto aumentavam as esperanças de Darby e seu tio. Então, algo aconteceu. O veio de minério de ouro desapareceu! Tinham chegado ao fim do arco-íris e o pote de Duro não mais estava lá. Continuaram a perfurar, tentando, desesperadamente, encontrar o veio de novo tudo em vão. Finalmente, resolveram desistir. Venderam a maquinaria a um negociante de ferro velho, por algumas centenas de dólares e levaram o trem de volta. O dono do ferro velho chamou um engenheiro de minas, para que examinasse a mina e fizesse uns cálculos. O engenheiro concluiu que o projeto falhara porque os donos não estavam habituados às linhas falhas. Seus cálculos mostraram que o veio seria encontrado a apenas um metro de onde os Darby tinham parado de perfurar! Foi exatamente onde o encontraram! **O homem do ferro velho retirou milhões de dólares em minério, da mina, porque foi suficientemente esperto para procurar o conselho de um perito, antes de desistir**²¹.

Nesta história lúdica, pode-se notar a importância da pesquisa, a figura a seguir elaborada por Ricardo Murari Bandeira, em sua dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação stricto sensu em Direito da Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, evidencia que quanto mais pesquisas, menor será o risco até a concessão de lavra.

§ 3º A exequibilidade do aproveitamento econômico resultará da análise preliminar dos custos da produção, dos fretes e do mercado.”

²¹ HILL, N **Think and grow rich**. Los Angeles: Highroads Media, 1960.



8.5 Bloqueio Minerário

O instituto do bloqueio mineral, esculpido no art. 42 do CM, tem como funcionalidades, impedir a extração mineral desde que haja fundado prejuízo ao bem público, ou ainda que comprometa seus interesses considerados superiores a exploração.

O Dr. João Emmanuel Cordeiro Lima traz uma excelente definição de bloqueio:

“O bloqueio mineral é um instrumento extremamente útil para harmonizar a atividade minerária com outros interesses igualmente relevantes que possam ser prejudicados pelo seu desenvolvimento em determinada localidade²².”

O instituto visa regular/harmonizar interesses igualmente relevantes, como por exemplo o conflito entre as atividades de exploração mineral e de geração de transmissão de energia elétrica, ou seja, duas agências reguladoras, a ANM e a ANEEL, ambas subordinadas a MME.

Esse conflito já ocorreu, e foi emitido o Parecer Proge 500/2008-FMM-LBTL-MP-SDM-JA. Portanto, para a superação de conflitos de interesse que estão no mesmo patamar de jurídico de interesses nacionais, devem-se ater as seguintes análises, pois ambas tem prevalência em suas atividades, (i) observando o caso concreto, no qual deve-se verificar o que

²²LIMA, Bloqueio mineral: instrumento de harmonização entre a mineração e outros empreendimentos/atividades, acesso em 30/05/2022, Link: <<https://www.migalhas.com.br/depeso/252011/bloqueio-minerario--instrumento-de-harmonizacao-entre-a-mineracao-e-outros-empresendimentos-atividades>>.

mais atende o interesse coletivo, substancia-se a isso, a segunda análise sob a óptica daquela considerada menos prejudicial ao bem e interesse público.

8.6 Do ingresso ao imóvel de terceiro

Conforme abordamos anteriormente, o extrator deve adentrar ao imóvel após a justa indenização, além disso o superficiário tem direito a uma renda, porém não poderá ultrapassar o rendimento líquido máximo da propriedade.

Nesse sentido se área for inutilizada para fins agrícolas e pastoris, o valor dos danos poderão atingir o valor venal máximo de toda a propriedade. tratando de terrenos públicos é dispensado o pagamento de renda ficando sujeito somente o pagamento do danos e prejuízos.

Contudo nem sempre, o acordo entre as partes é salutar, neste caso, se não for juntado até a data da transcrição do título de autorização, o Diretor Geral da ANM, enviará um ofício ao juízo da comarca, onde se situa a jazida uma cópia do referido título.

Recebida a cópia do título, o Juízo mandará proceder à avaliação da renda e dos danos e prejuízos a que se refere este artigo, na forma prescrita no Código de Processo Civil, no qual o *Parquet* deverá figurar como representante da União. Com a sentença e depositado os quantia correspondente ao valor da renda de 2 (dois) anos e a caução para pagamento da indenização, intimará os proprietários ou posseiros do solo a permitirem os trabalhos de pesquisa.

Sanadas as questões de posse do imóvel para pesquisa, o pesquisador, deverá iniciar os trabalhos de pesquisa em 60 dias da data da intimação dos superficiários.

9. AQUISIÇÃO SECUNDÁRIA

Essa forma de aquisição dos direito minerários, toma-se por base que já ocorreu outorga da lavra e um terceiro está interessado na jazida/mina.

Por este motivo, torna-se uma forma díspar de aquisição, pois não advém dos requerimentos, mas sim por cessão e transferência.

Contudo é permitido alienar ou gravar títulos minerários, desde que haja anuência da agência reguladora.

O assentimento da Agência, pautada no Carta Magna, em seu art. 176, §3º, visando sempre o controle das disposições minerais nacionais. A natureza jurídica da anuência da

administração, tem o caráter vinculado, ou seja, caso reste demonstrado a os requisitos do artigo 250 da portaria 155/2016 – DNPM (ANM), a Agência tem o dever de consentir.

Art. 176. (...)

§ 3º A autorização de pesquisa será sempre por prazo determinado, e as autorizações e concessões previstas neste artigo não poderão ser cedidas ou transferidas, total ou parcialmente, sem prévia anuência do poder concedente.

As formas mais comuns de aquisição destes direitos são advinda da cessão e de arrendamento, que traz a regulação entre particulares (Direito Privado), e a relação com o a União (Direito Público).

9.1 Da Cessão dos Direitos Minerários

A Cessão se dá por contrato, no qual dá ao cessionário o título de direitos minerários, podem se operar parcialmente ou totalmente.

As que operam totalmente, dão aos cessionários o título minério *in totum*, já o parcial, se opera dando ao adquirente do título, parte deste, contudo a área deverá ser desmembrada.

Os casos de indeferimento, que devem ser fundamentados, devem seguir o rol taxativo do art. 250 da portaria 155/2016 – DNPM (ANM), vejamos:

Art. 250. O pedido de anuência prévia e averbação de cessão ou transferência de direitos minerários será indeferido por meio de decisão **devidamente fundamentada** quando, dentre outros:

I - se tratar de cessão ou transferência, parcial ou total, de direitos referentes a **requerimentos de alvará de pesquisa, de registro de licença e de permissão de lavra garimpeira**, ainda que a averbação seja requerida após a outorga do título;

II - o requerimento não estiver devidamente instruído com os documentos de que tratam os arts. 226 a 240 e 243 a 245, conforme o caso, após a formulação de exigência;

III - a **justificativa técnico-econômica para a cessão parcial** do registro de licença e da permissão de lavra garimpeira, quando solicitada, e da concessão de lavra não for acolhida;

IV - **houver erro** na indicação das poligonais da área;

V - se tratar de contrato de cessão ou transferência de direitos cuja **área cedida esteja fora, total ou parcialmente, da área titulada**;

VI - o **cessionário não preencher os requisitos legais**; ou

VII - o **interesse público** assim o exigir.

Podemos observar que o rol taxativo dos sete itens, buscam trazer o melhor beneficiamento da jazida. Destaca-se que o cessionário, deve comprovar que possui habilidades técnicas, preencher os requisitos que Lei exige e ser capaz de exercê-la.

Art. 55. Subsistirá a Concessão, quanto aos direitos, obrigações, limitações e efeitos dela decorrentes, quando o concessionário a alienar ou gravar, na forma da lei.

§ 2º - A concessão de lavra somente é transmissível a quem for capaz de exercê-la de acordo com as disposições deste Código.

Portanto, não é possível que qualquer pessoa, seja, natural ou jurídica, venha a adquirir a jazida/mina, pois o que busca o interesse público é o beneficiamento.

9.1.1 Cessão de requerimento de pesquisa mineral

A Pesquisa mineral que confere ao titular, pelo princípio da propriedade, a preferência, não é objeto de cessão, ou qualquer outro tipo de aquisição secundária, visto que a maior parte da doutrina bem como o entendimento legal impedem a anuência da Agência reguladora.

Portanto não há meios legais de se adquirir preferência, seja por meio de cessão, arrendamento e semelhantes.

A Ação Rescisória 259-0/DF, julgada perante o STJ, de relatoria do Ministro Cesar Asfor Rocha, entendeu que não é possível a transmissibilidade do direito de preferência.

9.2 Do Arrendamento

O arrendamento também é realizado por instrumento particular, que necessariamente deve passar pelo crivo da ANM. E nessa modalidade não há necessidade de transferência da titularidade.

Quanto tratamos de arrendamento, considera-se uma cessão temporária de direitos minerários, contudo não ocorreu a transferência do título, de acordo com Maurício Pellegrino e Renata Campos Laborne:

De tal sorte, a maioria da doutrina do Direito Minerário Brasileiro considera o arrendamento de mina uma cessão temporária do direito de lavrar a jazida, e não apenas uma mera oneração, visto que permite o uso e gozo de um direito mineral em toda sua extensão, inclusive com o exaurimento de todo o recurso²³

Portanto, trata-se de uma cessão temporária, que se limita em um tempo máximo de trinta anos e será indeferido caso omita-se o prazo, pois não supre a regra do prazo indeterminado.

²³ SOUZA, Maurício Pellegrino de; TAVARES, Renata Campos Laborne. Arrendamento de mina e dinâmica da mineração: reflexões sobre aspectos conceituais da nova disciplina a partir da portaria DNPM n. 269/2008. In: GANDARA, Leonardo André et al. (Coord.). Direito Minerário: estudos. Belo Horizonte: Del Rey, 2011, p. 201

9.2.1 Da responsabilidade do arrendatário e do arrendador

Algo que deve se estar atento por parte do arrendador, com o *animus* fiscalizatório, se o arrendatário esta cumprindo com todas as suas obrigações, visto que, a responsabilidade é solidária.

Esta aplicação está disposta também na portaria ANM nº 155/2016, *in verbis*:

Art. 149. A partir da data de averbação do arrendamento total ou parcial, arrendatário e arrendante passarão a responder solidariamente por todas as obrigações decorrentes da concessão de lavra ou do manifesto de mina relativamente à área arrendada no período firmado no contrato, sob pena de adoção das medidas cabíveis, inclusive declaração de caducidade do título, se for o caso.

Parágrafo único. A solidariedade de que trata o caput deverá constar no contrato de arrendamento, sob pena de indeferimento do pedido de anuência e averbação após formulação de exigência.

Portanto, essa responsabilidade poderá trazer ao ocorrências para o portador do título minerário e poderá perde-lo. Além disso, torna-se corresponsável no pagamento da CFEM, PPRL.

O mais grave das situações é a ocorrência de danos ambientais, que possuem caráter *propter rem*. William Freire, até ensina que:

Nessa situação, é possível que haja a atuação do Ministério Público com vistas a determinar a recuperação da área degradada e, não sendo possível, por qualquer motivo, exigir-se do arrendatário, o proprietário poderá ser acionado e terá ação de regresso contra aquele. Se o arrendante, portanto, for o proprietário do imóvel, a responsabilidade por sanar o passivo ambiental se estende a ele²⁴.

Portanto é essencial que os titulares exerçam o mais rígido controle sobre as suas áreas, pois estas poderão ser responsáveis por ocorrências consideradas grave. O conselho do Prof. William Freire é elementar “Prevenir é sempre o melhor caminho”.

10. CONCLUSÃO

Neste trabalho foram apresentado as fases para aquisição dos direito minerários, e pode-se observar a multidisciplinaridade dos ramos do direito nesta matéria são de grandes capilaridades, pois conversam com o direito público com o direito privado. Além disso integram

²⁴ FREIRE, W. Arrendamento de direitos minerários. Riscos para o arrendante, jul. 2020. Acesso em: 7 nov. 2022, < [38](https://williamfreire.com.br/areas-do-direito/direito-minerario/arrendamento-de-direitos-minerarios-riscos-para-o-arrendante/?pdf=9160#:~:text=A%20partir%20da%20data%20de,de%20ado%C3%A7%C3%A3o%20das%20medidas%20cab%C3%ADveis%2C></p></div><div data-bbox=)

ao ramo as engenharias, especialmente as de minas, responsáveis por relatórios, anotações de responsabilidade técnica e requerimentos a ANM, a geologia, responsável por estudos e viabilizando o melhor aproveitamento das jazidas.

Nota-se também que o Brasil possui ampla capacidade de exploração e por falta de investimento a capacidade exploratória nacional é irrisória. Contudo apesar desses percalços o Brasil é considerado *global player*, visto a variedade e quantidade de recursos minerais com potencial exploratório.

O cenário político bem como os mineradores, estão se mobilizando para tornar o Código de Mineração mais atualizado, pois a modernização dos equipamentos, estudos viabilizaram maior facilidade tanto para a extração bem como para recuperação de áreas.

O meio ambiente apesar de aparentemente ser um tema antagônico a mineração, assim não deve ser entendido, pois esta depende da mineração seja para produtos para melhorar a qualidade do ambiente, seja para a descarbonização advindos do uso de baterias de lítio, grafite etc. Além disso, a legislação ambiental pátria, consideradas umas das mais rígidas do mundo, corretamente, pune severamente os danificadores ambientais.

Nota-se também que a Agência Nacional de Mineração busca aprimorar seus trabalhos de liberação de títulos, viabilizando plataformas eletrônicas *online*, para agilizar os processos. Porém ainda necessita de profundas reestruturações e reformulações para gerar celeridade.

A Legislação minerária, portarias, entendimentos, pareceres, devem buscar ser menos burocráticas, visando facilitar o trabalhos dos mineradores. Atendemos a isto porque, muitas das vezes quando referimo-nos a mineração, vem a mente sempre a ideia de uma empresa poderosa em recursos econômicos, como a VALE, portanto, não é a realidade da maioria das empresas extratoras.

Portanto, o sistema processual para aquisição de direitos minerários é extremamente oneroso e moroso.

Tal sistema vai contra o seu próprio princípio de atender os interesses da coletividade, o método desestimula o capital internacional e nacional e por este motivo deve a União unir esforços para atender e facilitar os procedimentos aquisitivos de direitos minerários.

REFERÊNCIAS

- FIEGELSON**, Bruno, Curso de Direito Minerário, 3. Ed – São Paulo: Saraiva Educação, 2018.
- ATAIDE**, Pedro, Direito Minerário / Pedro Ataíde. – 2. Ed., atual. e ampl. – Salvador: Ed. Juspodium, 2019.
- MEIRELLES**, Hely Lopes, et al. Direito administrativo brasileiro. Vol. 3. Revista dos Tribunais, 1966.
- FREIRE**, William. Comentários ao Código de Mineração. William Freire. Rio de Janeiro: Aide, 1995.
- BEDRAN**, Elias. A Mineração à Luz do Direito Brasileiro. Rio de Janeiro: Editora Alba Ltda, 1957.
- FREIRE**, William. Direito minerário: Acesso a imóvel de terceiro para pesquisa e lavra. William Freire. Rio de Janeiro: Editora D'Plácido, 2019



CÂMARA DOS DEPUTADOS

GRUPO DE TRABALHO CÓDIGO DE MINERAÇÃO GT MINERA

Grupo de Trabalho instituído para
debater e elaborar proposição legislativa destinada a alterar o
Decreto-Lei nº 227, de 2 de fevereiro de 1967 (Código de Mineração)



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Greyce Elias
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD215002650900>



GRUPO DE TRABALHO CÓDIGO DE MINERAÇÃO GT MINERA

Coordenador: Roman (PATRIOTA/PR)

Relatora-Geral: Greyce Elias (AVANTE/MG)

Sub-Relator: Joaquim Passarinho (PSD/PA)

Sub-Relator: Da Vitoria (CIDADANIA/ES)

Sub-Relator: Evair Vieira de Melo (PP/ES)

Sub-Relator: Ricardo Izar (PP/SP)

Sub-Relator: Nereu Crispim (PSL/RS)

Sub-Relator: Zé Silva (SOLIDARIEDADE/MG)

Sub-Relator: Jhonatan de Jesus (REPUBLICANOS/RR)

Demais Membros:

Caroline de Toni PSL/SC (Gab. 476-III)

Delegado Pablo PSL/AM (Gab. 373-III)

João Carlos Bacelar PL/BA (Gab. 928-IV)

Leandre PV/PR (Gab. 454-IV)

Airton Faleiro PT/PA

Felipe Rigoni PSB/ES

Odair Cunha PT/MG



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Greyce Elias
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD215002650900>



Relatório e Voto

O Grupo de Trabalho instituído pelo Ato do Presidente de 16 de junho de 2021 para propor alterações ao Código de Mineração – GT MINERA iniciou seus trabalhos no início de julho de 2021, tendo sido instalado em 13 de julho, após reunião de planejamento no dia seis do mesmo mês. O GT foi prorrogado após 90 dias, possuindo vigência até o início de 2022. Entretanto, conforme compromisso assumido após a sua instituição, apresentamos este Relatório Final com a antecedência que o tema pede.

As audiências públicas se iniciaram em 18 de agosto e se prolongaram até 20 de outubro de 2021. No decorrer dos trabalhos, participaram das audiências públicas diversos agentes do setor produtivo, e o que mais se ouviu durante essas reuniões foi o quão importante seria se a legislação possibilitasse maior agilidade ao processo minerário. A burocracia no setor mineral custa muito caro para o País, incluindo a existência de empresas incipientes e a atratividade frente ao capital internacional, e parecia o principal ponto a ser vencido por este importante Grupo.

A legislação que regula o setor mineral e que constitui o principal objeto de trabalho deste GT é o Decreto-Lei nº 227, de 1967, que foi publicado em um tempo em que o setor mineral no Brasil tinha outra configuração. As reformas pelas quais o normativo passou no decorrer do tempo, incluindo a da Lei nº 9.314, de 14 de novembro de 1996, foram suficientes para modernizá-lo apenas em parte, pois não eliminaram anacronismos que até hoje interferem no bom funcionamento do setor.

O planejamento estatal na exploração dos recursos minerais tem se mostrado insuficiente para direcionar o desenvolvimento de um setor tão importante. A Agência Nacional de Mineração – ANM, que sucedeu o anterior Departamento Nacional da Produção Mineral – DNPM e que tem por finalidade promover o planejamento e o fomento da exploração mineral e do aproveitamento dos recursos minerais, bem como assegurar, controlar e fiscalizar o exercício das atividades de mineração em todo o território nacional, não consegue atender a contento aos seus objetivos, por falta de estrutura.

Em razão disso, muitos problemas crônicos são observados, e o tratamento conferido para essas anomalias nem sempre é o que resulta no melhor interesse público. Mas, mesmo com tantos problemas, o faturamento da atividade minerária tem apresentado crescimento nos últimos anos, alavancado pelo apetite internacional por



commodities. É necessário prover o setor de instrumentos mais ágeis para assegurar que esses momentos econômicos favoráveis não sejam os únicos elementos propulsores da economia mineral. A atratividade do setor ao capital internacional depende de estabilidade jurídica e de um ambiente de negócios transparente e desburocratizado.

Entendemos haver óbices constitucionais na propositura de projeto de lei de iniciativa do Poder Legislativo que altere a estrutura organizacional de órgão do Executivo federal. Entretanto, envidamos esforços para reduzir o número de ações da Agência que demandem análise ou discricionariedade, contribuindo para fortalecer o papel da ANM como ente fiscalizador. Mas a centralização de decisões e o excesso de burocracia existentes no Código em vigor não são condizentes com o crescente número de processos minerários registrados no País.

A preocupação ambiental esteve presente durante a construção do novo texto legal do setor. A mineração deve ser vista como aliada do meio ambiente, uma vez que detém a chave para a transição energética mundial. É impossível consolidar a tecnologia de energias renováveis, que permitirá substituir as emissões de poluentes, sem que haja produção de cobre, níquel, lítio e outros minerais utilizados na produção de placas solares, baterias e aerogeradores. O caminho da descarbonização da economia, tão defendido pelos ambientalistas, passa necessariamente pela produção mineral em grande escala. Nesse sentido, a busca pela desburocratização dos processos de direito minerário foi acompanhada do endurecimento de medidas contra quem age em desacordo com as normas ambientais. Essas medidas, acompanhadas da necessária fiscalização, devem contribuir para transformar o Brasil em um bom exemplo de mineração não somente produtiva, mas, também, sustentável.

A elaboração do relatório final preliminar do GT MINERA foi norteadada pelo anseio do setor em ver modernizada a sua principal legislação, sem perder de vista a necessidade de manutenção dos pilares de sustentação de sua segurança jurídica. Nesse sentido, buscamos reduzir a burocracia e as obrigações desnecessárias impostas ao minerador, ao mesmo tempo em que reforçamos os preceitos garantidores dos princípios de prioridade e anterioridade. Também tivemos a preocupação de normatizar determinados ritos que foram introduzidos por meio de decreto presidencial, mas cujo amparo legal foi objeto de questionamento em algumas das discussões no decorrer dos trabalhos do Grupo.



Buscamos, neste voto, enfatizar as mudanças implantadas desde a versão preliminar do relatório, sem ignorar os principais pontos introduzidos pela nova legislação que buscamos construir.

No art. 1º, optamos por alterar o § 2º, excluindo “interesse social” dos princípios norteadores que constavam do relatório preliminar do GT. Ainda que a mineração tenha relevância para a sociedade e forte dependência locacional, os debates posteriores ao relatório preliminar resultaram na conclusão pela retirada do termo e na manutenção dos demais atributos, que entendemos ser utilidade pública, interesse nacional e essencialidade à vida. Ainda nesse artigo, excluimos o § 4º, que dispensava expressamente os atos de anuência de autoridades locais para a exploração dos recursos minerais, por entendermos que a participação dos demais entes federativos é necessária para assegurar a harmonia entre a atividade mineral e os aspectos locais. Como exemplo, a ocupação e uso do solo é prerrogativa municipal, conforme preconizado na Constituição Federal, art. 30, inciso VIII.

No art. 2º, mantivemos as alterações no inciso I, que atribuem à ANM, em vez de ao MME, a concessão de lavra. Entretanto, introduzimos como exceção os minerais tidos como estratégicos, cuja lavra continuará sendo concedida pelo MME, como forma de manter essa prerrogativa sob o controle da administração direta.

Quanto ao art 4º, realizamos alterações para aprimorar o texto dos conceitos tratados no Código, bem como alinhá-los às demais mudanças introduzidas no texto. Os conceitos de empreendimento minerário, rejeito e estéril foram alguns dos que passaram por aprimoramento.

Por sua vez, no art 6º, retiramos do Código de Mineração a previsão de animais como parte integrante da mina. Essa iniciativa está alinhada com o comprometimento ambiental que norteou os trabalhos deste GT, e veio como sugestão desta Relatora-Geral e da Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa Mineral e Mineração - ABPM.

Alteramos, ainda, o art. 13 para permitir que agentes delegados pela ANM tenham participação efetiva no processo de fiscalização da atividade de mineração. Os agentes dos municípios que celebram convênios com a Agência poderão fazer parte dessa inclusão.



No art 14, alteramos o § 3º para prover aperfeiçoamentos adicionais, como as tecnologias necessárias para o processamento do minério e os fatores econômicos e de mercado considerados. O § 4º permite a continuidade dos trabalhos de pesquisa após entrega do relatório final de pesquisa, e foram propostos aperfeiçoamentos para assegurar clareza na redação.

No art. 22, inserimos expressamente o termo “guia de utilização” no texto legal, para dirimir eventuais interpretações equivocadas quanto ao termo “autorização”. Para melhorar os mecanismos de controle do Estado sobre o empreendedor que realize atividades de forma inadequada com uso da guia, incluímos a obrigação de apresentar relatório anual similar ao de lavra.

Mantivemos, no art. 26, o mecanismo de leilão proposto originalmente na versão preliminar, com a adição de alguns ajustes procedimentais para áreas em disponibilidade. Criamos, adicionalmente, dispositivo que possibilita aos detentores de concessões de lavra em áreas vizinhas a possibilidade de cobrir a oferta ganhadora do leilão, viabilizando o aproveitamento da infraestrutura ligada a direitos minerários dessas áreas e a sinergia entre projetos.

No art. 26-A, introduzimos o leilão social, modalidade exclusiva para regime de permissão de lavra garimpeira. A atual sistemática de leilões adotada pela ANM e aperfeiçoada por este documento no art. 26 não era capaz de distinguir entre pequenas cooperativas e grandes empresas, inviabilizando o uso desse instrumento para estímulo àquelas entidades. As áreas elegíveis para esses certames deverão ter ocorrência de minérios garimpáveis, ou terem tido registro ou indícios de exercício de atividade de garimpagem. Ademais, a prioridade para cooperativas de garimpeiros está em linha com o disposto na Constituição Federal, art. 174, §§ 3º e 4º, para exploração de recursos minerais.

A nova redação do art. 40, por sua vez, contempla a previsão de exigência de estudo de dimensionamento de instalações em projetos com barragens. Essa medida está em linha com a preocupação deste GT de manter e aperfeiçoar os avanços na legislação sobre projetos com barragens, e deve possibilitar maior aprimoramento e promover a construção responsável para esse tipo de instalação, de modo a prevenir a ocorrência de desastres.



Sobre bloqueio de áreas, reescrevemos os artigos 42-A a 42-H e os convertimos em dois novos dispositivos, a partir do aperfeiçoamento da técnica legislativa. Em relação à redação do relatório preliminar, foi mantida a premissa que subsidiou a elaboração desses dispositivos, a necessidade de regulamentar o bloqueio de áreas de mineração, e introduzida a possibilidade de que os detalhes sejam tratados em regulamento.

O capítulo VI, que tratava de garimpagem, faiscação e cata, foi revogado em razão de sua obsolescência. As atividades de garimpagem são reguladas nos termos da Lei nº 7.805, de 18 de julho de 1989, e os direitos e deveres do garimpeiro constam da Lei nº 11.685, de 2 de junho de 2008. Nesse sentido, essa é a alusão que manteremos no Código a essa importante atividade, por meio da nova redação ao art. 70.

Quanto ao art. 80-A, o dispositivo foi anteriormente inserido para fomentar o debate sobre o melhor formato de enquadramento tributário que permitiria ao pequeno minerador realizar suas atividades e vender o produto de sua lavra sem depender de outros agentes. Atualmente, a impossibilidade de emissão de documento fiscal pelo pequeno minerador o obriga a procurar atravessadores, ainda que realize a atividade dotado dos títulos minerários cabíveis. Todavia, em face de envolver matéria de Lei Complementar, tal dispositivo não pode ser inserido em texto de lei ordinária, como é o caso deste Código. Assim, será recomendada a elaboração de projeto de lei complementar para viabilizar o enquadramento correto na legislação vigente.

Nos art 81-A, introduzimos dispositivo para auxiliar o combate da lavra ilegal. A ideia é responsabilizar profissionais e empreendedores que se omitam diante de flagrante ocorrência desse tipo de prática danosa ao setor e ao meio ambiente.

No art. 83-C, retiramos a atribuição do MME para emissão de certificados, cabendo ao regulamento a definição de diretrizes sobre o tema. A criação dos certificados minerários tem o intuito de atestar a veracidade de informações relativas aos títulos minerários, garantindo a existência dos recursos ou das reservas minerais declarados pelo titular de direitos minerários e possibilitando que os títulos possam ser utilizados em operações de mercado financeiro ou como instrumentos mais consistentes de garantia real para fins de financiamento. A certificação mineral deve ser opcional, e sua regulamentação se fará em conformidade com os padrões internacionalmente aceitos, o que agregará valor às áreas certificadas.



Introduzimos, no art. 88-A, algumas diretrizes para uniformizar a participação dos municípios nos processos relativos ao direito minerário, e para assegurar que eventuais condicionantes à anuência municipal sejam apresentadas de forma pública e transparente. Essa alteração permite a manutenção do papel dos municípios e prestigia o bom gestor público, ao mesmo tempo em que protege o empreendedor de eventuais usos abusivos de prerrogativas estatais.

No art. 97, em relação ao relatório preliminar, mantivemos a obrigação de a ANM cumprir prazos, mas aumentamos de 180 dias para um ano o período máximo para emissão de títulos minerários que permitem início de trabalhos.

Nos artigos 97-A e 97-B, optamos por reintegrar o município ao processo minerário, estabelecendo, entretanto, a necessidade de observância de diretrizes para eventual apresentação de condicionantes. Além disso, aumentamos para 200 hectares a área máxima para o regime de licenciamento.

Considerando os debates e discussões ocorridos durante o processo de elaboração do texto final, entendemos que o trabalho apresentado representa as principais necessidades do setor, razão pela qual solicitamos o apoio dos demais membros deste GT para aprovar a proposta anexa.



ANEXO



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Greyce Elias
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD215002650900>



CÓDIGO DE MINERAÇÃO

CAPÍTULO I

Das Disposições Preliminares

Art. 1º Compete à União ~~administrar~~ ~~os~~ ~~organizar~~ ~~a~~ ~~administração~~ ~~dos~~ recursos minerais, a indústria de produção mineral e a distribuição, o comércio e o consumo de produtos minerais.

§ 1º A organização inclui, entre outros aspectos, a ~~formulação~~ de políticas públicas, a regulação, a disciplina e a fiscalização da pesquisa, da lavra, do beneficiamento, da comercialização e do uso dos recursos minerais.

§ 2º O aproveitamento dos recursos minerais é atividade de utilidade pública, ~~de interesse social~~, de interesse nacional e essencial à vida humana, observada a rigidez locacional das jazidas.

§ 3º As normas de uso e ocupação do solo deverão prevenir que a expansão urbana inviabilize o aproveitamento mineral, ~~assegurada a participação da~~ ouvida a Agência Nacional de Mineração – ANM durante a sua elaboração.

~~§ 4º A competência de que trata o caput é exclusiva da União, sendo dispensados os atos de anuência de Estados e Municípios para a exploração dos recursos minerais.~~

Comentários

As alterações no *caput* e a inserção do § 1º neste artigo são necessárias para reforçar o papel da União no setor mineral, de supervisão, fiscalização, regulação e ~~formulação~~ de políticas públicas, em vez de participação direta. Aproveitado do texto da MPV 790/2017.

O § 2º lista atributos fundamentais à mineração, servindo de subsídio para atos posteriores de declaração de utilidade pública. ~~Optamos por excluir “interesse social” dos princípios norteadores que constavam do relatório preliminar do GT. Ainda que a mineração tenha relevância para a sociedade e forte dependência locacional, os debates posteriores ao relatório preliminar resultaram na conclusão pela retirada do termo e na manutenção dos demais princípios.~~

O § 3º serve para assegurar que a expansão urbana e a atividade mineral evoluam de forma harmoniosa. Esses dois dispositivos foram inspirados no sub-relatório do Dep. Nereu Crispim.

~~Excluimos o § 4º, que dispensava expressamente os atos de anuência de Estados e Municípios para a exploração dos recursos minerais, por entendermos que a participação principalmente dos municípios é necessária para assegurar a harmonia entre a atividade mineral e as normas de uso e ocupação do solo, cuja gestão é prerrogativa municipal, conforme preconizado na Constituição Federal, art. 30, inciso VIII.~~

Art. 2º Os regimes de aproveitamento das substâncias minerais, para efeito deste Código, são:

I - concessão, quando depender de portaria de concessão ~~da ANM~~, exceto para os minerais considerados estratégicos, definidos em regulamento, que serão outorgados pelo Ministro de Estado de Minas e Energia;

II - autorização, quando depender de expedição de alvará de autorização ~~da ANM~~;

III - licenciamento, quando depender de ~~licença expedida em obediência a regulamentos administrativos locais e de registro da licença no Departamento Nacional de Produção Mineral — DNPM~~ título de licenciamento, expedido na forma estabelecida pela Lei nº 6.567, de 24 de setembro de 1978;



IV - permissão de lavra garimpeira, quando depender de portaria de permissão da ANM, expedida na forma estabelecida pela Lei nº 7.805, de 18 de julho de 1989; e

V - monopolização, quando, em virtude de lei especial, depender de execução direta ou indireta do Governo Federal.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica aos órgãos da administração pública direta e autárquica da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, ~~sendo-lhes hipótese em que é permitida, conforme estabelecido em ato da ANM, a extração de substâncias minerais de emprego imediato na construção civil, definidas em Portaria do Ministério de Minas e Energia,~~ para uso exclusivo em obras públicas por eles executadas contratadas ou diretamente executadas, respeitados os direitos minerários em vigor nas áreas onde devam ser executadas extraídas as obras substâncias e vedada a sua comercialização.

Comentários

As alterações no inciso I atribuem à ANM, em vez de ao MME, a concessão de lavra. Introduzimos como exceção os minerais tidos como estratégicos, cuja lavra continuará sendo concedida pelo MME, como forma de manter essa prerrogativa sob o controle da administração direta.

As alterações ao parágrafo único estendem a aplicação desse dispositivo às obras públicas contratadas, não somente àquelas de execução direta pela Administração Pública. Alterações propostas pela versão original da MPV 790/2017. Sugestão colhida em audiências públicas e na mesa redonda realizada no Estado do Espírito Santo.

Art. 3º Este Código regula:

I - os direitos sobre as massas individualizadas de substâncias minerais ou fósseis, encontradas na superfície ou no interior da Terra formando os recursos minerais do País;

II - o regime de seu aproveitamento;

III - a fiscalização, pelo Governo Federal pela ANM, da pesquisa, da lavra e de outros aspectos da indústria mineral;

IV - os bloqueios de áreas-as áreas de bloqueio conflitantes com a mineração; e

V - a prescrição do direito minerário.

~~§ 1º Não estão sujeitos aos preceitos deste Código os trabalhos de movimentação de terras e de desmonte de materiais *in natura*, que se fizerem necessários à abertura de vias de transporte, obras gerais de terraplenagem e de edificações, desde que não haja comercialização das terras e dos materiais resultantes dos referidos trabalhos e ficando o seu aproveitamento restrito à utilização na própria obra.~~

~~§ 2º Parágrafo único. Compete à ANM a execução deste Código e dos diplomas legais complementares.~~

Comentários

A inserção dos incisos IV e V e a revogação do § 1º ampliam a aplicação do Código de Mineração, incluindo áreas de bloqueio conflitantes com a mineração (ver arts. 42-A e 42-B), prescrição do direito minerário (ver art. 81-C) e os trabalhos de movimentação de terras e de desmonte de materiais *in natura* (ver art. 3º-A).

Art. 3º-A. Caso realizados pelos titulares, independem da outorga de título minerário ou de qualquer outra manifestação prévia da ANM os seguintes trabalhos:

I - movimentação de terras e de desmonte de materiais *in natura*, que se fizerem necessários à abertura de vias de transporte e de redes de drenagem, bem como para a



instalação do empreendimento minerário e de estruturas acessórias à mina, conforme exigido pelas licenças emitidas pelos órgãos ambientais competentes, quando cabível; e

II - obras gerais de terraplenagem e de edificações, desde que não haja comercialização e doação das terras e dos materiais resultantes dos referidos trabalhos e o seu aproveitamento fique restrito à utilização na própria obra, exceto o estéril, que deverá receber destinação ambientalmente adequada.

Parágrafo único. Caso sejam realizados por terceiros em áreas oneradas, os trabalhos previstos no *caput* deste artigo deverão ser precedidos de declaração de dispensa de título minerário, a ser emitida pela ANM, na forma do regulamento.

Comentários

Atualmente, os trabalhos de movimentação de terra não são regulamentados pelo Código da Mineração, mas geram conflitos, sobretudo na área ambiental. Em determinadas situações, o minerador é obrigado a movimentar terra para fazer as instalações das edificações e a ANM considera esse movimento como “usurpação”. Em outras, empresas de construção civil executam loteamentos e acabam recebendo multas por essa mesma razão. Dessa forma, para acabar com interpretações diversas, a introdução de dispositivo específico é fundamental, principalmente para dar mais segurança jurídica aos titulares de direitos minerários, sem prejuízo da necessária regulamentação da ANM.

Ainda que haja entendimento amplo de que as estruturas acessórias à mina integrem o empreendimento minerário, a alteração ajuda a consolidar essa interpretação, conferindo maior segurança jurídica para essas operações.

~~Art. 4º. Considera-se jazida toda massa individualizada de substância mineral ou fósfil, aflorando à superfície ou existente no interior da terra, e que tenha valor econômico; e mina, a jazida em lavra, ainda que suspensa.~~

Art. 4º Para fins deste Código, consideram-se:

I - área: espaço delimitado por segmentos de retas com vértices definidos por coordenadas geodésicas e pela projeção vertical da superfície que passar pelo seu perímetro;

~~II - áreas de bloqueio: são áreas resultantes de conflito de interesse entre outras atividades e a mineração;~~

II - bem mineral: substância mineral já lavrada, e após a conclusão de seu beneficiamento, quando for o caso;

~~III - beneficiamento: conjunto de operações que objetivem o tratamento do minério, tais como processos realizados por modificação da granulometria, fragmentação, pulverização, classificação, concentração, separação magnética, flotação, homogeneização, aglomeração, aglutinação, briquetagem, nodulação, pelotização, ativação e desaguamento, além de secagem, desidratação, filtragem e levigação, ainda que exijam adição ou retirada de outras substâncias;~~

IV - bloqueio de área: proibição do desenvolvimento de atividade em determinada área em razão de conflito de interesse com a mineração, ou vice-versa;

V - certificação mineral: processo para obtenção de certificado expedido pelo MME após para comprovação e aferição da jazida mineral declarada em relatórios e projetos técnicos de em padrões internacionalmente aceitos;

~~VI - consumo: utilização de bem mineral, a qualquer título, pelo detentor ou arrendatário do direito minerário, assim como pela empresa controladora, controlada ou coligada, em processo que importe, ou não, na obtenção de nova espécie;~~



VI - depósito mineral: concentração natural de qualquer substância mineral útil, que apresente atributos geológicos de potencial econômico, tais como morfologia, teor, composição mineralógica, estrutura e textura;

VII - desenvolvimento de mina: conjunto de operações e investimentos destinados a viabilizar as atividades de produção de uma mina;

VIII - direito de prioridade: aquele decorrente do princípio da anterioridade e que garante precedência, na análise do requerimento, ao primeiro interessado que requerer os direitos minerários de determinada área, desde que preenchidos os requisitos legais ~~Garantindo o direito de precedência na análise do requerimento, que não pode ser preterido em benefício de outro posterior;~~

IX - direito minerário: aquele que se desenvolve a partir do requerimento com direito de prioridade, por meio de um conjunto de atos administrativos ~~vinculados, sucessivos e interligados que culminarão de~~ com o objetivo de obter o consentimento para a lavra;

X - empreendimento minerário: conjunto de estruturas e atividades necessárias ao desenvolvimento da mineração em determinado local;

XI - englobamento das áreas: junção de áreas contíguas, na mesma fase processual, de um mesmo titular, que resulta na retificação de um dos títulos em função da ampliação da sua área, ~~não podendo sendo que a~~ área resultante ~~não pode~~ ultrapassar os limites estipulados para cada regime ou substância;

XII - estéril: material não aproveitável como minério oriundo da extração mineral e ~~descartado depositado~~ antes do beneficiamento em caráter definitivo ou temporário;

XIII - Grupamento Mineiro: unidade de mineração formada por várias concessões de um mesmo titular, em áreas de um mesmo jazimento ou zona mineralizada;

XIV - guia de utilização: ~~autorização de ato~~ administrativo para extração das substâncias minerais na fase de pesquisa até a emissão da portaria de lavra, podendo ser comercializada a substância mineral extraída, conforme regras estabelecidas neste Código;

XV - jazida: toda massa individualizada de substância mineral ou fóssil, existente no interior ou na superfície da Terra, que tenha valor econômico;

XVI - lavra: conjunto de operações coordenadas objetivando o aproveitamento da jazida, desde a extração das substâncias minerais ~~que contiver~~ até o seu beneficiamento, incluindo transporte interno;

XVII - mina: jazida em lavra, ainda que temporariamente suspensa, abrangendo:

a) áreas de superfície ou subterrâneas nas quais se desenvolvam as operações de lavra;

b) máquinas, equipamentos, acessórios, veículos, materiais, provisões, edifícios, construções, instalações e obras civis, utilizados nas atividades de lavra; e

c) servidões indispensáveis à pesquisa mineral, aos estudos e à implantação de projetos ambientais, de desenvolvimento da mina e da lavra;

XVIII - minério: ocorrência natural de minerais ou associação de minerais com interesse econômico;

~~XX — nova espécie: corresponde a alteração na classificação da mercadoria no sistema de Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM);~~

XIX - pesquisa: trabalhos necessários à localização, à mensuração e à caracterização da jazida, bem como à sua avaliação técnica e econômica;



XX - plano de aproveitamento econômico: projeto básico que aborda os diversos aspectos envolvidos nos processos de extração, de beneficiamento e de comercialização da reserva mineral objetivada, elaborado por técnico legalmente habilitado, acompanhado da respectiva anotação de responsabilidade técnica e válido como requerimento de concessão de lavra;

XXI - poder concedente: ~~Ministério de Minas e Energia e Agência Nacional de Mineração~~ autoridade pública federal com competência de outorga de títulos minerários;

XXII - recurso mineral: substância mineral de interesse econômico no interior ou na superfície da Terra, com possibilidade de exploração econômica, ~~subdividida, em ordem crescente de confiança geológica, nas categorias inferida, indicada e medida;~~

XXIII - rejeito: material ~~descartado~~ proveniente da planta de beneficiamento e não aproveitado como bem mineral, a ser utilizado economicamente ou depositado de forma ambientalmente adequada;

~~XXV - remineralizador: material de origem mineral que tenha sofrido apenas redução e classificação de tamanho por processos mecânicos e que altere os índices de fertilidade do solo por meio da adição de macro e micronutrientes para as plantas, bem como promova a melhoria das propriedades físicas ou físico-químicas ou da atividade biológica do solo;~~

XXIV - reserva mineral: porção ~~de~~ do recurso mineral medido e indicado do depósito mineral a partir da qual um ou mais bens minerais podem ser técnica e economicamente aproveitados. ~~A reserva mineral se classifica em recursos inferido, indicado e medido e em reservas, sendo classificada como provável e provada;~~

XXV - royalty mineral: participação nos resultados da lavra decorrente de negócio jurídico privado entre o titular de direito minerário e um ou mais terceiros;

XXVI - título minerário: documento que assegura direito minerário ~~manifesto de mina, autorização de pesquisa e de aproveitamento de recurso minerário, concessão de lavra, registro de licença, registro de extração, permissão de lavra garimpeira e guia de utilização;~~

XXVII - transformação: modificação da natureza físico-química do bem mineral, ocorrida após o processo de beneficiamento e não integrante da atividade de mineração propriamente dita; e

XXVIII - valor de produção: soma dos custos de produção acumulados desde a etapa extração ou exploração até o beneficiamento, excluindo-se a ~~etapa que importe na obtenção de produto de nova espécie-transformação.~~

Comentários

Introduzimos conceitos importantes que se aplicam ao Código de Mineração. Na versão final do relatório, foram realizadas alterações para aprimorar o texto.

Art. 5º (Revogado)

Art. 6º Classificam-se as minas, segundo a forma representativa do direito de lavra, em duas categorias:

I - manifestada, a mina em lavra, ainda que transitoriamente suspensa a 16 de julho de 1934 e que tenha sido manifestada na conformidade do art. 10 do Decreto nº 24.642, de 10 de julho de 1934, e da Lei nº 94, de 10 de dezembro de 1935;

II - concedida, quando o direito de lavra é outorgado ~~pelo Ministro de Estado de Minas e Energia~~ pela ANM pelo poder concedente.



Parágrafo único. Consideram-se partes integrantes da mina:

- a) edifícios, construções, máquinas, aparelhos e instrumentos destinados à mineração e ao beneficiamento do produto da lavra, desde que este seja realizado na área de concessão da mina;
- b) servidões indispensáveis ao exercício da lavra;
- c) ~~animais~~ veículos empregados no serviço;
- d) materiais necessários aos trabalhos da lavra, quando dentro da área concedida; e
- e) provisões necessárias aos trabalhos da lavra, para um período de 120 (cento e vinte) dias.

Comentários

Retiramos do Código de Mineração a previsão de animais como parte integrante da mina. Essa iniciativa está alinhada com o comprometimento ambiental que norteou os trabalhos deste GT. Sugestão da Relatora-Geral e da ABPM.

Art. 6º-A. A atividade de mineração abrange a pesquisa, a lavra, o desenvolvimento da mina, o beneficiamento, o armazenamento de estéreis e rejeitos, o transporte e a comercialização dos minérios, mantida a responsabilidade do titular da concessão diante das obrigações deste Código até o fechamento da mina, que deverá ser obrigatoriamente convalidado pelo órgão regulador da mineração e pelo órgão ambiental licenciador.

Parágrafo único. O exercício da atividade de mineração inclui:

I - a responsabilidade **civil, penal e administrativa** do minerador pela prevenção, mitigação e compensação dos impactos ambientais decorrentes dessa atividade, **incluindo aqueles causados pelos rejeitos e estéreis, contemplando aqueles relativos ao de forma a propiciar o** bem-estar das comunidades envolvidas e **ao** desenvolvimento sustentável no entorno da mina;

II - a preservação da saúde e da segurança dos trabalhadores;

III - a prevenção de desastres ambientais, incluindo a elaboração e a implantação do plano de contingência ou de documento correlato; e

IV - a recuperação ambiental das áreas impactadas.

Comentários

Incluimos a responsabilidade do minerador por eventuais impactos causados pelos rejeitos e estéreis, em atendimento à preocupação com os impactos das barragens de mineração. Redação proposta pelo Dep. Joaquim Passarinho.

Art. 7º O aproveitamento das jazidas depende de alvará de autorização de pesquisa e de concessão de lavra **emitidos pela ANM, outorgada pelo Ministro de Estado de Minas e Energia.**

~~Parágrafo único.~~ § 1º ~~Independente de concessão do Governo Federal~~ o aproveitamento de minas manifestadas e registradas, as quais, no entanto, são sujeitas às condições que este Código estabelece para a lavra, a tributação e a fiscalização das minas concedidas.

§ 2º **O exercício da atividade de mineração inclui a responsabilidade do minerador pela recuperação ambiental das áreas impactadas.**

§ 3º **O Poder Público incentivará os empreendimentos destinados a:**

I - desenvolver atividades minerárias que contribuam para a recuperação de áreas com passivos ambientais de mineração; e



II - aproveitar estéreis e rejeitos da mineração.

§ 4º O Poder Público instituirá programas específicos destinados à recuperação dos passivos ambientais da mineração, mantidas as responsabilidades dos titulares dos direitos minerários das áreas degradadas.

Comentários

As alterações no *caput* permitem desvinculação do MME como outorgante da concessão de lavra.

Os parágrafos do artigo contribuem para o fortalecimento, dentro do Código de Mineração, do princípio do poluidor/pagador, que estabelece que os custos decorrentes da reparação dos danos ambientais não evitados sejam suportados integralmente pelo condutor da atividade econômica. Há preocupação, também, em incentivar o aproveitamento dos rejeitos e estéreis.

Alterações propostas pelos Deputados Felipe Rigoni e Joaquim Passarinho, com adaptações, e pela versão original da MPV 790/2017.

Art. 8º (Revogado)

~~Art. 9º. Far-se-á pelo regime de matrícula o aproveitamento definido e caracterizado como garimpagem, fiação ou cata.~~ Art. 9º (Revogado)

Art. 10. Reger-se-ão por leis especiais:

I - as jazidas de substâncias minerais que constituem monopólio estatal;

II - as substâncias minerais ou fósseis de interesse arqueológico;

III - os espécimes minerais ou fósseis, destinados a museus, estabelecimentos de ensino e outros fins científicos;

IV - as águas minerais em fase de lavra; e

V - as jazidas de águas subterrâneas.

Art. 11. Serão respeitados, na aplicação dos regimes de autorização, de licenciamento e de concessão:

a) o direito de prioridade à obtenção da autorização de pesquisa ou de registro de licença, atribuído ao interessado cujo requerimento tenha por objeto área considerada livre, para a finalidade pretendida, à data da protocolização do pedido na ANM, atendidos os demais requisitos cabíveis estabelecidos neste Código; e

b) o direito à participação do proprietário do solo nos resultados da lavra.

§ 1º A participação de que trata a alínea "b" do *caput* deste artigo será de **50% (cinquenta por cento)** do valor total devido aos Estados, Distrito Federal, Municípios e órgãos da administração direta da União, a título de compensação financeira pela exploração de recursos minerais, conforme previsto no *caput* do art. 6º da Lei nº 7.990, de 29 de dezembro de 1989, e no art. 2º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990.

§ 2º O pagamento da participação do proprietário do solo nos resultados da lavra de recursos minerais será efetuado mensalmente, até o último dia útil do mês **subsequente** ao do fato gerador, devidamente corrigido pela taxa de juros de referência, ou outro parâmetro que venha a substituí-la.

§ 3º O não cumprimento do prazo estabelecido no § 2º deste artigo implicará correção do débito pela variação diária da taxa de juros de referência, ou outro parâmetro que venha a



substituí-la, juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e multa de 10% (dez por cento) aplicada sobre o montante apurado.

Comentários

Não houve alterações no direito de prioridade, considerado como “cláusula pétrea” pelo setor. A preocupação com a segurança jurídica foi um dos principais orientadores na elaboração desta proposição.

Art. 12. O direito de participação de que trata o art. 11 não poderá ser objeto de transferência ou caução separadamente do imóvel a que corresponder, mas o proprietário deste poderá:

- I - transferir ou caucionar o direito ao recebimento de determinadas prestações futuras;
ou
- II - renunciar ao direito.

Parágrafo único. Os atos enumerados neste artigo somente valerão contra terceiros a partir da sua inscrição no Registro de Imóveis.

Art. 13. As pessoas ~~naturais~~ físicas ou jurídicas que exerçam atividades de pesquisa, lavra, beneficiamento, distribuição, consumo ou industrialização de reservas minerais são obrigadas a facilitar aos agentes da ANM ou por ela delegados a inspeção de instalações, equipamentos e trabalhos, bem como a fornecer-lhes informações sobre:

- I - volume da produção e características qualitativas dos produtos;
- II - condições técnicas e econômicas da execução dos serviços ou da exploração das atividades mencionadas no *caput* deste artigo;
- III - mercados e preços de venda; e
- IV - quantidade e condições técnicas e econômicas do consumo de produtos minerais.

Comentários

Permite que agentes delegados pela ANM tenham participação efetiva no processo de fiscalização da atividade de mineração. Os agentes dos municípios que celebram convênios com a Agência poderão fazer parte dessa inclusão.

CAPÍTULO II Da Pesquisa Mineral

Art. 14. ~~Entende-se por~~ A pesquisa mineral **compreende** a execução dos trabalhos necessários à definição da jazida, ~~à sua avaliação~~ e à determinação da **exequibilidade preliminar** do seu aproveitamento econômico.

§ 1º A pesquisa mineral ~~compreende~~ **poderá incluir**, entre outros, os seguintes trabalhos de campo e de laboratório: levantamentos geológicos pormenorizados da área a pesquisar, em escala conveniente; estudos dos afloramentos e suas correlações; levantamentos geofísicos e geoquímicos; abertura de escavações visitáveis e execução de sondagens no corpo mineral; amostragens sistemáticas; **abertura de acessos aos locais de amostragem**; análises físicas e químicas das amostras e dos testemunhos de sondagens; e ensaios de beneficiamento dos minérios ou das substâncias minerais úteis, para obtenção de concentrados de acordo com as especificações do mercado ou aproveitamento industrial.

§ 2º A definição da jazida:

I - resultará ~~da coordenação~~, **da coordenação**, da correlação e da interpretação dos dados colhidos nos trabalhos de pesquisa mineral executados;



~~II - deverá incluir a mensuração do depósito mineral segundo os conceitos de recursos inferidos, indicados e medidos e de reservas prováveis e provadas; e~~

~~III - deverá adotar modelos ou padrões de declaração de resultados reconhecidos internacionalmente.~~

II - deverá efetuar a estimativa pelo método adequado, de acordo com as características do depósito mineral; e

III - deverá classificar as reservas segundo os conceitos de recursos inferidos, indicados e medidos ou de reservas prováveis e provadas, se for o caso, com base nos fatores modificadores disponíveis e conforme o grau de confiabilidade.

§ 3º A **exequibilidade** do aproveitamento econômico ~~resultará da análise preliminar dos custos da produção, dos fretes e do mercado~~ preliminar da jazida, objeto do relatório final de pesquisa, ~~decorrerá do estudo econômico preliminar do empreendimento mineral baseado nos recursos medidos e indicados, no plano conceitual da mina e nos fatores modificadores disponíveis ou considerados à época de fechamento do referido relatório do empreendimento minerário, considerando, entre outros fatores, os dados conceituais da mina e do beneficiamento, os recursos e as reservas minerais da jazida, as tecnologias necessárias aos eventuais processamentos do minério e os fatores econômicos e de mercado considerados à época de elaboração do referido relatório.~~

§ 4º ~~Após o término da fase de pesquisa, Encerrada a vigência da autorização de pesquisa e desde que apresentado o relatório final de pesquisa tempestivamente, o titular ou o seu sucessor poderá, mediante comunicação prévia e até a manifestação final do órgão regulador sobre o relatório final de pesquisa, dar continuidade aos trabalhos, mesmo inclusive em campo, com vistas à conversão dos recursos medidos e indicados em reservas provadas e prováveis, a serem futuramente consideradas no plano de aproveitamento econômico, bem como para o planejamento adequado do empreendimento ou a ao melhor detalhamento da jazida, podendo os dados coletados ser utilizados a qualquer momento para o aumento dos recursos ou das reservas já apresentados, ou à descoberta de novas substâncias minerais.~~

§ 5º ~~É cabível a dispensa de licenciamento ambiental para pesquisa mineral, desde que a tecnologia empregada não provoque impactos ambientais significativos e nos casos de extração mineral previstos em regulamento comum entre os órgãos de regulação do setor mineral e do meio ambiente.~~

§ 6º A pesquisa mineral para as substâncias minerais de que trata a Lei nº 6.567, de 24 de setembro de 1978, poderá ser dispensada ou ter seus procedimentos simplificados, conforme o regulamento.

Comentários

O § 2º introduz a possibilidade de autodeclaração de informações na pesquisa, com responsabilidade do minerador sobre as informações prestadas.

O § 3º estabelece diretrizes atualizadas e mais específicas para definição da exequibilidade do aproveitamento econômico. Na versão final, introduzimos aperfeiçoamentos adicionais, como as tecnologias necessárias para o processamento do minério e os fatores econômicos e de mercado considerados.

O § 4º permite a continuidade dos trabalhos de pesquisa após entrega do relatório final de pesquisa, tendo sido propostos aperfeiçoamentos na versão final para assegurar clareza na redação.

O § 5º prevê dispensa de licença ambiental para pesquisa em situações específicas. Sugestões de vários participantes durante as audiências, em alinhamento aos preceitos da Lei de Liberdade Econômica.



O § 6º prevê a dispensa ou a simplificação de procedimentos em caso de licenciamento mineral.

Alterações obtidas a partir de adaptação das propostas dos Deputados Felipe Rigoni, Nereu Crispim e Joaquim Passarinho, além de trecho aproveitado da versão original da MPV 790/2017.

Art. 15. A autorização de pesquisa será outorgada **pela ANM** a brasileiros, pessoas naturais, firmas individuais ou empresas legalmente habilitadas, mediante requerimento dos interessados.

Parágrafo único. Os trabalhos necessários à pesquisa serão executados sob a responsabilidade profissional de engenheiro de minas ou de geólogo, habilitado ao exercício da profissão.

Art. 16. A autorização de pesquisa será pleiteada em requerimento dirigido à **ANM**, entregue mediante recibo no protocolo do **órgão**, onde será **mecanicamente** numerado e registrado, devendo ser apresentado em duas vias e conter os seguintes elementos de instrução:

I - nome, indicação da nacionalidade, do estado civil, da profissão, do domicílio e do número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda, do requerente, pessoa natural. Em se tratando de pessoa jurídica, razão social, número do registro de seus atos constitutivos no Órgão de Registro de Comércio competente, endereço e número de inscrição no Cadastro Geral dos Contribuintes do Ministério da Fazenda;

II - prova de recolhimento **das respectivas emolumentos-taxas**;

III - designação das substâncias a pesquisar;

IV - indicação da extensão superficial da área objetivada, em hectares, e do Município e do Estado em que se situa;

V - memorial descritivo da área pretendida, nos termos a serem definidos **pela ANM**;

VI - planta de situação, cuja configuração e elementos de informação serão estabelecidos **pela ANM**; e

VII - plano dos trabalhos de pesquisa, acompanhado do orçamento e do cronograma previstos para sua execução.

§ 1º O requerente e o profissional responsável poderão ser interpelados **pela ANM** para justificarem o plano de pesquisa e o orçamento correspondente referidos no inciso VII deste artigo, bem como a disponibilidade de recursos.

§ 2º Os trabalhos descritos no plano de pesquisa servirão de base para a avaliação judicial da renda pela ocupação do solo e da indenização devida ao proprietário ou posseiro do solo, não guardando nenhuma relação com o valor do orçamento apresentado pelo interessado no referido plano de pesquisa.

§ 3º Os documentos a que se referem os incisos V, VI e VII deste artigo deverão ser elaborados sob a responsabilidade técnica de profissional legalmente habilitado.

Art. 17. Será indeferido de plano **pela ANM** o requerimento desacompanhado de qualquer dos elementos de instrução referidos nos incisos I a VII do **artigo anterior art. 16**.

§ 1º Será de 60 (sessenta) dias, a contar da data da publicação da respectiva intimação no Diário Oficial da União, o prazo para cumprimento de exigências formuladas **pela ANM** sobre dados complementares ou elementos necessários à melhor instrução do processo.

§ 2º Esgotado o prazo de que trata o **parágrafo anterior §1º deste artigo**, sem que haja o requerente cumprido a exigência, o requerimento será indeferido **pela ANM**.



Art. 18. A área ~~objetivada em objeto de~~ requerimento de autorização ~~e de~~ pesquisa, ~~ou~~ de registro de licença ~~ou de permissão de lavra garimpeira~~ será considerada livre, desde que não se enquadre em quaisquer das seguintes hipóteses:

I - se estiver vinculada a autorização de pesquisa, registro de licença, concessão de lavra, manifesto de mina ou permissão de reconhecimento geológico;

II - se for objeto de pedido anterior de autorização de pesquisa, salvo se este estiver sujeito a indeferimento, nos seguintes casos:

a) por enquadramento na situação prevista na *caput* do **art. 17** e no § 1º deste artigo; e

b) por ocorrência, na data da protocolização do pedido, de impedimento à obtenção do título pleiteado, decorrente das restrições impostas ~~no parágrafo único do Art. 23 e no Aart. 26~~ deste Código;

III - se for objeto de requerimento anterior de registro de licença, ou se estiver vinculada a licença, cujo registro venha a ser requerido no prazo de 30 (trinta) dias de sua expedição;

IV - se estiver vinculada a requerimento de renovação de autorização de pesquisa, tempestivamente apresentado, e pendente de decisão;

V - se estiver vinculada a autorização de pesquisa, com relatório dos respectivos trabalhos tempestivamente apresentado, e pendente de decisão; **ou**

VI - se estiver vinculada a autorização de pesquisa, com relatório dos respectivos trabalhos aprovado, e na vigência do direito de requerer a concessão da lavra, atribuído nos termos do **Aart. 31** deste Código.

§ 1º Não estando livre a área pretendida, o requerimento será indeferido por despacho **da ANM**, assegurada ao interessado a restituição de uma das vias das peças apresentadas em duplicata, bem como dos documentos públicos, integrantes da respectiva instrução.

§ 2º Ocorrendo interferência parcial da área objetivada no requerimento, como área onerada nas circunstâncias referidas nos itens I a VI do *caput* deste artigo, e desde que a realização da pesquisa, ou a execução do aproveitamento mineral por licenciamento, na parte remanescente, seja considerada técnica e economicamente viável, a juízo **da ANM**, será facultada ao requerente a modificação do pedido para retificação da área originalmente definida, procedendo-se, neste caso, de conformidade com o disposto nos §§ 1º e 2º do **art. 17**.

~~Art. 19. Do despacho que indeferir o pedido de autorização de pesquisa ou de sua renovação, caberá pedido de reconsideração, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da publicação do despacho no Diário Oficial da União~~

~~§ 1º Do despacho que indeferir o pedido de reconsideração, caberá recurso ao Ministério das Minas e Energia, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação do despacho no Diário Oficial da União.~~

~~§ 2º A interposição do pedido de reconsideração suspenderá a tramitação de requerimento de autorização de pesquisa que, objetivando área abrangida pelo requerimento concernente ao despacho recorrido, haja sido protocolizado após o indeferimento em causa, até que seja decidido o pedido de reconsideração ou o eventual recurso.~~

~~§ 3º Provido o pedido de reconsideração ou o recurso, caberá o indeferimento do requerimento de autorização de pesquisa superveniente, de que trata o parágrafo anterior.~~

Art. 19. Da decisão que indeferir o requerimento de autorização de pesquisa ou o requerimento de prorrogação do prazo da autorização de pesquisa caberá recurso administrativo no prazo de 60 (sessenta) dias, contado da data de intimação do interessado, na forma estabelecida **pela ANM em regulamento**.

Comentários



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Greyce Elias
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD215002650900>



Simplifica o rito de recursos administrativos, conferindo maior agilidade na definição do status da área. Redação original da MPV 790/2017.

Art. 20. A autorização de pesquisa importa nos seguintes pagamentos:

I - pelo interessado, quando de ~~seu~~ requerimento de ~~autorização de pesquisa~~, de ~~emolumentos em quantia equivalente a duzentas e setenta vezes a expressão monetária UFIR, instituída pelo art. 1º da Lei nº 8.383, de 30 de dezembro de 1994~~ taxa de registro e de ~~serviços administrativos~~;

II - pelo titular de autorização de pesquisa, até a entrega do relatório final dos trabalhos à ANM, de taxa anual por hectare, admitida a fixação em valores progressivos em função da substância mineral objetivada, da extensão e da localização da área, ~~do prazo de vigência da autorização e de outras condições, na forma do regulamento, respeitado o valor máximo de duas vezes a expressão monetária UFIR, instituída pelo art. 1º da Lei nº 8.383, de 30 de dezembro de 1994.~~

§ 1º Relativamente às ~~taxas~~ de que trata o ~~inciso II do caput~~ deste artigo, a ANM estabelecerá os valores, os prazos de recolhimento e demais critérios e condições de pagamento.

§ 2º ~~Os emolumentos e a taxa referidos, respectivamente, As taxas referidas nos incisos I e II do caput~~ deste artigo serão ~~recolhidos ao Banco do Brasil S.A. e~~ destinadas à ANM, nos termos do inciso III do ~~caput~~ do art. 5º da Lei nº 8.876, de 2 de maio de 1994.

§ 3º O não pagamento ~~das taxas de que trata o dos emolumentos e da taxa de que tratam, respectivamente, os incisos I e II do caput deste artigo~~; ensejará, nas condições que vierem a ser estabelecidas ~~pela ANM~~, a aplicação das seguintes sanções:

I - ~~tratando-se de emolumentos para o requerimento de autorização de pesquisa~~, indeferimento de plano e ~~conseqüente seu conseqüente~~ arquivamento ~~do requerimento de pesquisa~~;

II - ~~tratando-se de taxa para a autorização de pesquisa~~:

a) multa, no valor máximo ~~previsto no art. 64~~ correspondente a 20% (vinte por cento) do ~~valor da taxa devida~~; e

b) nulidade *ex officio* do alvará de autorização de pesquisa, após a imposição de multa.

Comentários

A alteração proposta para este artigo visa à redução do papel regulador do Ministério de Minas e Energia. Importante destacar, ainda, que optamos pela manutenção dos parâmetros utilizados no cálculo ~~da taxa de registro e de serviços administrativos~~ e da taxa anual por hectare, ~~apenas retirando o valor máximo e acrescentando a possibilidade de valor progressivo da taxa por hectare no caso de autorização com prazo maior de vigência.~~ Essa medida visa coibir o uso especulativo da autorização de pesquisa, permitindo que o Poder Executivo ~~regulamente a matéria~~. Entendemos que ~~outras~~ alterações nos parâmetros de cálculo dessas obrigações que resultassem em elevação de seus valores poderiam resultar em obstáculos à realização de pesquisa e investimentos. ~~Alterações de forma incorporadas a partir de emendas propostas pelos Deputados Aírton Faleiro e Odair Cunha.~~

Adicionalmente, o valor da multa deve equivaler ao da taxa devida, para evitar penalização de mineradores de pequeno porte. Proposta do Dep. Nereu Crispim.

Art. 21. (Revogado)

Art. 22. A autorização de pesquisa será conferida nas seguintes condições, além das demais constantes neste Código:



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Greyce Elias
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD215002650900>



* CD 21 500 265 090 0 *

I - o título poderá ser objeto de cessão ou de transferência, desde que o cessionário satisfaça os requisitos legais exigidos, **observando-se que os atos de cessão e de transferência só terão validade depois de devidamente averbados na ANM;**

II - é admitida a renúncia **total ou parcial** à autorização, sem prejuízo do cumprimento, pelo titular, das obrigações decorrentes deste Código, observado o disposto no inciso V ~~deste artigo; parte final do caput deste artigo~~, tornando-se ~~operante o efeito da extinção do título autorizativo eficaz~~ na data da **protocolização** do instrumento de renúncia, com a desoneração da área **renunciada**, na forma do art. 26 ~~deste Código~~;

III - o prazo de validade da autorização não será ~~inferior a um ano 2 (dois) anos, nem superior a três 4 (quatro) 3 (três) anos~~, a critério ~~do DNPM da ANM~~, consideradas as características especiais da situação da área e da pesquisa mineral objetivada, admitida ~~a sua~~ **uma única** prorrogação, a qual ~~sob as seguintes condições~~:

a) ~~a prorrogação~~ poderá ser concedida, tendo por base a avaliação do desenvolvimento dos trabalhos, conforme critérios estabelecidos pela **ANM**;

b) ~~a prorrogação~~ deverá ser requerida **até 60 (sessenta) dias** antes de expirado o prazo da autorização vigente, devendo o competente requerimento ser instruído com um relatório dos trabalhos efetuados e **a justificativa do prosseguimento da pesquisa, observada a presunção de boa-fé nos atos praticados no exercício da atividade econômica de que trata o inciso V do art. 3º da Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019; e**

c) ~~a prorrogação~~ independe da expedição de novo alvará, contando-se o respectivo prazo a partir da data da publicação, no Diário Oficial da União, do despacho que a deferir;

IV - o titular da autorização responde, com exclusividade, pelos danos causados a terceiros, direta ou indiretamente decorrentes dos trabalhos de pesquisa; **e**

~~V - o titular da autorização fica obrigado a realizar os respectivos trabalhos de pesquisa, devendo submeter à aprovação do DNPM, dentro do prazo de vigência do alvará, ou de sua renovação, relatório circunstanciado dos trabalhos, contendo os estudos geológicos e tecnológicos quantitativos da jazida e demonstrativos da exequibilidade técnico-econômica da lavra, elaborado sob a responsabilidade técnica de profissional legalmente habilitado. Excepcionalmente, poderá ser dispensada a apresentação do relatório, na hipótese de renúncia à autorização de que trata o inciso II deste artigo, conforme critérios fixados em portaria do Diretor Geral do DNPM, caso em que não se aplicará o disposto no § 1º deste artigo.~~

V - o titular da autorização fica obrigado a realizar os trabalhos de pesquisa e a submeter relatório circunstanciado à aprovação da ANM no prazo de vigência do alvará ou de sua prorrogação.

~~§ 1º A não apresentação do relatório referido no inciso V deste artigo sujeita o titular à sanção de multa, calculada à razão de uma UFIR por hectare da área outorgada para pesquisa.~~

§ 1º O relatório de que trata o inciso V do *caput* deste artigo conterá os estudos geológicos e tecnológicos quantitativos da jazida e os demonstrativos preliminares da exequibilidade técnico-econômica da lavra, elaborado sob a responsabilidade técnica de profissional legalmente habilitado.

§ 2º É admitida, em caráter excepcional, a extração de substâncias minerais em área titulada, antes da outorga da concessão de lavra, mediante **prévia autorização da guia de utilização a ser expedida pela ANM, observada a legislação ambiental pertinente** cuja eficácia estará sujeita à expedição de licença ambiental de operação ou documento equivalente.

§ 3º Excepcionalmente, poderá ser dispensada a apresentação do relatório de que trata o inciso V do *caput* deste artigo, na hipótese de renúncia à autorização de que trata o inciso II



do mesmo *caput*, conforme estabelecido pela ANM, caso em que não se aplicará o disposto no § 4º deste artigo.

§ 4º A não apresentação do relatório de que trata o inciso V do *caput* deste artigo sujeita o titular à sanção de multa, no valor mínimo previsto no art. 64, acrescida do valor correspondente à taxa anual por hectare da área outorgada para pesquisa e, após ~~180 (cento e oitenta)~~ 60 (sessenta) dias de atraso, a área passa a ser considerada livre, não restando nenhum direito a ressarcimento da pesquisa.

§ 5º A ~~autorização~~ **guia de utilização** de que trata o § 2º deste artigo terá validade até a concessão de lavra, e poderá ser cancelada caso se constate que os trabalhos realizados estejam em desconformidade com seu objeto ou com o processo minerário, ou sem a licença ambiental de operação, devendo o titular apresentar anualmente relatório de atividades de forma similar ao exigido no inciso XVI do art. 47, sob pena de perda de validade da guia.

§ 6º O disposto no § 5º deste artigo se estende às ~~autorizações~~ **guias de utilização atualmente vigentes**.

§ 7º É admitida a prorrogação sucessiva do prazo da autorização de pesquisa nas hipóteses de impedimento de acesso à área de pesquisa ou de falta de assentimento ou de licença do órgão ambiental competente, desde que o titular demonstre, por meio de documentos comprobatórios, que:

I - atendeu às diligências e às intimações promovidas no curso do processo de avaliação judicial ou determinadas pelo órgão ambiental competente, **hipótese em que a comprovação deverá ocorrer por meio de declaração circunstanciada deste**; e

II - não contribuiu, por ação ou por omissão, para a falta de ingresso na área ou de expedição do assentimento ou da licença ambiental.

§ 8º O conteúdo mínimo e as orientações quanto à elaboração dos ~~relatórios~~ **relatórios** a que se referem os incisos ~~V e VI~~ do *caput* deste artigo serão definidos pela ANM, de acordo com as melhores práticas internacionais.

§ 9º Até que haja decisão a respeito do requerimento de prorrogação do prazo, se apresentado tempestivamente, a autorização de pesquisa permanecerá em vigor.

§ 10. Eventual indeferimento de prorrogação do prazo de autorização de pesquisa deverá ser fundamentado.

§ 11. Nas situações enquadradas no § 9º ~~deste artigo~~ e em que ocorra o disposto no § 10, **ambos** deste artigo, o titular da autorização de pesquisa será reembolsado proporcionalmente pelo pagamento da taxa de que trata o inciso II do art. 20.

Comentários

- Retiramos o prazo mínimo de validade para autorização de pesquisa e restringimos a apenas uma prorrogação, evitando prorrogações sucessivas por quem não tem interesse real em pesquisar.
- Modernizamos as diretrizes para apresentação do relatório de pesquisa;
- Elevamos a multa decorrente da não apresentação de relatório final de pesquisa. Além disso, o atraso persistente na apresentação do relatório final de pesquisa resultará em enquadramento da área como livre e perda do direito minerário; incentivamos a renúncia daqueles que não têm interesse em pesquisar a área, em vez de permanecerem inertes até o final da vigência.
- **Introduzimos expressamente o termo “guia de utilização” no texto legal, para dirimir eventuais interpretações equivocadas quanto ao termo “autorização”.** Estabelecemos que a guia de utilização tenha validade até a concessão de lavra, e possibilitamos seu cancelamento caso se constate que os trabalhos realizados estejam em



desconformidade com seu objeto ou com o processo minerário, ou sem a licença ambiental de operação. **Para melhorar os mecanismos de controle do Estado sobre o empreendedor que realize atividades de forma inadequada com uso da guia, incluímos a obrigação de apresentar relatório anual similar ao de lavra.**

- Permitimos a prorrogação sucessiva da autorização de pesquisa somente nas hipóteses de impedimento de acesso à área de pesquisa ou de falta de assentimento ou de licença do órgão ambiental competente, desde que o titular demonstre que atuou diligentemente pelo bom andamento do processo.
- Estabelecemos validade da prorrogação de pesquisa até que o órgão regulador se manifeste a respeito.
- Atendemos tangencialmente o problema da paralisação das pesquisas decorrente de atrasos na análise do requerimento de prorrogação.
- Estabelecemos que eventual indeferimento de prorrogação de prazo de pesquisa seja fundamentado, em alinhamento aos princípios que devem reger a administração pública.
- Determinamos a devolução de parcela de TAH relativa ao período em que a autorização de pesquisa tenha perdido a validade, o que pode ocorrer quando o título mantiver a validade durante a análise da ANM.

Art. 23. Os estudos referidos no inciso V **do caput** do art. 22 concluirão pela:

I - **exequibilidade** técnico-econômica da lavra;

II - inexistência de jazida;

III - **inexequibilidade** técnico-econômica da lavra em face da presença de fatores conjunturais adversos, tais como:

a) inexistência de tecnologia adequada ao aproveitamento econômico da substância mineral; ou

b) inexistência de mercado interno ou externo para a substância mineral.

Art. 24. A retificação de alvará de pesquisa, a ser efetivada mediante despacho publicado no Diário Oficial da União, não acarreta modificação no prazo original, salvo se, a juízo **da ANM**, houver alteração significativa no polígono delimitador da área.

Parágrafo único. Na hipótese de que trata a parte final do **caput** deste artigo, será expedido alvará retificador, contando-se o prazo de validade da autorização a partir da data da publicação, no Diário Oficial da União, do novo título.

Art. 25. As autorizações de pesquisa ficam adstritas às áreas máximas que forem fixadas **pela ANM**.

Art. 26. A área desonerada por ~~publicação de despacho no Diário Oficial da União ato da ANM ou do Ministério de Minas e Energia, ou em decorrência de qualquer forma de extinção de direito minerário~~, ficará disponível pelo prazo de ~~sessenta~~**90 (noventa)** dias, para fins de pesquisa ou lavra, conforme ~~dispuser portaria do Ministro de Estado de Minas e Energia estabelecido pela ANM~~.

§ 1º Salvo quando dispuser diversamente o despacho respectivo, a área desonerada na forma deste artigo ficará disponível para pesquisa.

§ 2º A **ANM** poderá estabelecer critérios e condições específicos a serem atendidos pelos interessados no processo de habilitação às áreas disponíveis nos termos deste artigo.

§ 3º Decorrido o prazo fixado ~~neste artigo no caput deste artigo~~ sem que tenha havido pretendentes, a área estará livre para fins de aplicação do direito de prioridade de que trata a alínea "a" do art. 11, **devendo haver divulgação desse resultado em até 3 (três) dias úteis**.



§ 4º Decorrido o prazo fixado no *caput* deste artigo, havendo somente um pretendente, este obterá o direito de prioridade sobre a área.

§ 5º Decorrido o prazo fixado no *caput* deste artigo, havendo mais de um pretendente, a área será disponibilizada por meio de leilão eletrônico específico, no qual o critério de julgamento das propostas será pelo maior valor ofertado, hipótese em que a falta de pagamento do valor integral do preço de arrematação no prazo fixado sujeita o proponente vencedor à perda imediata do direito de prioridade sobre a área e às seguintes sanções:

I - multa administrativa de 50% (cinquenta por cento) do preço mínimo, exceto se houver disposição diversa em edital; e

II - suspensão temporária de participação em procedimentos de disponibilidade de área e impedimento de requerer outorga ou cessão de autorização de pesquisa, permissão de lavra garimpeira ou licenciamento por 2 (dois) anos.

§ 6º Tão logo seja desonerada, a área de que trata o *caput* deste artigo deverá ser incluída em banco de dados público, a ser mantido pelo órgão regulador do setor mineral, que deverá conter todas as informações de pesquisa mineral existentes junto a esse órgão, observado o disposto na Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, sendo vedada a participação em ~~leilões certames~~ de que trata o ~~§ 5º~~ deste artigo, de qualquer área que não esteja inserida nesse banco de dados por período mínimo de 180 (cento e oitenta) dias.

§ 7º A apresentação de propostas financeiras para o leilão eletrônico de que trata o § 5º deste artigo ocorrerá de forma eletrônica, e o modo de disputa deverá ser aberto, conforme previsto no art. 56, inciso I, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

§ 8º É cabível, excepcionalmente, a aplicação de modalidade de leilão envolvendo melhor técnica ou técnica e preço, nos termos dos incisos III e IV do art. 33 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

§ 9º As vistorias realizadas **pela ANM** no exercício da fiscalização dos trabalhos de pesquisa e de lavra de que trata este Código serão custeadas pelos respectivos interessados, na forma do que dispuser **ato da Agência**.

§ 10. Os detentores de concessões de lavra contíguas às áreas leiloadas terão direito de preferência sobre a oferta vencedora do leilão de que trata este artigo, respeitado entre esses o princípio da anterioridade.

Comentários

Instituída a obrigação de criar banco de dados contendo informações disponíveis sobre as áreas desoneradas, como forma de conferir publicidade e isonomia entre os potenciais interessados. Foi ampliado de 60 para 90 dias o prazo entre a data de disponibilidade da área e a data limite para manifestação de interesse. Também foi introduzido prazo mínimo entre a publicação das informações da área e a realização do leilão de áreas disponibilizadas que não tiveram manifestação de interesse. Esses prazos funcionam para que os interessados aprofundem investigações previamente à manifestação de interesse e ao leilão.

Optamos pela positivação em lei da modalidade de leilão eletrônico prevista em atos infralegais, introduzindo alguns aperfeiçoamentos que julgamos necessários, como a publicidade das propostas financeiras em tempo real. Em casos excepcionais, serão admitidas as modalidades de melhor técnica e técnica e preço. Em conformidade com a proposta do Dep. Da Vitória.

Introduzimos dispositivo que possibilita aos detentores de concessão de lavra em áreas vizinhas a possibilidade de cobrir a oferta ganhadora do leilão, viabilizando o aproveitamento da infraestrutura ligada a direitos minerários dessas áreas.



Art. 26-A. As áreas colocadas em oferta pública, considerando o interesse nacional e as razões de ordem social e ambiental, poderão ser reservadas exclusivamente para outorga sob o regime de permissão de lavra garimpeira ("leilão social"), nos termos do art. 10 da Lei nº 7.805, de 18 de julho de 1989.

§ 1º A ANM deverá estabelecer rodadas periódicas de oferta de áreas exclusivas para leilões sociais, podendo incluir áreas desoneradas ou decorrentes de qualquer forma de extinção do direito minerário, observados os seguintes critérios de seleção:

I - áreas com ocorrência de minérios garimpáveis, conforme estabelecido no § 1º do art. 10 da Lei nº 7.805, de 18 de julho de 1989; ou

II - áreas com registros ou indícios de exercício anterior das atividades de garimpagem.

§ 2º O leilão social deverá ser precedido de edital voltado ao aproveitamento de minérios sob regime de permissão de lavra garimpeira, com a adoção de critérios específicos para a seleção e o julgamento, definidos pela ANM, vedada a posterior cessão ou transferência dos direitos minerários vinculados para terceiros, ainda que de forma parcial.

§ 3º É admitida a renúncia ao direito minerário obtido em leilão social, podendo a ANM, a seu critério, incluir a área em nova rodada específica sob igual regime de aproveitamento.

§ 4º Nas rodadas de leilões sociais, a critério da ANM, poderá ser incluída a prioridade para as cooperativas de garimpeiros como critério de julgamento no processo seletivo.

§ 5º A execução dos trabalhos de mineração da permissão de lavra garimpeira da proposta vencedora do leilão social dependerá de prévia licença ambiental de operação ou documento equivalente.

Comentários

A atual modalidade de leilões adotada pela ANM e aperfeiçoada por este documento no art. 26 não era capaz de distinguir entre pequenas cooperativas e grandes empresas, inviabilizando o uso desse instrumento para estímulo àquelas entidades, o que foi corrigido com a proposição do leilão social. Ademais, a prioridade para cooperativas de garimpeiros está em linha com o disposto na Constituição Federal, art. 174, §§ 3º e 4º, para exploração de recursos minerais.

Proposta dos Deputados Airton Faleiro, Odair Cunha e Joaquim Passarinho, em consonância com solicitações de representantes de cooperativas de garimpeiros.

Art. 27. O titular de autorização de pesquisa poderá realizar os trabalhos respectivos, e também as obras e os serviços auxiliares necessários, em terrenos de domínio público ou particular, abrangidos pelas áreas a pesquisar, desde que pague aos respectivos proprietários ou posseiros uma renda pela ocupação dos terrenos e uma indenização pelos danos e prejuízos que possam ser causados pelos trabalhos de pesquisa, observadas as seguintes regras:

I - a renda não poderá exceder ao montante do rendimento líquido máximo da propriedade na extensão da área a ser realmente ocupada;

II - a indenização por danos causados não poderá exceder o valor venal da propriedade na extensão da área efetivamente ocupada pelos trabalhos de pesquisa, salvo no caso previsto no inciso III do *caput* deste artigo;

III - quando os danos forem de molde a inutilizar para fins agrícolas e pastoris toda a propriedade em que estiver encravada a área necessária aos trabalhos de pesquisa, a indenização correspondente a tais danos poderá atingir o valor venal máximo de toda a propriedade;



IV - os valores venais a que se referem os incisos II e III do *caput* deste artigo serão obtidos por comparação com valores venais de propriedade da mesma espécie, na mesma região;

V - no caso de terrenos públicos, é dispensado o pagamento da renda, ficando o titular da pesquisa sujeito apenas ao pagamento relativo a danos e prejuízos;

VI - se o titular do alvará de pesquisa, até a data da transcrição do título de autorização, não juntar ao respectivo processo prova de acordo com os proprietários ou posseiros do solo acerca da renda e indenização de que trata este artigo, a ANM, dentro de 3 (três) dias dessa data, enviará ao Juiz de Direito da Comarca onde estiver situada a jazida cópia do referido título;

VII - dentro de 15 (quinze) dias, a partir da data do recebimento da comunicação de que trata o inciso VI do *caput* deste artigo, o Juiz mandará proceder à avaliação da renda e dos danos e prejuízos a que se refere este artigo, na forma prescrita no Código de Processo Civil;

VIII - o Promotor de Justiça da Comarca será citado para os termos da ação, como representante da União;

IX - a avaliação será julgada pelo Juiz no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da data do despacho a que se refere o inciso VII do *caput* deste artigo, não tendo efeito suspensivo os recursos que forem apresentados;

X - as despesas judiciais com o processo de avaliação serão pagas pelo titular da autorização de pesquisa;

XI - julgada a avaliação, o Juiz, dentro de 8 (oito) dias, intimará o titular a depositar quantia correspondente ao valor da renda de 2 (dois) anos e a caução para pagamento da indenização;

XII - feitos os depósitos previstos no inciso XI do *caput* deste artigo, o Juiz, dentro de 8 (oito) dias, intimará os proprietários ou posseiros do solo a permitirem os trabalhos de pesquisa, e comunicará seu despacho à ANM e, mediante requerimento do titular da pesquisa, às autoridades policiais locais, para garantirem a execução dos trabalhos;

XIII - se o prazo da pesquisa for prorrogado, a ANM o comunicará ao Juiz, no prazo e condições indicadas no inciso VI do *caput* deste artigo;

XIV - dentro de 8 (oito) dias do recebimento da comunicação a que se refere o inciso XIII do *caput* deste artigo, o Juiz intimará o titular da pesquisa a depositar nova quantia correspondente ao valor da renda relativa ao prazo de prorrogação;

XV - feito esse depósito, o Juiz intimará os proprietários ou posseiros do solo, dentro de 8 (oito) dias, a permitirem a continuação dos trabalhos de pesquisa no prazo da prorrogação, e comunicará seu despacho à ANM e às autoridades locais; e

XVI - concluídos os trabalhos de pesquisa, o titular da respectiva autorização e a ANM comunicarão o fato ao Juiz, a fim de ser encerrada a ação judicial referente ao pagamento das indenizações e da renda.

Art. 28. Antes de encerrada a ação prevista no art. 27, as partes que se julgarem lesadas poderão requerer ao Juiz que se lhes faça justiça.

Art. 29. O titular da autorização de pesquisa é obrigado, sob pena de sanções:

I - a iniciar os trabalhos de pesquisa:

a) dentro de 60 (sessenta) dias da publicação do alvará de pesquisa no Diário Oficial da União, se o titular for o proprietário do solo ou tiver ajustado com este o valor e a forma de pagamento das indenizações a que se refere o art. 27 deste Código; ou



b) dentro de 60 (sessenta) dias do ingresso judicial na área de pesquisa, quando a avaliação da indenização pela ocupação e danos causados processar-se em juízo;

II - a não interromper os trabalhos, sem justificativa, depois de iniciados, por mais de 3 (três) meses consecutivos, ou por 120 (cento e vinte) dias acumulados e não consecutivos.

~~Parágrafo único. O início ou reinício, bem como as interrupções de trabalho, deverão ser prontamente comunicados ao D. N. P. M., bem como a ocorrência de outra substância mineral útil, não constante do Alvará de Autorização.~~

~~Parágrafo único. A ocorrência de outra substância mineral útil não constante na autorização de pesquisa deverá ser comunicada à ANM e, mediante requerimento, deverá ser integrada à autorização de pesquisa, produzindo para o titular os direitos e deveres previstos neste Código incluída no alvará de pesquisa.~~

Comentários

Asseguramos a inclusão imediata, no processo minerário, de eventual nova substância descoberta durante os trabalhos de pesquisa e que não sejam objeto da autorização original, podendo o minerador optar por incluir ou não essa substância no relatório final de pesquisa.

Art. 30. Realizada a pesquisa e apresentado o relatório exigido nos termos do inciso V do *caput* do art. 22, ~~o DNPM verificará sua exatidão e, à vista de a ANM emitirá~~ parecer conclusivo e proferirá despacho de:

I - aprovação do relatório, quando ficar demonstrada a existência de jazida;

II - não aprovação do relatório, quando ficar constatada insuficiência dos trabalhos de pesquisa ou deficiência técnica na sua elaboração;

III - arquivamento do relatório, quando ficar demonstrada a inexistência de jazida, passando a área a ser livre para futuro requerimento, ~~permitindo-se o~~ acesso do interessado ao relatório que concluiu pela referida inexistência de jazida; ~~ou~~

IV - sobrestamento da decisão sobre o relatório, quando ficar caracterizada a impossibilidade temporária da **exequibilidade** técnico-econômica da lavra, conforme previsto no inciso III do art. 23.

§ 1º Na hipótese prevista no inciso IV do *caput* deste artigo, a ANM fixará prazo para o interessado apresentar novo estudo da **exequibilidade** técnico-econômica da lavra, sob pena de arquivamento do relatório.

§ 2º Se, no novo estudo apresentado, não ficar demonstrada a **exequibilidade** técnico-econômica da lavra, a ANM poderá conceder ao interessado, sucessivamente, novos prazos, ou colocar a área em disponibilidade, na forma do art. 32, se entender que terceiro poderá viabilizar a eventual lavra.

§ 3º Comprovada a **exequibilidade** técnico-econômica da lavra, a ANM proferirá, *ex officio* ou mediante provocação do interessado, despacho de aprovação do relatório.

§ 4º Na hipótese prevista no inciso II do *caput* deste artigo, se verificada deficiência técnica na elaboração do relatório, deverá ser formulada exigência antes da decisão sobre o relatório final de pesquisa, a ser cumprida pelo titular do direito minerário no prazo de 60 (sessenta) dias, contado da data de intimação do interessado, prorrogável desde que requerido no prazo concedido para cumprimento.

§ 5º Na hipótese de o prazo de que trata o § 4º deste artigo se encerre antes que o requerente tenha cumprido a exigência ou requerido a prorrogação para cumprimento, será aplicada multa, nos termos do art. 64, e o prazo será reaberto para cumprimento da exigência uma vez por igual período, a partir da data de publicação da multa.



§ 6º Na hipótese de novo descumprimento do previsto no § 5º deste artigo, a aprovação do relatório final será negada e a área será considerada livre.

§ 7º Transcorrido o prazo de 180 (cento e oitenta) dias de sua apresentação, caso não haja manifestação a respeito pelo órgão responsável, o relatório de que trata este artigo será considerado aprovado em seus termos, sendo cabível uma exigência adicional, determinada pelo órgão responsável, relacionada à pesquisa durante a análise do requerimento de lavra.

§ 8º A não veracidade de informações apresentadas pelo titular e pelo responsável técnico ensejará pena de multa, nos termos do art. 64, além das demais sanções penais, cíveis e administrativas cabíveis.

§ 9º Nas hipóteses dos incisos II e III do *caput* deste artigo, as informações geológicas devem ser publicadas pela ANM e encaminhadas ao Serviço Geológico do Brasil - CPRM.

Comentários

Aumentamos as exigências ao titular da autorização de pesquisa que não realize seus trabalhos de forma diligente, o que normalmente se materializa na hipótese do inciso II deste artigo.

Adicionalmente, permitimos a aprovação tácita do relatório de pesquisa em caso de omissão do órgão competente, com a devida responsabilização de quem presta as informações em caso de inveracidade.

Art. 31. O titular, uma vez aprovado o relatório, terá 1 (hum) ano para requerer a concessão de lavra e, dentro desse prazo, poderá negociar seu direito a essa concessão, na forma deste Código.

Parágrafo único. A ANM poderá prorrogar o prazo referido no *caput* deste artigo, por igual período, mediante solicitação justificada do titular, manifestada antes de findar-se o prazo inicial ou a prorrogação em curso.

Art. 32. Findo o prazo previsto no art. 31 sem que o titular, ou seu sucessor, haja requerido concessão de lavra, caducará seu direito, cabendo à ANM, mediante Edital publicado no Diário Oficial da União, declarar a disponibilidade da jazida pesquisada, para fins de requerimento da concessão de lavra.

§ 1º O Edital previsto no *caput* deste artigo estabelecerá os requisitos especiais a serem atendidos pelos requerentes da concessão de lavra, consoante as peculiaridades de cada caso.

§ 2º Para determinação da prioridade à outorga da concessão de lavra, serão apreciados, conjuntamente, os requerimentos protocolizados dentro do prazo que for convenientemente fixado no Edital, definindo-se, dentre estes, como prioritário, o pretendente que, a juízo da ANM, melhor atender aos interesses específicos do setor mineral.

Art. 33. Para um conjunto de autorizações de pesquisa da mesma substância mineral em áreas contíguas, ou próximas, o titular ou os titulares das autorizações poderão, a critério da ANM, apresentar um plano único de pesquisa e também um só relatório dos trabalhos executados, abrangendo todo o conjunto.

Art. 34. Sempre que o Governo cooperar com o titular da autorização nos trabalhos de pesquisa, será reembolsado das despesas, de acordo com as condições estipuladas no ajuste de cooperação técnica celebrado entre a ANM e o titular.

Art. 35. A importância correspondente às despesas reembolsadas a que se refere o artigo anterior será recolhida ao Banco do Brasil S/A, pelo titular, à conta do "Fundo Nacional de Mineração - Parte Disponível".



CAPÍTULO III Da Lavra

Art. 36. Entende-se por lavra o conjunto de operações coordenadas objetivando o aproveitamento industrial da jazida, desde a extração das substâncias minerais úteis que contiver até o seu beneficiamento.

Art. 37. Na outorga da lavra, serão observadas as seguintes condições:

I - a jazida deverá estar pesquisada, com o relatório aprovado pela ANM; e

II - a área de lavra será a adequada à condução técnico-econômica dos trabalhos de extração e de beneficiamento, respeitados os limites da área de pesquisa.

Parágrafo único. Não haverá restrições quanto ao número de concessões outorgadas a uma mesma empresa.

Art. 38. O requerimento de autorização de lavra será dirigido à ANM pelo titular da autorização de pesquisa, ou seu sucessor, e deverá ser instruído com os seguintes elementos de informação e prova:

I - certidão de registro, no Departamento Nacional de Registro de Comércio órgão nacional de registro empresarial, da entidade constituída;

II - designação das substâncias minerais a lavrar, com indicação do alvará de pesquisa outorgado, e de aprovação do respectivo relatório;

III - denominação e descrição da localização do campo pretendido para a lavra, relacionando-o, com precisão e clareza, aos vales dos rios ou córregos, constantes em mapas ou plantas de notória autenticidade e precisão, e estradas de ferro e rodovias, ou, ainda, a marcos naturais ou acidentes topográficos de inconfundível determinação; suas confrontações com autorização de pesquisa e concessões de lavra vizinhas, se as houver, e indicação do Distrito, Município, Comarca e Estado e, ainda, nome e residência dos proprietários do solo ou posseiros;

IV - definição gráfica da área pretendida, delimitada por figura geométrica formada, obrigatoriamente, por segmentos de retas com orientação Norte-Sul e Leste-Oeste verdadeiros, com 2 (dois) de seus vértices, ou excepcionalmente 1 (um), amarrados a ponto fixo e inconfundível do terreno, sendo os vetores de amarração definidos por seus comprimentos e rumos verdadeiros devidamente georreferenciados, e configuradas, ainda, as propriedades territoriais por ela interessadas, com os nomes dos respectivos superficiários, além de planta de situação, conforme regulamentação da ANM;

V - servidões de que deverá gozar a mina;

VI - plano de aproveitamento econômico da jazida, com descrição das instalações de beneficiamento; e

~~VII - prova de disponibilidade de fundos ou da existência de compromissos de financiamento, necessários para execução do plano de aproveitamento econômico e operação da mina.~~

VII - declaração de que o requerente dispõe dos recursos, ou dos meios para obtê-los, necessários para a execução do plano de aproveitamento econômico e para a operação da mina, na forma do regulamento.

Parágrafo único. Quando tiver por objeto área situada na faixa de fronteira, a concessão de lavra fica ainda sujeita aos critérios e condições estabelecidas em lei.

Comentários



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Greyce Elias
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD215002650900>



O georreferenciamento dispensa elementos locacionais detalhados na lei. As medidas visam à modernização dos procedimentos.

A prova de disponibilidade de fundos é uma exigência burocrática e limitante, que impede a busca por recursos posteriormente à emissão do título.

Art. 39. O plano de aproveitamento econômico da jazida será apresentado em duas vias e constará de:

I - memorial explicativo;

II - projetos ou anteprojetos referentes;

a) ao método de mineração a ser adotado, fazendo referência à escala de produção prevista inicialmente e à sua projeção;

b) à iluminação, ventilação, transporte, sinalização e segurança do trabalho, quando se tratar de lavra subterrânea;

c) ao transporte na superfície e ao beneficiamento e aglomeração do minério;

d) às instalações de energia, de abastecimento de água e de condicionamento de ar;

e) à higiene da mina e dos respectivos trabalhos;

f) às moradias e suas condições de habitabilidade para todos os que residem no local da mineração;

g) às instalações de captação e proteção das fontes, **adução**, distribuição e utilização **da água, para as jazidas da Classe VIII dos recursos hídricos**; e

h) à construção de barragem de rejeitos, quando houver, ou de aumento na sua altura, vedada a utilização da técnica de alteamento a montante.

Parágrafo único. § 1º Caso previstas a construção e a operação de barragens de rejeitos, o plano de aproveitamento econômico deverá incluir o plano de ação de emergência, em caráter conceitual, elaborado pelo empreendedor, **a ser posteriormente detalhado antes do início da operação.**

§ 2º A análise do plano de aproveitamento econômico ficará restrita às questões de salubridade e segurança do empreendimento, não abrangendo os itens "a" e "c" do inciso II deste artigo, que serão somente informados pelo proponente.

Comentários

A redução de discricionariedade da ANM, restringindo-a a questões de salubridade e segurança, confere maior agilidade à tramitação do processo minerário. Preservadas as questões relacionadas à preocupação socioambiental.

~~Art.40. O dimensionamento das instalações e equipamentos previstos no plano de aproveitamento econômico da jazida, deverá ser condizente com a produção justificada no Memorial Explicativo, e apresentar previsão das ampliações futuras.~~

Art. 40. Caso o plano de aproveitamento econômico contemple a construção de barragens para fins de disposição final ou temporária de rejeitos de mineração, a ANM deverá exigir estudo contendo o dimensionamento das instalações e dos equipamentos a serem utilizados, condizentes com a produção estimada e contendo a previsão de futuras ampliações.

Comentários



A redução de discricionariedade da ANM confere maior agilidade à tramitação do processo minerário. A alteração possui alinhamento com os princípios da Lei de Liberdade Econômica.

A previsão de exigência de estudo de dimensionamento de instalações em projetos com barragens é uma medida que deve possibilitar construções responsáveis desse tipo de projeto, de modo a prevenir a ocorrência de desastres. Alteração realizada a partir de proposta dos Deputados Airton Faleiro e Odair Cunha.

Art. 41. O requerimento será numerado e registrado cronologicamente, **na ANM, ~~per~~ processo mecânico, sendo juntado ao processo que autorizou a respectiva pesquisa.**

§ 1º Ao interessado será fornecido recibo com as indicações do protocolo e menção dos documentos apresentados.

~~§ 2º Quando necessário cumprimento de exigência para menor instrução do processo, terá o requerente o prazo de 60 (sessenta) dias para satisfazê-las.~~

~~§ 2º O requerente terá o prazo de 60 (sessenta) dias, contado da data de intimação do interessado, para o cumprimento de exigências com vistas à melhor instrução do requerimento de concessão de lavra e para comprovar o ingresso do requerimento da licença no órgão ambiental competente, caso ainda não o tenha feito.~~

§ 3º O prazo **previsto no § 2º deste artigo poderá** ser prorrogado até igual período, a juízo da ANM, desde que requerido dentro do prazo concedido para cumprimento das exigências.

~~§ 4º Se o requerente deixar de atender, no prazo próprio, as exigências formuladas para melhor instrução do processo, o pedido será indeferido, devendo o D.N.P.M. declarar a disponibilidade da área, para fins de requerimento de concessão de lavra, na forma do art. 32.~~

~~§ 4º Na hipótese de o prazo de que trata o § 2º deste artigo se encerrar antes que o requerente tenha cumprido a exigência ou requerido a prorrogação para cumprimento, será aplicada multa, nos termos do art. 64, e o prazo será reaberto para cumprimento da exigência uma vez por igual período, a partir da data de publicação da multa.~~

~~§ 5º Na hipótese de novo descumprimento, o requerimento de concessão de lavra será indeferido e a área será **considerada livre-colocada em disponibilidade.**~~

~~§ 6º Comprovado tempestivamente o ingresso do requerimento da licença no órgão ambiental, o requerente ficará obrigado aO requerente deverá comprovar requerimento de licença junto ao órgão ambiental competente e demonstrar, a cada seis meses, ~~contados da data de comprovação do ingresso,~~até que a licença ambiental seja apresentada, sob pena de indeferimento do requerimento de lavra, que o procedimento de licenciamento ambiental está em curso e ~~pendente de conclusão,~~ e que o requerente tem adotado as medidas necessárias à obtenção da licença ambiental.~~

Comentários

Aproveitamos a redação da MPV 790/2017 para conferir maior clareza ao dispositivo e exigir expressamente a comprovação de requerimento de licença e atuação diligente junto ao órgão ambiental para cumprimento das exigências.

Na versão final, aprimoramos a redação, mas mantivemos a exigência ao empreendedor de comprovação de atuação diligente junto ao órgão ambiental para obtenção de licença.

~~Art. 41-A. O plano de aproveitamento econômico de que trata o art. 39 e a documentação de requerimento de autorização de lavra de que trata o art. 38 poderão, a critério do requerente, ser protocolados juntamente ao relatório de que trata o inciso V do *caput* do art. 22, caso se enquadre conforme disposto no inciso I do art. 23.~~



§ 1º Comprovada a exequibilidade técnico-econômica da lavra e a adequação da documentação prevista no *caput* deste artigo, a ANM proferirá despacho de aprovação do relatório de que trata o inciso V do *caput* do art. 22 e emitirá concessão de lavra ao requerente.

§ 2º Caso a ANM indique ajustes ao relatório citado no § 1º deste artigo, será observado o disposto no art. 97.

Comentários

Simplificamos o procedimento de apresentação de documentos, de forma facultativa, possibilitando a apresentação conjunta do relatório final de pesquisa com o requerimento de lavra, viabilizando a edição de documento único para a instrução do processo.

Art. 42. A autorização será recusada se a lavra for considerada prejudicial ~~ao bem público~~ ou comprometer ~~interesses que superem a utilidade da exploração industrial, a juízo de Governo,~~ o interesse público, a critério do poder concedente, ~~sendo que, nesse. Neste último caso, o pesquisador o titular~~ terá direito de receber ~~de Governo a~~ do Poder Público indenização das despesas ~~feitas com os trabalhos de pesquisa, uma vez que haja sido aprovado o Relatório~~ realizadas e ainda não amortizadas, ~~se for o caso.~~

§ 1º Serão levados em consideração, para definição do valor a ser indenizado, as informações e os valores constantes nos planos de pesquisa, nos relatórios finais de pesquisa apresentados, no plano de aproveitamento econômico e nos serviços prestados por terceiros, bem como todas as taxas pagas relativas ao processo indeferido, bloqueado ou cancelado, devidamente corrigidos pelo IPCA ou índice que venha a substituí-lo.

§ 2º Nos casos de comprometimento de interesses que superem a utilidade da exploração mineral, aplica-se o disposto no art. 42-A deste Código.

Art. 42-A. ~~Em caso de criação de áreas que restrinjam as atividades minerárias, os requerimentos minerários anteriores à criação dessas áreas não serão indeferidos, mas sim, permanecerão bloqueados, no sistema da ANM, suspendendo todas as responsabilidades relacionadas ao referido processo minerário, não extinguindo débitos e obrigação anteriores a suspensão.~~

Art. 42-B. ~~Após bloqueio de áreas, não será possibilitado o protocolo de novos requerimentos, em áreas que não estiverem oneradas, exceto em casos excepcionais, nos quais os interessados deverão apresentar juntamente com o protocolo do requerimento, termo de renúncia de qualquer indenização, caso seus títulos não sejam outorgados.~~

Parágrafo único. ~~A outorga de títulos em áreas já bloqueadas somente ocorrerá se não houver conflito de interesse entre a atividade de mineração e a atividade que determinou o bloqueio, e terá período determinado, em caráter precário.~~

Art. 42 C. ~~O bloqueio de áreas poderá ser solicitado tanto pelo órgão cedente, quanto pelo cessionário, nos casos de bloqueio para instalação de:~~

- ~~I—Redes de transmissão de energia elétrica,~~
- ~~II—Linhas de gasodutos~~
- ~~III—Linhas de oleoduto~~
- ~~IV—Linhas de metrô~~
- ~~V—Ferrovias~~
- ~~VI—Redovias~~
- ~~VII—Hidrelétricas, UHE, PCH, CGH~~



VIII—Termoelétricas

~~§ 1º A solicitação de bloqueio de áreas deverá estar instruída com os dados, informações e documentos que comprovem e fundamentem a incompatibilidade das atividades que justifique o bloqueio na forma solicitada.~~

~~§ 2º No caso de não haver conflito de interesse entre a atividade de mineração e a atividade que determinou o bloqueio da área, ambas poderão ser autorizadas.~~

~~§ 3º Caso haja conflito de interesse e que uma atividade inviabilize a realização de outra, deverá sempre ser analisada a superação da utilidade do aproveitamento mineral na área, pelo interesse envolvido no projeto conflitante.~~

~~Art. 42-D. A superação de conflito de interesse depende de análise, de cada caso, considerando os diversos interesses valores e fatores envolvidos, devendo ser definido sempre pelo Ministro de Minas e Energia.~~

~~§ 1º Serão utilizados como critérios a serem analisados na superação de conflito de interesse:~~

~~I—necessidade de utilização do minério na construção da obra, sendo que, nesses casos deverá permanecer o direito minerário, possibilitando ao titular a extração mineral até o encerramento da obra; após o encerramento da obra o requerimento permanece ativo na ANM, no entanto, ficará bloqueado para movimentações processuais e outorgas de títulos.~~

~~II—se o projeto de instalação do projeto conflitante com a atividade de mineração não for iniciado, deverá ser mantido o requerimento minerário, com possibilidade de emissão de título de lavra e, se ambas forem totalmente conflitantes, as atividades de lavra deverão ser suspensas quando as obras forem iniciadas.~~

~~III—nas hipóteses previstas no caput do Art. 42-C, sempre que possível, levando em consideração a rigidez locacional das jazidas, deverão ser realocadas para áreas que não interfiram com a atividade de mineração, sob pena de não aprovação do pedido de bloqueio.~~

~~IV—a área de bloqueio deverá estar restrita à área do projeto, que esteja conflitando com a atividade mineral.~~

~~§ 3º Em caso de necessidade de utilização do minério para construção da obra, a prioridade de extração mineral será do titular do direito minerário que possuir requerimento na área, que receberá seu pagamento conforme determinado em processo licitatório.~~

~~§ 4º Caso a extração mineral seja realizada pela executora da obra, em área anteriormente onerada, esta deverá indenizar e reparar o titular do direito minerário, referente a quantidade de minério extraída.~~

~~§ 5º A indenização deverá levar em consideração o valor do minério praticado pelo mercado, com apresentação de no mínimo 03 orçamentos de preços praticados na região ou em processo licitatório devendo ser indenizado em 30% do valor atribuído ao minério.~~

~~§ 6º Quando as atividades elencadas no caput do Art. 42-C forem realizadas diretamente pela União, por intermédio de empresas estatais, competirá àquele ente federativo arcar com o custo das indenizações devidas aos titulares de direitos minerários.~~

~~§ 7º Em se tratando de concessão de serviço público, caberá ao concessionário arcar com todos os custos decorrentes do empreendimento, inclusive aqueles relativos ao pagamento de indenizações.~~

~~Art. 42-E. O deferimento final do pedido de bloqueio de área depende da apresentação do termo de declaração e assunção de responsabilidade em nome da concessionária.~~



~~Art. 42-F. Nas áreas de lavra autorizadas em áreas próximas a instalação de usinas hidrelétricas, será vedada a utilização de explosivos.~~

Art. 42-A. No caso da implantação de obra de infraestrutura em área onde existam direitos minerários, os requerimentos minerários anteriores não serão indeferidos, permanecendo bloqueados no sistema da ANM e suspendendo as responsabilidades relativas ao processo minerário, mas não extinguindo débitos e obrigações anteriores à suspensão.

§ 1º Após o bloqueio de área, será vedado o protocolo de novos requerimentos em áreas que não estiverem oneradas, exceto em casos excepcionais, nos quais os interessados deverão apresentar, juntamente com o protocolo do requerimento, um termo de renúncia a qualquer indenização, caso seus títulos não sejam outorgados.

§ 2º A outorga de títulos em áreas já bloqueadas somente ocorrerá se não houver conflito de interesse entre a mineração e a obra que determinou o bloqueio, tendo ela caráter precário e período determinado.

§ 3º O bloqueio de área para a implantação de obra de infraestrutura poderá ser solicitado por qualquer dos órgãos envolvidos, devendo a solicitação ser instruída com os dados, as informações e os documentos que comprovem e fundamentem a incompatibilidade entre as duas atividades.

§ 4º Caso haja conflito de interesse entre a mineração e a obra que determinou o bloqueio da área, o Poder Executivo decidirá pela atividade que naquela área melhor atenda ao interesse nacional e, caso não haja conflito, ambas poderão ser autorizadas.

§ 5º A extinção ou a caducidade do direito minerário objeto de bloqueio nos termos do *caput* deste artigo deverá ser precedida de prévia indenização ao titular pelo ente público responsável pela obra.

Comentários

O bloqueio de áreas atualmente não está regulamentado pelo Código de Mineração, e se baseia em parecer jurídico, gerando assim diversos conflitos entre mineradores e a ANM. Portanto, é fundamental regulamentar as possibilidades de bloqueio de áreas, bem como definir as formas de solicitação de indenização, no caso de indeferimento de áreas oneradas. Outro fator importante é definir as possibilidades de bloqueio de áreas, e principalmente a forma de discutir os itens a serem levados em consideração, para definir a prioridade de uso das áreas, observados o interesse nacional e a rigidez locacional da jazida.

Buscou-se garantir, ainda, que as atividades de mineração sejam impedidas apenas em casos de superação de interesse de obra pleiteada e de impossibilidade completa de coexistência das atividades, priorizando sempre que possível a realização de ambas.

É importante garantir que, sempre que possível, o titular de direitos minerários existentes em áreas pleiteadas para construção de obras tenham seus direitos respeitados e possam trabalhar em suas áreas, para suprir a necessidade de minério para a realização das obras.

O Poder Executivo definirá pela atividade que naquela área melhor atenda ao interesse nacional. A responsabilidade pelas indenizações decorrentes dos bloqueios de área recairá sobre o ente público responsável pela obra, para dar maior eficiência a essas discussões jurídicas e, principalmente, maior segurança a todos os envolvidos.

Em relação à redação do relatório preliminar, foram introduzidos aperfeiçoamentos objetivando simplificar o texto final, mantidas as premissas que nortearam a elaboração desses dispositivos, mas permitindo que os detalhes sejam tratados em regulamento.

~~Art. 42-G. É vedada a Art. 42-B. Nos processos de criação de unidades de conservação, de áreas de proteção ambiental, de tombamento e de outras demarcações que restrinjam possam restringir a atividade minerária, sem que ocorra deverá ocorrer ampla discussão e~~



participação da sociedade, sendo ouvidos o Ministério de Minas e Energia, a ANM e os titulares de direitos minerários abrangidos por essas áreas, bem como elaborada análise de impacto econômico de que trata o art. 5º da Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019.

§ 1º A desoneração, o indeferimento de renovação ou de prorrogação, a revogação, o cancelamento, a anulação ou qualquer outra forma de extinção de direito minerário legitimamente outorgado pela ANM em decorrência dos processos previstos no *caput* deste artigo ~~criação ou implantação de unidade de conservação que vedem a prática de atividade de mineração nessas áreas será objeto de prévia e efetiva indenização pelo ente federativo que criou ou implantou a área.~~

~~§ 3º Áreas com título minerário outorgado pela ANM somente poderão ser objeto de bloqueio se a mineração for incompatível com a outra atividade, desde que demonstrada a supremacia do interesse público da outra atividade sobre a mineração, e garantida a indenização prévia do titular do direito minerário afetado.~~

§ 2º Os requerimentos minerários que tenham como objeto áreas inseridas nos processos referidos no *caput* deste artigo serão bloqueados e mantidos na ANM, exceto quando as atividades minerárias forem compatíveis com os atos normativos respectivos.

§ 3º Não será permitido o requerimento de processos minerários em áreas que estejam bloqueadas nos termos deste artigo.

§ 4º A extinção ou a caducidade do direito minerário objeto de bloqueio nos termos do *caput* deste artigo deverá ser precedida de prévia indenização ao titular pelo ente público responsável pelo processo.

Comentários

As disposições deste artigo não impedem a criação de unidades de conservação, os tombamentos e outras demarcações, mas proíbem que eles ocorram sem a participação do MME, da ANM e dos titulares de direitos minerários, bem como da elaboração do estudo de impacto econômico. Necessário comentar que essas manifestações não geram poder de veto, somente asseguram participação nos debates e consequente fornecimento de informações referentes a direitos minerários.

~~Art. 42-H Em caso de criação de unidades na forma referida no *caput* do art. 42-G, os requerimentos minerários que tenham como objeto áreas inseridas nessas unidades serão bloqueados e seus processos mantidos na ANM, exceto quando as atividades minerárias forem compatíveis com os atos normativos ambientais para essas unidades.~~

~~§ 1º Não será permitido o requerimento de processos minerários em áreas que estejam bloqueadas.~~

~~§ 2º A extinção ou caducidade do direito minerário objeto de bloqueio nos termos do *caput* deverão ser precedidas de prévia indenização ao titular pelo ente público que criou a respectiva unidade.~~

Art. 43. (Revogado)

Art. 43-A. O titular da concessão de lavra deverá cumprir as obrigações previstas neste **Código** e na legislação ambiental pertinente, incluídas a recuperação do ambiente degradado e a responsabilização civil, no caso de danos a terceiros decorrentes das atividades de mineração, sem prejuízo das sanções administrativas e penais.

Parágrafo único. A recuperação do ambiente degradado prevista no *caput* deste artigo deverá abarcar, entre outros, o fechamento da mina e o descomissionamento de todas as instalações, incluídas as barragens de rejeitos, de acordo com a legislação vigente.



~~Art. 44. O titular da concessão de lavra requererá à ANM a posse da jazida na forma do regulamento, dentro de 90 (noventa) dias, a contar da data da publicação do respectivo Decreto no Diário Oficial da União.~~

~~§ 1º O titular pagará uma taxa de emolumentos correspondente a 5 (cinco) máximos salários mínimos, a qual será recolhida à conta "Fundo Nacional de Mineração - Parte Disponível".~~

~~§ 2º A data da Imissão de Posse da jazida será fixada pela ANM, depois de recebido o requerimento, dela tomando conhecimento o interessado por ofício e por publicação de edital no Diário Oficial da União.~~

~~§ 3º O interessado fica obrigado a preparar o terreno e tudo quanto for necessário para que o ato de Imissão de Posse se realize na data fixada.~~

~~Art. 45. A Imissão de Posse processar-se-á do modo seguinte:~~

~~I — serão intimados, por meio de ofício ou telegrama, os concessionários das minas limítrofes, se as houver, com 8 (oito) dias de antecedência, para que, por si ou por seus representantes, possam presenciar o ato e, em especial, assistir à demarcação; e~~

~~II — no dia e hora determinados, serão fixados, definitivamente, os marcos dos limites da jazida que o concessionário terá para esse fim preparado, colocados precisamente nos pontos indicados no Decreto de Concessão, dando-se, em seguida, ao concessionário, a Posse da jazida.~~

~~§ 1º Do que ocorrer, o representante da ANM lavrará termo, que assinará com o titular da lavra, testemunhas e concessionários das minas limítrofes, presentes ao ato.~~

~~§ 2º Os marcos deverão ser conservados bem visíveis e só poderão ser mudados com autorização expressa da ANM.~~

~~§ 3º Os procedimentos previstos neste artigo serão dispensados caso a delimitação da jazida esteja georreferenciada ao Sistema Geodésico Brasileiro, com precisão posicional a ser fixada pela ANM, situação em que a Imissão de Posse ocorrerá em até 5 (cinco) dias após o pagamento de que trata o § 1º do art. 44.~~

~~Art. 45. (Revogado)~~

~~Art. 46. Caberá recurso ao Ministro das Minas e Energia contra a Imissão de Posse, dentro de 15 (quinze) dias, contados da data do ato de Imissão.~~

~~Parágrafo único. O recurso, se provido, anulará a Imissão de Posse.~~

~~Art. 46. (Revogado)~~

Comentários

O trecho do Código que trata da imissão de posse não é condizente com a atual metodologia empregada no processo minerário. Houve modernização na metodologia de requerimento, e o Código deve acompanhar esses avanços. **Na proposta final, optamos por delegar ao regulamento a forma mais adequada para esses procedimentos.**

Art. 47. Ficará obrigado o titular da concessão, além das condições gerais que constam neste Código, ainda às seguintes, sob pena de sanções previstas no Capítulo V:

I - iniciar os trabalhos previstos no plano de lavra no prazo de ~~6 (seis)~~ **12 (doze)** meses, contados da data da publicação do decreto de concessão no Diário Oficial da União, salvo motivo de força maior, a juízo **da ANM**;

II - lavrar a jazida de acordo com o plano de lavra aprovado **pela ANM**, e cuja segunda via, devidamente autenticada, deverá ser mantida no local da mina;



III - extrair somente as substâncias minerais indicadas ~~no Decreto de Concessão na concessão de lavra, ressalvado o disposto no § 2º deste artigo;~~

IV - comunicar imediatamente à ANM o descobrimento de qualquer outra substância mineral ~~não incluída no Decreto de Concessão de interesse econômico não incluída na concessão de lavra;~~

V - executar os trabalhos de mineração com observância das normas regulamentares;

VI - confiar, obrigatoriamente, a direção dos trabalhos de lavra a técnico legalmente habilitado ao exercício da profissão;

VII - não dificultar ou impossibilitar, por lavra ambiciosa, o aproveitamento ulterior da jazida;

VIII - responder pelos danos e prejuízos a terceiros que resultarem, direta ou indiretamente, ~~da lavra dos trabalhos de mineração;~~

IX - promover a segurança e a salubridade das habitações existentes no local;

X - evitar o extravio das águas e drenar as que possam ocasionar danos e prejuízos aos vizinhos;

XI - evitar poluição do ~~Art. ar, do solo~~ ou da água, que possa resultar dos trabalhos de mineração;

XII - proteger e conservar as fontes, bem como utilizar ~~as águas segundo os preceitos técnicos, quando se tratar de lavra de jazida da Classe VIII~~ **os recursos hídricos nos termos da outorga de direito de uso;**

XIII - tomar as providências indicadas pela fiscalização dos órgãos federais;

XIV - não suspender os trabalhos de lavra, sem prévia comunicação à ANM;

XV - **manter** a mina em bom estado, no caso de suspensão **temporária** dos trabalhos de lavra, de modo a permitir a retomada das operações;

XVI - apresentar à ANM, até o dia 15 (quinze) de março de cada ano, relatório das atividades realizadas no ano anterior, **ressalvados os casos excepcionais, conforme o regulamento;**

XVII - executar adequadamente, antes da extinção do título, o plano de fechamento de mina; e

XVIII - observar o disposto na Política Nacional de Segurança de Barragens, estabelecida pela Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010.

~~Parágrafo único.~~ § 1º Para o aproveitamento, pelo concessionário da lavra, de substâncias referidas no ~~item inciso IV do caput~~ deste artigo, será necessário aditamento ao seu título de lavra.

§ 2º O regulamento estabelecerá processo simplificado para o aproveitamento de outras substâncias minerais de interesse econômico ~~associadas ao minério objeto da concessão que sejam descobertas durante os trabalhos de execução de lavra, observado o disposto nos regimes legais de aproveitamento mineral.~~

Comentários

Importante ressaltar a diferença entre a descoberta de novas substâncias nas fases de pesquisa e de lavra. No primeiro caso, conforme apresentado no art. 29, a autorização de pesquisa receberá aditamento **automático** para comportar a nova substância, bastando **que o titular informe a ocorrência de nova substância à ANM**. No segundo caso, deverá solicitar



aditamento ao título de lavra, **que passará por** processo simplificado a ser instituído por regulamento.

Art. 47-A. Em qualquer hipótese de extinção ou caducidade da concessão minerária, o concessionário fica obrigado a:

I - remover equipamentos e bens e arcar integralmente com os custos decorrentes dessa remoção;

II - reparar ou indenizar os danos decorrentes de suas atividades; e

III - praticar os atos de recuperação ambiental **e de indenização trabalhista** determinados pelos órgãos e entidades competentes.

Parágrafo único. Para fins do efetivo cumprimento deste artigo, o concessionário deverá apresentar à entidade outorgante de direitos minerários o Plano de Fechamento de Mina e à autoridade licenciadora o Plano de Recuperação de Áreas Degradadas.

Comentários

A inclusão de indenização trabalhista entre as obrigações do titular de direito minerário extinto atende a preocupação social relevante, e foi incorporada a partir de proposta dos Deputados Airton Faleiro e Odair Cunha.

~~Art. 48 — Considera-se ambiciosa, a lavra conduzida sem observância do plano preestabelecido, ou efetuada de modo a impossibilitar o ulterior aproveitamento econômico da jazida.~~

Art. 48. Considera-se ambiciosa a lavra efetuada de modo a comprometer o ulterior aproveitamento econômico da jazida.

Comentários

A definição de lavra ambiciosa deve se restringir à possibilidade de comprometimento do ulterior aproveitamento econômico da jazida, considerando que o desalinhamento com o plano preestabelecido não deve ensejar mais do que uma punição administrativa.

Redação do Dep. Joaquim Passarinho e da MPV 790/2017.

Art. 49. Os trabalhos de lavra, uma vez iniciados, não poderão **ser** interrompidos por mais de 6 (seis) meses consecutivos, salvo motivo comprovado de força maior.

Art. 50. O relatório anual das atividades realizadas no ano anterior deverá conter, entre outros, dados sobre os seguintes tópicos:

I - método de lavra, transporte e distribuição no mercado consumidor, das substâncias minerais extraídas;

II - modificações verificadas nas reservas e características das substâncias minerais produzidas, incluindo o teor mínimo economicamente compensador e a relação observada entre a substância útil e o estéril;

III - quadro mensal, em que figurem, pelo menos, os elementos de produção, estoque, preço médio de venda, destino do produto bruto e do beneficiado, ~~recolhimento do Imposto Único e o pagamento do dízimo do proprietário~~ e pagamento da CFEM;

IV - número de trabalhadores da mina e do beneficiamento;

V - investimentos feitos na mina e nos trabalhos de pesquisa; e

VI - balanço anual da empresa.



Art. 51. Quando o melhor conhecimento da jazida obtido durante os trabalhos de lavra justificar mudanças no plano de aproveitamento econômico, ou as condições do mercado exigirem modificações na escala de produção, deverá o concessionário **apresentar as respectivas atualizações à ANM no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da mudança implementada, sob pena de aplicação de sanções que podem ir gradativamente da advertência à multa.**

Art. 52. A lavra praticada em desacordo com o plano ~~aprovado pela ANM de aproveitamento econômico~~ sujeita o concessionário a sanções que podem ir gradativamente da advertência à ~~caducidade multa~~.

Parágrafo único. Na hipótese de o concessionário praticar atividades de lavra, de beneficiamento ou de armazenamento de minérios, ou de disposição de estéréis ou de rejeitos em condições que resultem em graves danos à população ou ao meio ambiente, será instaurado processo administrativo de caducidade do título mineral, sem prejuízo do disposto no art. 65 e das demais sanções previstas neste **Código**.

Art. 53. A critério **da ANM**, várias concessões de lavra de um mesmo titular e da mesma substância mineral, em áreas de um mesmo jazimento ou zona mineralizada, poderão ser reunidas em uma só unidade de mineração, sob a denominação de Grupamento Mineiro.

Parágrafo único. O concessionário de um Grupamento Mineiro, a juízo **da ANM**, poderá concentrar as atividades da lavra em uma ou algumas das concessões agrupadas, contanto que a intensidade da lavra seja compatível com a importância da reserva total das jazidas agrupadas.

Art. 54. Em zona que tenha sido declarada Reserva Nacional de determinada substância mineral, ~~o Governo a ANM~~ poderá autorizar a pesquisa ou a lavra de outra substância mineral, sempre que os trabalhos relativos à autorização solicitada forem compatíveis e independentes dos referentes à substância da Reserva e mediante condições especiais, de conformidade com o interesse ~~da União e da economia~~ nacional.

Parágrafo único. As disposições deste artigo aplicam-se também a áreas específicas que estiverem sendo objeto de pesquisa ou de lavra sob regime de monopólio.

Art. 55. Subsistirá a concessão, quanto aos direitos, obrigações, limitações e efeitos dela decorrentes, quando o concessionário a alienar ou gravar, na forma da lei.

§ 1º Os atos de alienação ou oneração só terão validade depois de averbados **na ANM**.

§ 2º A concessão de lavra somente é transmissível a quem for capaz de exercê-la de acordo com as disposições deste Código.

§ 3º As dívidas e os gravames constituídos sobre a concessão resolvem-se com a extinção desta, ressalvada a ação pessoal contra o devedor.

§ 4º Os credores não têm nenhuma ação contra o novo titular da concessão extinta, salvo se esta, por qualquer motivo, voltar ao domínio do primitivo concessionário devedor.

§ 5º O disposto no caput e no § 1º deste artigo aplica-se ao título de que trata o art. 22.

Comentários

Viabilizamos a oneração e gravame de autorização de pesquisa, possibilitando a utilização desse título como garantia em operações financeiras. A partir das participações dos debatedores, restou clara a intenção de agentes econômicos de disporem desse documento para fins de garantia em operações de crédito. Além disso, compactuamos do entendimento de que o mercado deve analisar os riscos e a possibilidade de financiamento dessa fase da atividade minerária. Essas operações não deveriam, portanto, ser inviabilizadas em razão de uma aparente lacuna legislativa.



Art. 56. A concessão de lavra poderá ser desmembrada em duas ou mais concessões distintas, a juízo da ANM, se o fracionamento não comprometer o racional aproveitamento da jazida e desde que evidenciadas a viabilidade técnica, a economicidade do aproveitamento autônomo das unidades mineiras resultantes e o incremento da produção da jazida.

Parágrafo único. O desmembramento será pleiteado pelo concessionário, conjuntamente com os pretendentes às novas concessões, se for o caso, em requerimento dirigido ~~Diretor Geral da~~ ANM, onde será ~~mecanicamente~~ numerado e registrado, devendo conter, além de memorial justificativo, os elementos de instrução referidos no art. 38 deste Código relativamente a cada uma das concessões propostas.

Art. 57. (Revogado)

~~Art. 57-A. Será admitida a outorga de permissão de lavra de superfície, em área onerada por requerimento ou autorização de pesquisa, havendo viabilidade técnica e econômica para o aproveitamento mineral em ambos os regimes, tratando-se ou não da mesma substância mineral de interesse, a critério da Agência Nacional de Mineração — ANM, ouvido o titular e respeitado o direito de prioridade, nos termos do art. 11.~~

~~§ 1º Havendo interferência entre o requerimento de permissão de lavra de superfície e a área prioritária, no caso de alvará de pesquisa, nos termos do caput deste artigo, a ANM comunicará o fato ao titular da autorização de pesquisa para que, no prazo de 15 (quinze) dias, se manifeste sobre a anuência à permissão na área objetivada.~~

~~§ 2º Havendo a concordância do titular do alvará de pesquisa à concessão da permissão mencionada no § 1º deste artigo, o requerimento de permissão de lavra de superfície seguirá os trâmites da legislação aplicável ao caso.~~

~~§ 3º Concedida a permissão, a ANM fixará o tamanho da área onerada por alvará de pesquisa, ou requerimento de autorização de pesquisa existente, nos termos permitidos pelo titular.~~

~~§ 4º O prazo de validade da permissão outorgada nos termos deste artigo será de, no máximo, 3 (três) anos, podendo ser renovada, por igual período, a critério da ANM.~~

~~§ 5º Durante a vigência da permissão de lavra de superfície, fica proibida a concessão de lavra, guia de utilização ou lavra experimental nessa área.~~

~~§ 6º Cabe à ANM autorizar, na área da permissão de lavra de superfície, o processamento e o aproveitamento dos rejeitos, desde que haja viabilidade técnica e econômica da atividade.~~

~~§ 7º Em caso de baixa na transcrição do título ou dos demais atos referentes ao título prioritário na área, a permissão outorgada posteriormente a ele, pela ANM, será integralmente mantida.~~

~~§ 8º Aplica-se ao permissionário de lavra de superfície o disposto no art. 6º A, parágrafo único, inciso I.~~

~~§ 9º Para efeitos desta Lei, caberá à ANM estabelecer os critérios definidores da lavra de superfície, consideradas as características das substâncias minerais de interesse.~~

Comentários

Após debates, optou-se por não incluir este artigo, uma vez que em outros locais do Código são propostas medidas para evitar a reserva de áreas para pesquisa por tempo indefinido.

Art. 58. Poderá o titular da portaria de concessão de lavra, mediante requerimento justificado ~~ao Ministro de Estado de Minas e Energia~~ à ANM, obter a suspensão temporária da lavra, ou comunicar a renúncia ao seu título.



§ 1º Em ambos os casos, o requerimento será acompanhado de um relatório dos trabalhos efetuados e do estado da mina, e suas possibilidades futuras.

§ 2º Somente após verificação *in loco* por um de seus técnicos, ~~emitirá o D.N.P.M. a ANM parecer conclusivo para decisão de Ministro das Minas e Energia~~ a ANM decidirá a respeito do previsto no *caput* deste artigo.

§ 3º Não aceitas as razões da suspensão dos trabalhos, ou efetivada a renúncia, caberá ~~ao D.N.P.M. sugerir ao Ministro das Minas e Energia à ANM adotar as~~ medidas que se fizerem necessárias à continuação dos trabalhos e ~~a~~ aplicação de sanções, se for o caso.

§ 4º Ainda que suspensa temporariamente a lavra, os trabalhos de manutenção ambiental terão continuidade.

Art. 58-A. Cabe à ANM declarar a utilidade pública, para fins de desapropriação ou de instituição de servidão de mina, das áreas necessárias à implantação de instalações de concessionários ou autorizados.

Parágrafo único. O titular da concessão de lavra poderá requerer à ANM a emissão de declaração de utilidade pública para fins de instituição de servidão mineral ou de desapropriação de imóvel onde se encontrar a mina.

Comentários

Reconhece mineração como atividade de utilidade pública e permite que a ANM edite Declaração de Utilidade Pública (DUP). Redigido a partir de proposta da CNI e do Dep. Joaquim Passarinho (art. 28)

CAPÍTULO IV Das Servidões

Art. 59. Ficam sujeitas a servidões de solo e subsolo, para os fins de pesquisa ou de lavra, não só a propriedade onde se localiza a jazida, como as limítrofes.

Parágrafo único. Instituem-se servidões para:

- a) construção de oficinas, instalações, obras acessórias e moradias;
- b) abertura de vias de transporte e linhas de comunicações;
- c) captação e adução de água necessária aos serviços de mineração e ao pessoal;
- d) transmissão de energia elétrica;
- e) escoamento das águas da mina e **das instalações** de beneficiamento;
- f) abertura de passagem de pessoal e material, de conduto de ventilação e de energia elétrica;
- g) utilização das aguadas sem prejuízo das atividades **pré-existentes**;
- h) ~~boa-fé~~ **disposição adequada** do material desmontado e dos refugos **das instalações**;
- e**
- i) cumprimento de condicionantes ambientais.**

Art. 60. Instituem-se as servidões mediante indenização prévia do valor do terreno ocupado e dos prejuízos resultantes dessa ocupação.

§ 1º Não havendo acordo entre as partes, o **pagamento** será feito mediante depósito judicial da importância fixada para indenização, através de vistoria ou perícia com arbitramento, **incluindo a** renda pela ocupação, seguindo-se o competente mandado de imissão de posse na área, se necessário.



§ 2º O cálculo da indenização e dos danos a serem pagos pelo titular da autorização de pesquisa ou de concessão de lavra ao proprietário do solo ou ao dono das benfeitorias obedecerá às prescrições contidas no art. 27 deste Código e seguirá o rito estabelecido em ~~Decreto do Governo Federal~~ ato da ANM.

Art. 61. Se, por qualquer motivo independente da vontade do indenizado, a indenização ~~de que trata o art. 60~~ tardar em lhe ser entregue, ~~sofrerá, a mesma, a necessária deverá ocorrer sua~~ correção monetária, cabendo ao titular da autorização de pesquisa ou da concessão de lavra a obrigação de completar a quantia arbitrada.

Art. 62. Não poderão ser iniciados os trabalhos de pesquisa ou de lavra antes de paga a importância à indenização e de fixada a renda pela ocupação do terreno.

CAPÍTULO V Das Sanções e das Nulidades

Art. 63. Sem prejuízo do disposto na Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e na Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010, o descumprimento das obrigações decorrentes das autorizações de pesquisa, das permissões de lavra garimpeira, das concessões de lavra e do licenciamento implica, dependendo da infração:

I - advertência;

II - multa; ~~e~~

~~III - caducidade do título.~~

~~IV - multa diária;~~

~~V - apreensão de minérios, bens e equipamentos; ou~~

~~VI - suspensão temporária, total ou parcial, das atividades de mineração.~~

III - multa diária;

IV - ~~suspensão~~ interdição temporária, total ou parcial, das atividades de mineração;

V - apreensão de minérios, bens e equipamentos; e

VI - caducidade do título.

~~§ 1º A aplicação das penalidades de advertência, multa, multa diária, apreensão de minérios, bens e equipamentos e suspensão temporária das atividades de mineração compete à Agência Nacional de Mineração (ANM), e a aplicação de caducidade do título, ao Ministro de Estado de Minas e Energia, ressalvado o disposto no art. 92-B.~~

Parágrafo único. ~~Compete à ANM a aplicação das penalidades previstas no caput deste artigo.~~

§ 2º (Revogado)

§ 3º (Revogado)

Comentários

Não há mudança no rol de sanções, sendo somente de forma a alteração nos incisos do *caput*, não de conteúdo. Trata-se apenas de mudança de ordem para restabelecer a escala de gravidade gradual entre as punições.

Quanto à alteração do § 1º, ~~optamos por atribuir à ANM a competência para aplicação de todas as sanções, para manter a coerência com os demais dispositivos.~~



Art. 64. A multa variará de R\$2.000,00 (dois mil reais) a R\$1.000.000.000,00 (um bilhão de reais), segundo a gravidade da infração.

§ 1º Em caso de reincidência, a multa será cobrada em **dobro**;

§ 2º O regulamento **deste** Código definirá o critério de imposição de multas, segundo a gravidade das infrações.

§ 3º O valor das multas será recolhido ~~ao Banco do Brasil S. A.~~, em guia própria à conta do “Fundo Nacional de Mineração - Parte Disponível”.

Art. 65. ~~Será declarada a A~~ caducidade da autorização de pesquisa, ~~ou~~ da concessão de lavra ~~ou do licenciamento será declarada nas seguintes hipóteses, desde que verificada quaisquer das seguintes infrações:~~

~~a)I - caracterização formal do abandono da jazida ou da mina;~~

~~b) não cumprimento dos prazos de início ou reinício dos trabalhos de pesquisa ou lavra, apesar de advertência e multa;~~

~~c) prática deliberada dos trabalhos de pesquisa em desacordo com as condições constantes do título de autorização, apesar de advertência ou multa;~~

~~d)II - prosseguimento de lavra ambiciosa, —ou de extração de substância não compreendida no Decreto de Lavra, apesar de advertência e multa; e~~

~~e)III - não atendimento de repetidas observações notificações da fiscalização, caracterizado pela terceira segunda reincidência específica, no intervalo de 1(hum) ano2 (dois anos), de infrações com multas; ou~~

~~IV – realização de trabalhos de lavra em desacordo com a licença ambiental de operação ou sem licença vigente.~~

Comentários

Limita as possibilidades de extinção da concessão de lavra em casos de realização de lavra em desacordo com os termos do título minerário, que podem ser objeto de sanções administrativas. A retirada desses incisos está de acordo com princípios da Lei de Liberdade Econômica, uma vez que permite ao minerador a realização de trabalhos em ritmo condizente com suas condições econômicas, conferindo maior segurança jurídica às atividades.

Por outro lado, foi incluída, entre as hipóteses de caducidade do direito minerário, a realização de trabalhos de lavra desalinhados com os termos da licença ambiental de operação **ou sem a existência desta**. Dessa forma, optou-se por endurecer as sanções legais cabíveis ao minerador que praticar atividade minerária sem observar os limites da lei ambiental.

Também foram introduzidos ajustes de forma.

§ 1º Extinta a concessão de lavra, caberá **à ANM**, mediante Edital publicado no Diário Oficial da União, declarar a disponibilidade da respectiva área, para fins de requerimento de autorização de pesquisa ou de concessão de lavra.

§ 2º O Edital estabelecerá os requisitos especiais a serem atendidos pelo requerente, consoante as peculiaridades de cada caso.

§ 3º Para determinação da prioridade à outorga da autorização de pesquisa, ou da concessão de lavra, conforme o caso, serão, conjuntamente, apreciados os requerimentos protocolizados, dentro do prazo que for conveniente fixado no Edital, definindo-se dentre estes, como prioritário, o pretendente que, a juízo **da ANM**, melhor atender aos interesses específicos do setor minerário.



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Greyce Elias
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD215002650900>



§ 4º Aplica-se a penalidade de caducidade da concessão quando ocorrer significativa degradação do meio ambiente ou dos recursos hídricos, bem como danos ao patrimônio de pessoas ou comunidades, em razão do vazamento ou rompimento de barragem de mineração, por culpa ou dolo do empreendedor, sem prejuízo à imposição de multas e à responsabilização civil e penal do concessionário.

§ 5º O órgão ambiental competente deverá comunicar à ANM a ocorrência do disposto no inciso IV, caso a constate, para instrução do processo de caducidade de que trata o caput deste artigo.

Art. 66. São anuláveis os alvarás de pesquisa ou **Decretos atos de concessão** de lavra quando outorgados com infringência de dispositivos **deste** Código.

§ 1º A anulação será promovida *ex officio* nos casos de:

- a) imprecisão intencional da definição das áreas de pesquisa ou lavra; e
- b) inobservância do disposto no item I do art. 22.

§ 2º Nos demais casos **não previstos no § 1º deste artigo**, e sempre que possível, a ANM procurará sanar a deficiência por via de atos de retificação.

§ 3º A nulidade poderá ser pleiteada judicialmente em ação proposta por qualquer interessado, no prazo de 1 (um) ano, a contar da publicação do decreto de lavra no Diário Oficial da União.

Art. 67. Verificada a causa de nulidade ou **de** caducidade da autorização ou da concessão, salvo os casos de abandono, o titular não perde a propriedade dos bens que possam ser retirados sem prejudicar o conjunto da mina.

~~Art. 68. O Processo Administrativo pela declaração de nulidade ou de caducidade, será instaurado "ex officio" ou mediante denúncia comprovada.~~

~~§ 1º O Diretor-Geral do D.N.P.M. promoverá a intimação do titular, mediante ofício e por edital, quando se encontrar em lugar incerto e ignorado, para apresentação de defesa, dentro de 60 (sessenta) dias contra os motivos arguidos na denúncia ou que deram margem à instauração do processo administrativo.~~

~~§ 2º Findo o prazo, com a juntada da defesa ou informação sobre a sua não apresentação pelo notificado, o processo será submetido à decisão do Ministro das Minas e Energia.~~

~~§ 3º Do despacho ministerial declaratório de nulidade ou caducidade da autorização de pesquisa, caberá:~~

~~a) pedido de reconsideração, no prazo de 15 (quinze) dias; ou~~

~~b) recurso voluntário ao Presidente da República, no prazo de 30 (trintas) dias, desde que o titular da autorização não tenha solicitado reconsideração do despacho, no prazo previsto na alínea anterior.~~

~~§ 4º O pedido de reconsideração não atendido, será encaminhado em grau de recurso, "ex officio", ao presidente da República, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar de seu recebimento, dando-se ciência antecipada ao interessado, que poderá aduzir novos elementos de defesa, inclusive prova documental, as quais, se apresentadas no prazo legal, serão recebidas em caráter de recurso.~~

~~§ 5º O titular de autorização declarada Nula ou Caduca, que se valer da faculdade conferida pela alínea a do § 3º, deste artigo, não poderá interpor recurso ao Presidente da República enquanto aguarda solução Ministerial para o seu pedido de reconsideração.~~

~~§ 6º Sómente será admitido 1 (hum) pedido de reconsideração e 1 (hum) recurso.~~



~~§ 7º Esgotada a instância administrativa, a execução das medidas determinadas em decisões superiores não será prejudicada por recursos extemporâneos pedidos de revisão e outros expedientes protelatórios.~~

Art. 68. O processo administrativo para fins de declaração de nulidade ou de caducidade de autorização de pesquisa ou de concessão de lavra será disciplinado e processado na forma prevista em regulamento.

Parágrafo único. O Ministro de Estado de Minas e Energia é a última instância recursal contra decisões de indeferimento de requerimento de concessão de lavra ou de declaração de caducidade ou de nulidade de concessão de lavra.

~~Art. 69. O processo administrativo para aplicação das sanções de anulação ou caducidade da concessão de lavra, obedecerá ao disposto no § 1º do artigo anterior.~~

~~§ 1º Concluídas tôdas as diligências necessárias à regular instrução do processo, inclusive juntada de defesa ou informação de não haver a mesma sido apresentada, cópia do expediente de notificação e prova da sua entrega à parte interessada, o Diretor Geral do D.N.P.M. encaminhará os autos ao Ministro das Minas e Energia.~~

~~§ 2º Examinadas as peças dos autos, especialmente as razões de defesa oferecidas pela Empresa, o Ministro encaminhará o processo com relatório e parecer conclusivo, ao Presidente da República.~~

~~§ 3º Da decisão da autoridade superior, poderá a interessada solicitar reconsideração, no prazo improrrogável de 10 (dez) dias, a contar da sua publicação no Diário Oficial da União, desde que seja instruído com elementos novos que justifiquem reexame da matéria.~~

Art. 69. (Revogado)

Comentários

As alterações nos arts. 68 e 69 estabelecem o Ministro como última instância recursal e tiram o Presidente da República dos processos administrativos de sanção de caducidade de lavra.

CAPÍTULO VI

Da Garimpagem, Faiscação e Cata

Art. 70. As atividades de garimpagem são reguladas nos termos da Lei nº 7.805, de 18 de julho de 1989, estando os direitos e deveres do garimpeiro assegurados pela Lei nº 11.685, de 2 de junho de 2008.

~~Art. 70. Considera-se:~~

~~I — garimpagem, o trabalho individual de quem utilize instrumentos rudimentares, aparelhos manuais ou máquinas simples e portáteis, na extração de pedras preciosas, semipreciosas e minerais metálicos ou não metálicos, valiosos, em depósitos de eluvião ou aluvião, nos álveos de cursos d'água ou nas margens reservadas, bem como nos depósitos secundários ou chapadas (grupiaras), vertentes e altos de morros; depósitos esses genericamente denominados garimpos.~~

~~II — faiscação, o trabalho individual de quem utilize instrumentos rudimentares, aparelhos manuais ou máquinas simples e portáteis, na extração de metais nobres nativos em depósitos de eluvião ou aluvião, fluviais ou marinhos, depósitos esses genericamente denominados faisqueiras; e,~~

~~III — cata, o trabalho individual de quem faça, por processos equiparáveis aos de garimpagem e faiscação, na parte decomposta dos afloramentos dos filões e veeiros, a~~



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Greyce Elias
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD215002650900>



~~extração de substâncias minerais úteis, sem o emprego de explosivos, e as apure por processos rudimentares.~~

~~Art. 71. Ao trabalhador que extrai substâncias minerais úteis, por processo rudimentar e individual de mineração, garimpagem, faiscação ou cata, denomina-se genericamente, garimpeiro.~~

~~Art. 72. Caracteriza-se a garimpagem, a faiscação e a cata:~~

~~I—pela forma rudimentar de mineração;~~

~~II—pela natureza dos depósitos trabalhados; e,~~

~~III—pelo caráter individual do trabalho, sempre por conta própria.~~

~~Art. 73. Dependem de permissão do Governo Federal, a garimpagem, a faiscação ou a cata, não cabendo outro ônus ao garimpeiro, senão o pagamento da menor taxa remuneratória cobrada pelas Coletorias Federais a todo aquele que pretender executar esses trabalhos.~~

~~§ 1º Essa permissão constará de matrícula do garimpeiro, renovada anualmente nas Coletorias Federais dos Municípios onde forem realizados esses trabalhos, e será válida somente para a região jurisdicionada pela respectiva exatoria que a concedeu.~~

~~§ 2º A matrícula, que é pessoal, será feita a requerimento verbal do interessado e registrada em livro próprio da Coletoria Federal, mediante a apresentação do comprovante de quitação do imposto sindical e o pagamento da mesma taxa remuneratória cobrada pela Coletoria.~~

~~§ 3º Ao garimpeiro matriculado será fornecido um Certificado de Matrícula, do qual constará seu retrato, nome, nacionalidade, endereço, e será o documento oficial para o exercício da atividade dentro da zona nele especificada.~~

~~§ 4º Será apreendido o material de garimpagem, faiscação ou cata quando o garimpeiro não possuir o necessário Certificado de Matrícula, sendo o produto vendido em hasta pública e recolhido ao Banco do Brasil S/A, à conta do "Fundo Nacional de Mineração — Parte Disponível".~~

~~Art. 74. Dependem de consentimento prévio do proprietário do solo as permissões para garimpagem, faiscação ou cata, em terras ou águas de domínio privado.~~

~~Parágrafo único. A contribuição do garimpeiro ajustada com o proprietário do solo para fazer garimpagem, faiscação, ou cata não poderá exceder o dízimo do valor do imposto único que for arrecadado pela Coletoria Federal da Jurisdição local da CFEM, referente à substância encontrada.~~

~~Art. 75. É vedada a realização de trabalhos de garimpagem, faiscação ou cata, em área objeto de autorização de pesquisa ou concessão de lavra.~~

~~Art. 76. Atendendo aos interesses do setor minerário, poderão, a qualquer tempo, ser delimitadas determinadas áreas nas quais o aproveitamento de substâncias minerais far-se-á exclusivamente por trabalhos de garimpagem, faiscação ou cata, consoante for estabelecido em Portaria do Ministro das Minas e Energia, mediante proposta do Diretor Geral do Departamento Nacional da Produção Mineral da ANM.~~

~~Art. 77. O imposto único referente às substâncias minerais oriundas de atividades de garimpagem, faiscação ou cata, será pago pelos compradores ou beneficiadores autorizados por Decreto do Governo Federal, de acordo com os dispositivos da lei específica.~~

~~Art. 78. Por motivo de ordem pública, ou em se verificando malbaratamento de determinada riqueza mineral, poderá o Ministro das Minas e Energia, por proposta do Diretor Geral do D.N.P.M. da ANM, determinar o fechamento de certas áreas às atividades de garimpagem, faiscação ou cata, ou excluir destas a extração de determinados minerais.~~



Art. 79. (Revogado)

Art. 80. (Revogado)

Comentários

Acolhemos o entendimento manifestado pelo MME e pelo Dep. Joaquim Passarinho de que a Lei nº 7.805, de 1989, revogou tacitamente esses artigos, razão pela qual optamos por retirá-los do Código, fazendo apenas menção, no art. 70, às leis que regem a matéria.

~~Art. 80-A. O garimpeiro poderá solicitar enquadramento equivalente ao de Microempreendedor Individual (MEI) de que trata o art. 18-A da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, hipótese em que os limites dos §§ 1º e 2º desse artigo correspondem ao triplo do estabelecido na citada lei complementar.~~

Comentários

O dispositivo foi anteriormente inserido para fomentar o debate sobre o melhor formato de enquadramento tributário que permita ao pequeno minerador realizar suas atividades e vender o produto de sua lavra sem depender de outros agentes. É que, atualmente, a impossibilidade de emissão de documento fiscal pelo pequeno minerador o obriga a procurar atravessadores, ainda que realize a atividade dotado dos títulos minerários cabíveis. Todavia, em face de envolver matéria de Lei Complementar, tal dispositivo não pode ser inserido em texto de lei ordinária, como é o caso deste Código. Assim, será recomendada a elaboração de Projeto de Lei Complementar para viabilizar o enquadramento correto na legislação vigente.

CAPÍTULO VII Das Disposições Finais

~~Art. 81. As empresas que pleitearem autorização para pesquisa ou lavra, ou que forem titulares de direitos minerários de pesquisa ou de lavra, podem ser obrigadas a apresentar à ANM documentação relativa à sua composição e ao exercício da atividade econômica, na forma do regulamento. ficam obrigadas a arquivar na ANM, mediante protocolo, os estatutos ou contratos sociais e acordos de acionistas em vigor, bem como as futuras alterações contratuais ou estatutárias, dispondo neste caso do prazo máximo de 30 (trinta) dias após registro no Departamento Nacional de Registro de Comércio.~~

~~Parágrafo único. O não cumprimento do prazo estabelecido neste artigo ensejará as seguintes sanções:~~

~~I – advertência; e~~

~~II – multa, que será aplicada em dobro no caso de não atendimento das exigências objeto deste artigo, no prazo de 30 (trinta) dias da imposição da multa inicial, e assim sucessivamente, a cada 30 (trinta) dias subsequentes.~~

Art. 81-A. Cabe ao profissional legalmente habilitado que constar como responsável técnico pela execução de atividades ou pela elaboração de planos e relatórios técnicos de que trata este Código assegurar a veracidade das informações e dos dados fornecidos ao Poder Público, sob pena de responsabilização criminal e administrativa, conforme o caso.

Parágrafo único. § 1º A aprovação ou a aceitação de relatórios e de planos técnicos previstos neste Código não representa atestado ou confirmação da veracidade dos dados e das informações neles contidos e, portanto, não ensejará nenhuma responsabilidade do Poder Público em caso de imprecisão ou falsidade.

§ 2º O profissional legalmente habilitado e o empreendedor deverão comunicar ao órgão regulador do setor mineral, ao órgão ambiental competente ou à autoridade judiciária a



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Greyce Elias
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD215002650900>

ocorrência de atividade de mineração praticada em desconformidade com este Código, caso tenha conhecimento, sob pena de responsabilização criminal e administrativa.

Comentários

A inclusão deste artigo fortalece o papel autodeclaratório das informações prestadas no processo mineral. Redação do Dep. Joaquim Passarinho e da MPV 790/2017.

Introduzimos dispositivo para auxiliar o combate da lavra ilegal. Sugestão da Relatora-Geral.

~~Art. 81-B. O exercício da fiscalização da atividade minerária poderá observar critérios de definição de prioridades, e incluirá, se for o caso, a fiscalização por amostragem na forma do regulamento.~~

§ 1º A fiscalização poderá ser realizada por meio remoto, presencial ou não presencial, admitidas averiguações por amostragem.

§ 2º A fiscalização pode resultar na aplicação de medidas corretivas de condutas em desacordo com a legislação minerária ou a sua regulamentação, podendo incluir a aplicação das sanções previstas em lei.

Comentários

Trata-se de diretriz que confere racionalidade ao processo de fiscalização. Redação do Dep. Joaquim Passarinho e da MPV 790/2017

~~Art. 81-C. A prescrição da indenização decorrente da perda do direito minerário ocorrerá em 10 (dez) anos, contados da válida extinção do direito minerário pela ANM publicada no Diário Oficial da União, ou do fato impeditivo da mineração em caso de não caducidade ou de não extinção do direito minerário pela ANM.~~

~~§ 1º A indenização é de natureza de direito real, oponível àquele que deu causa ao impedimento da mineração representada por título mineral outorgado pela ANM.~~

~~§ 2º Se o impedimento surgir após a lavra estar em andamento, suspensa ou já iniciada, serão devidos lucros cessantes na forma da lei, além de perdas e danos.~~

~~§ 3º A não extinção do direito minerário, por si só, não impedirá o titular de direito minerário de buscar a reparação indenizatória minerária, em caso de impedimento à pesquisa, ou de impedimento à fruição, uso e gozo dos direitos minerários, que impeçam o aproveitamento do produto da lavra amparada por título jurídico que seja hábil à lavra, em qualquer dos regimes de aproveitamento previstos neste Código.~~

~~§ 4º No caso de bloqueio de processos minerários ou de extinção de títulos minerários em decorrência de obras públicas, o prazo para prescrição de direito minerário deverá ser contado a partir da data de encerramento da obra.~~

Art. 81-C. A prescrição da pretensão de indenização em favor do titular do direito minerário, na ocorrência de uma das hipóteses previstas pelos arts. 42, 42-A e 42-B deste Código, ocorrerá em 10 (dez) anos.

§ 1º A não extinção do direito minerário na ocorrência de uma das hipóteses previstas pelos arts. 42, 42-A e 42-B deste Código, por si só, não impedirá o titular de direito minerário de buscar a reparação indenizatória minerária, em caso de fato impeditivo da mineração.

§ 2º O prazo previsto no *caput* deste artigo deve ser contado a partir da data da publicação no Diário Oficial da União da decisão da ANM, em última instância administrativa, que extinguir o direito minerário, ou do fato impeditivo da mineração quando não resultar na extinção do direito minerário.



§ 3º A indenização é de natureza de direito real, oponível àquele que deu causa ao impedimento da mineração representada por título mineral outorgado pela ANM.

§ 4º Se o impedimento surgir após a lavra estar em andamento, suspensão ou já iniciada, serão devidos lucros cessantes, na forma da lei, além das perdas e danos.

Comentários

A inclusão deste artigo visa garantir entendimento jurídico homogêneo sobre a prescrição da pretensão de indenização em favor do titular do direito mineral, pacificando eventuais entendimentos divergentes e especificando algumas hipóteses e procedimentos.

Art. 83. Aplica-se à propriedade mineral o direito comum, salvo as restrições impostas neste Código.

Art. 83-A. Será facultada ao titular de direitos minerários a obtenção de Certificação Minerária de Recursos e Reservas, que poderá ~~ser regulamentada pelo Ministério de Minas e Energia~~ conforme padrões internacionalmente aceitos.

~~§ 1º A Certificação de que trata o caput deverá ser requerida eletronicamente ao Ministério de Minas e Energia pelo titular de direito mineral, adicionados os documentos necessários para comprovação da jazida mineral e laudo assinado por responsável técnico devidamente cadastrado no sistema nacional de certificação mineral de recursos e reservas, na forma do regulamento.~~

~~§ 2º Parágrafo único. O título do direito mineral certificado poderá ser alienado ou gravado, na forma da lei, bem como ser objeto de operações de mercado financeiro.~~

Comentários

A criação dos certificados minerários tem o intuito de atestar a veracidade de informações relativas aos títulos minerários, garantindo a existência dos recursos ou das reservas minerais declarados pelo titular de direitos minerários e possibilitando que os títulos possam ser utilizados em operações de mercado financeiro ou como instrumentos mais consistentes de garantia real para fins de financiamento. A certificação mineral deve ser opcional, e sua eventual regulamentação se fará em conformidade com os padrões internacionalmente aceitos, o que agregará valor às áreas certificadas.

Art. 84. A jazida é bem imóvel, distinto do solo onde se encontra, não abrangendo a propriedade ~~deste~~ o minério ou a substância mineral útil que a constitui.

Art. 85. O limite subterrâneo da jazida ou da mina é o plano vertical coincidente com o perímetro definidor da área titulada, admitida, em caráter excepcional, a fixação de limites em profundidade por superfície horizontal.

§ 1º A iniciativa de propor a fixação de limites no plano horizontal da concessão poderá ser do titular dos direitos minerários preexistentes ou ~~da ANM~~, *ex officio*, cabendo sempre ao titular a apresentação do plano dos trabalhos de pesquisa, no prazo de 90 (noventa) dias, contado da data de publicação da intimação no Diário Oficial da União, para fins de prioridade na obtenção do novo título.

§ 2º Em caso de inobservância pelo titular de direitos minerários preexistentes no prazo a que se refere o § 2º deste artigo, ~~a ANM~~ poderá colocar em disponibilidade o título representativo do direito mineral decorrente do desmembramento.

§ 3º Em caráter excepcional, *ex officio* ou por requerimento de parte interessada, poderá ~~a ANM~~, no interesse do setor mineral, efetuar a limitação de jazida por superfície horizontal, incluindo áreas já tituladas.

§ 4º ~~A ANM~~ estabelecerá as condições mediante as quais os depósitos especificados no *caput* deste artigo poderão ser aproveitados, bem como os procedimentos inerentes à



outorga da respectiva titulação, respeitados os direitos preexistentes e as demais condições estabelecidas neste artigo.

Art. 86. Os titulares de concessões e minas próximas ou vizinhas, abertas, situadas **sobre** o mesmo jazimento ou zona mineralizada, poderão obter permissão para a formação de um Consórcio de Mineração, ~~mediante Decreto do Governo Federal~~ objetivando incrementar a produtividade da extração ou a sua capacidade, **na forma do regulamento**.

~~§ 1º Do requerimento pedindo a constituição do Consórcio de Mineração deverão constar:~~

~~I — memorial justificativo dos benefícios resultantes da formação do Consórcio, com indicação dos recursos econômicos e financeiros de que disporá a nova entidade; e~~

~~II — minuta dos Estatutos do Consórcio, plano de trabalhos a realizar, enumeração das providências e favores que esperam merecer do Poder Público.~~

~~§ 2º A nova entidade, Consórcio de Mineração, ficará sujeita a condições fixadas em Caderno de Encargos, anexado ao ato institutivo da concessão e que será elaborado por Comissão especificamente nomeada.~~

Art. 87. (Revogado)

Art. 88. Ficam sujeitas à fiscalização direta **da ANM todas** as atividades concernentes à mineração, ao comércio e à industrialização de matérias-primas minerais, nos limites estabelecidos em lei.

Parágrafo único. Exercer-se-á fiscalização para o cumprimento integral das disposições legais, regulamentares ou contratuais.

Art. 88-A. Nos casos em que a expedição de direito minerário dependa de anuência da autoridade administrativa local, o Poder Público poderá estabelecer condicionantes ao requerente, conforme critérios de razoabilidade e tendo em vista a redução de impactos e a mitigação de riscos decorrentes da atividade minerária.

§ 1º As condicionantes de que trata o *caput* deste artigo, caso existam, deverão ser apresentadas uma única vez pela autoridade administrativa local, de forma pública, e estar relacionadas direta ou indiretamente aos impactos do empreendimento minerário.

§ 2º O cumprimento, pelo requerente, das obrigações relacionadas às condicionantes de que trata este artigo resultará na obtenção do direito minerário requerido.

§ 3º A autoridade administrativa local deverá, se for o caso, apresentar as condicionantes na forma deste artigo em até 90 (noventa) dias após o requerimento e, caso sejam cumpridas as exigências a ela relacionadas, expedir a anuência de que trata o *caput* deste artigo em até 90 (noventa) dias após o seu cumprimento.

§ 4º O não cumprimento dos prazos previstos no § 3º deste artigo implica anuência em 180 (cento e oitenta) dias após o requerimento.

Comentários

Introduzimos diretrizes para uniformizar a participação dos municípios nos processos relativos ao direito minerário, e para assegurar que eventuais condicionantes à anuência municipal sejam apresentadas de forma pública e transparente. Essa alteração permite a manutenção do papel dos municípios e prestigia o bom gestor público, ao mesmo tempo em que protege o empreendedor de eventuais usos abusivos de prerrogativas públicas.

Art. 89. (Revogado)

Art. 90. Quando se verificar em jazida em lavra a concorrência de minerais radioativos ou apropriados ao aproveitamento dos misteres da produção de energia nuclear, a concessão só



será mantida caso o valor econômico da substância mineral, objeto do decreto de lavra, seja superior ao dos minerais nucleares que contiver.

§ 2º Quando a inesperada ocorrência de minerais radioativos e nucleares associados suscetíveis de aproveitamento econômico predominar **sobre** a substância mineral constante no título de lavra, a mina poderá ser desapropriada.

§ 3º Os titulares de autorizações de pesquisa ou de concessões de lavra são obrigados a comunicar ao Ministério de Minas e Energia qualquer descoberta que tenham feito de minerais radioativos ou nucleares associados à substância mineral mencionada no respectivo título, sob pena de sanções.

Art. 91. A **empresa** de mineração que, comprovadamente, **dispuser** do recurso dos métodos de prospecção aérea poderá pleitear permissão para realizar reconhecimento geológico por **esses** métodos, visando obter informações preliminares regionais necessárias à formulação de requerimento de autorização de pesquisa, na forma do regulamento.

§ 1º As regiões assim permissionadas não se subordinam ao previsto no art. 25 ~~deste Código~~.

§ 2º A permissão será dada por autorização expressa ~~de Diretor Geral do D.N.P.M. da ANM, com prévio assentimento do Conselho de Segurança Nacional~~.

§ 3º A permissão do reconhecimento geológico será outorgada pelo prazo máximo **e improrrogável de 90 (noventa)** de **180 (cento e oitenta)** dias, **prorrogável uma vez**, a contar da data da publicação no Diário Oficial da União.

§ 4º A permissão do reconhecimento geológico terá caráter precário e atribuirá à **empresa** tão **somente** o direito de prioridade para obter a autorização de pesquisa dentro da região permissionada, desde que requerida no prazo estipulado no § 3º deste artigo, obedecidos os limites de áreas previstas no art. 25.

§ 5º A **empresa** de mineração fica obrigada a apresentar à **ANM** os resultados do reconhecimento procedido, sob pena de sanções.

Art. 92. **A ANM** manterá registros próprios dos títulos minerários.

Art. 92-A. Os direitos e títulos minerários, em quaisquer de suas fases, poderão ser oferecidos em garantia para fins de financiamento e outras operações comerciais.

Comentários

Esse artigo viabiliza, de forma expressa, a utilização de qualquer título minerário como garantia em operações financeiras, permitindo que o mercado analise os riscos e a possibilidade de financiamento de cada fase da atividade minerária.

Elaborado a partir de proposta do Deputado Felipe Rigoni.

~~Art. 92-B. Os atos de concessão de lavra de competência do Ministro de Estado de Minas e Energia deverão ser delegados à ANM a partir da publicação deste dispositivo.~~

Comentários

Esse artigo foi excluído da versão final, porque as atribuições do MME que passaram a ser delegadas à ANM foram expressas em outros trechos do Código de Mineração.

Art. 93. Serão publicados no Diário Oficial da União os alvarás de pesquisa, as portarias de lavra e os demais atos administrativos deles decorrentes.



~~Parágrafo único. A publicação de editais em jornais particulares é também feita à custa dos requerentes e por eles próprios promovidos, devendo ser enviado prontamente um exemplar à ANM para anexação ao respectivo processo.~~

Art. 94. Será **ouvida a ANM** quando o **Governo** Federal tratar de qualquer assunto referente à matéria-prima mineral ou ao seu produto.

Art 95. Continuam em vigor as autorizações de pesquisa e as concessões de lavra outorgadas na vigência da legislação anterior, ficando sua execução sujeita, no entanto, à observância **deste** Código.

Art. 96. A lavra de jazida **será** organizada e conduzida na forma da Constituição Federal.

Art. 97. O **Governo** Federal expedirá os regulamentos necessários à execução **dêste** **deste** Código, fixando os prazos de tramitação dos processos.

~~§ 1º A autorização de pesquisa, a autorização de que trata o § 2º do art. 22 guia de utilização, a concessão de lavra, o registro de extração de que trata o parágrafo único do art. 2º, a outorga de permissão de lavra garimpeira de que trata o art. 1º da Lei nº 7.805, de 18 de julho de 1989, e o registro de licenciamento de que trata o art. 1º da Lei nº 6.567, de 24 de setembro de 1978, bem como os pedidos de prorrogação desses títulos-documentos, que não tenham sido analisados pela ANM em um prazo de 180 (cento e oitenta) dias 1 (um) ano após o requerimento, serão considerados aprovados, desde que devidamente instruídos, ficando **suspense** **interrompido** esse prazo durante o **tempo** **período** em que o titular não cumprir as exigências formuladas pela ANM.~~

~~§ 2º A autorização de pesquisa e as **As** averbações de cessão, transferência, alienação ou oneração de que tratam o inciso I do art. 22 e o § 1º do art. 55, bem como de demais atos relacionados à cessão ou à transferência de direitos que requeiram anuência do poder concedente nos termos do § 3º do art. 176 da Constituição Federal, que não tenham sido concluídas pela ANM em um prazo de 60 (sessenta) dias após o requerimento, serão consideradas aprovadas, estando **suspense** **interrompido** esse prazo durante o **tempo** **período** em que o titular não cumprir as exigências formuladas pela ANM.~~

~~§ 3º Eventuais exigências para instrução processual deverão ser apresentadas pelo órgão regulador do setor mineral no prazo previsto nos §§ 1º e 2º deste artigo e ensejarão um acréscimo de prazo de 90 (noventa) dias.~~

~~§ 4º Deverá ser publicada, mediante requerimento do titular, a formalização da aprovação dos atos processuais de que tratam os §§ 1º e 2º deste artigo em até 60 (sessenta) dias.~~

Comentários

Estabelecemos aprovação tácita caso a ANM não se manifeste, em até **um ano**, a respeito dos requerimentos de **guia de utilização**, concessão de lavra, registro de extração, outorga de permissão de lavra garimpeira e registro de licenciamento, e de 60 dias para **autorização de pesquisa, averbações de cessão, transferência, alienação ou oneração e demais atos que requeiram anuência**. Essas alterações consagram a presunção de boa-fé nos atos praticados no exercício da atividade econômica de que trata o inciso V do art. 3º da Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019.

Acrescentamos “desde que devidamente instruídos”, no § 2º do art. 97, para excluir os casos em que o requerente apresenta requerimento apenas pró-forma, sem a documentação que seria necessária para a análise e a aprovação pela ANM.

Utiliza sugestão do Dep. Evair Vieira de Melo (art. 7º, parcialmente) e do Dep. Nereu Crispim.

Art. 97-A. A Lei nº 6.567, de 24 de setembro de 1978, passa a vigorar com as seguintes alterações:



“Art. 3º O licenciamento depende da obtenção, pelo interessado, de licença específica, expedida pela autoridade administrativa local, no município de situação da jazida, e da efetivação do competente registro na Agência Nacional de Mineração - ANM, mediante requerimento que terá instrução e processamento disciplinados em ato da Agência.

~~Parágrafo único. Até que haja decisão a respeito do requerimento de prorrogação do prazo de que trata o caput, se apresentado tempestivamente, o licenciamento permanecerá em vigor.~~

Parágrafo único. Na hipótese de existência de eventuais condicionantes à expedição da licença, deverá ser observado o disposto no art. 88-A do Código de Mineração.”

“Art. 5º

Parágrafo único. O licenciamento fica adstrito à área máxima de ~~50 (cinquenta)~~ 100 (cem) 200 (duzentos) hectares.”

“Art. 7º-A. Sem prejuízo do cumprimento dos deveres estabelecidos nesta Lei, aplica-se ao titular de licenciamento o disposto no art. 47 do Código de Mineração.”

Comentários

Na versão preliminar, havíamos retirado a necessidade de anuência do município em regime de licenciamento. Nesta versão final, optamos por reintegrar o município ao processo minerário, estabelecendo, entretanto, a necessidade de observância de diretrizes para a eventual apresentação de condicionantes.

Aumentamos a área aplicável ao regime de licenciamento de 50 para 200 hectares.

Art. 97-B. A Lei nº 7.805, de 18 de julho de 1989, passa a vigorar com as seguintes alterações:

~~“Art. 2º A permissão de lavra garimpeira em área urbana depende de assentimento da autoridade administrativa local, no Município de situação do jazimento mineral.~~

“Art. 2º A permissão de lavra garimpeira em área urbana depende de assentimento da autoridade administrativa local, no Município de situação do jazimento mineral.

Parágrafo único. Na hipótese de existência de eventuais condicionantes à expedição da permissão, deverá ser observado o disposto no art. 88-A do Código de Mineração.”

“Art. 5º

IV - o número de permissões outorgadas para as pessoas físicas e empresas de mineração ou outros requerentes não poderá exceder a ~~3 (três)~~ 5 (cinco), salvo quando outorgada a cooperativa de garimpeiros.

Parágrafo único. Até que haja decisão a respeito do requerimento de renovação do prazo de que trata o inciso I deste artigo, se apresentado tempestivamente, a permissão de lavra garimpeira permanecerá em vigor.”
(NR)



“Art. 5º-A. O prazo para término dos procedimentos de instrução dos requerimentos da permissão de lavra garimpeira não poderá exceder a ~~180 (cento e oitenta) dias~~ 1 (um) ano.

Parágrafo único. Findo o prazo estabelecido no *caput* deste artigo, o requerimento da permissão de lavra garimpeira será considerado deferido em seus termos.”

“Art. 16. ~~A concessão de lavras~~ O exercício da atividade mineral depende de prévio licenciamento do órgão ambiental competente.”

“Art. 21. A realização de trabalhos de extração de substâncias minerais sem a competente permissão, concessão ou licença, incluindo a ambiental, constitui crime, sujeito a penas de reclusão de ~~3 (três)~~ 6 (seis) meses a ~~3 (três)~~ 5 (cinco) anos e multa.”

Comentários

O art. 5º, IV, **fixa em 5** o número **máximo** de outorgas de PLG para cada pessoa física ou empresa de mineração. Segundo o TCU, situação de 2020, “15 *permissionários monopolizam 58,74% das 652 PLGs outorgadas no estado do Mato Grosso e outros 15 monopolizam 66,07% das 787 PLGs outorgadas no estado do Pará*”. Adicionalmente, o art. 5º permite a permanência em vigor da lavra durante processo de análise da prorrogação apresentada tempestivamente, representando segurança jurídica ao requerente de prorrogação desse título.

~~A alteração do art. 16 assegura a tramitação individualizada dos processos minerário e ambiental.~~

A alteração no art. 21 endurece as penas por realização de trabalhos de mineração não autorizados, incluindo por órgão ambiental competente.

TCU defendeu a fixação de prazo para que ANM outorgue permissão de lavra garimpeira. Ministra Ana Arraes: “o elástico tempo de tramitação dos processos prejudicou o desenvolvimento regular do setor e desestimulou a formalização da atividade de garimpagem. (...). Deve ser considerado que essa permissão trata de aproveitamento imediato de jazimento mineral, a demandar celeridade de sua outorga” (Acórdão TCU 1837/2020 – Plenário).

Art. 98. Este Código entra em vigor ~~no dia 15 de março de 1967, revogadas as disposições em contrário~~ na data de sua publicação.

